



Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino à Distância - SEAD

Projeto Pedagógico de Curso
História - EAD

Ano Versão: 2019

Situação: Corrente

SUMÁRIO

Identificação do Curso	3
Histórico	4
Concepção do Curso	6
Contextualização do Curso	6
Objetivos Gerais do Curso	11
Objetivos Específicos	12
Metodologia	12
Perfil do Egresso	16
Organização Curricular	18
Concepção da Organização Curricular	18
Quadro Resumo da Organização Curricular	24
Disciplinas do Currículo	25
Atividades Complementares	28
Equivalências	28
Currículo do Curso	28
Pesquisa e extensão no curso	58
Auto Avaliação do Curso	61
Acompanhamento e Apoio ao Estudante	63
Acompanhamento do Egresso	65
Normas para estágio obrigatório e não obrigatório	66
Normas para atividades complementares	71
Normas para laboratórios de formação geral e específica	75
Normas para trabalho de conclusão de curso	76
Administração Acadêmica	80
Coordenação do Curso	80
Colegiado do Curso	80
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	81
Corpo docente	84
Perfil Docente	84
Formação Continuada dos Docentes	88
Infraestrutura	90
Instalações Gerais do Campus	90
Instalações Gerais do Centro	90
Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	92
Instalações Requeridas para o Curso	93
Biblioteca e Acervo Geral e Específico	95
Laboratórios de Formação Geral	96
Laboratórios de Formação Específica	97
Observações	98
Referências	99



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso

História - EAD

Código do Curso

669

Modalidade

Licenciatura

Grau do Curso

Licenciado em História

Nome do Diploma

História

Turno

Integral

Duração Mínima do Curso

8

Duração Máxima do Curso

10

Área de Conhecimento

HISTÓRIA

Regime Acadêmico

Não seriado

Processo Seletivo

Tipo de Processo Seletivo

Entrada

Anual

HISTÓRICO

Histórico da UFES

Transcorria a década de 30 do século passado. Alguns cursos superiores criados em Vitória pela iniciativa privada deram ao estudante capixaba a possibilidade de fazer, pela primeira vez, os seus estudos sem sair da própria terra. Desses cursos, três - Odontologia, Direito e Educação Física - sobrevivem na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Os ramos frágeis dos cafeeiros não eram mais capazes de dar ao Espírito Santo o dinamismo que se observava nos Estados vizinhos.

O então governador Jones dos Santos Neves via na educação superior um instrumento capaz de apressar as mudanças, e imaginou a união das instituições de ensino, dispersas, em uma universidade. Como ato final desse processo nasceu a Universidade do Espírito Santo, mantida e administrada pelo governo do Estado. Era o dia 5 de maio de 1954.

A pressa do então deputado Dirceu Cardoso, atravessando a noite em correria a Esplanada dos Ministérios com um processo nas mãos era o retrato da urgência do Espírito Santo. A Universidade Estadual, um projeto ambicioso, mas de manutenção difícil, se transformava numa instituição federal. Foi o último ato administrativo do presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de janeiro de 1961. Para o Espírito Santo, um dos mais importantes.

A reforma universitária no final da década de 60, a ideologia do governo militar, a federalização da maioria das instituições de ensino superior do país e, no Espírito Santo, a dispersão física das unidades criaram uma nova situação. A concentração das escolas e faculdades num só lugar começou a ser pensada em 1962. Cinco anos depois o governo federal desapropriou um terreno no bairro de Goiabeiras, ao Norte da capital, pertencente ao Victoria Golf & Country Club, que a população conhecia como Fazenda dos Ingleses. O campus principal ocupa hoje uma área em torno de 1,5 milhão de metros quadrados.

A redemocratização do país foi escrita, em boa parte, dentro das universidades, onde a liberdade de pensamento e sua expressão desenvolveram estratégias de sobrevivência. A resistência à ditadura nos “anos de chumbo” e no período de retorno à democracia forjou, dentro da Ufes, lideranças que ainda hoje assumem postos de comando na vida pública e privada do Espírito Santo. A mobilização dos estudantes alcançou momentos distintos. No início, a fase heróica de passeatas, enfrentamento e prisões. Depois, a lenta reorganização para recuperar o rumo ideológico e a militância, perdidos durante o período de repressão.

Formadora de grande parte dos recursos humanos formados no Espírito Santo, ela avançou para o Sul, com a instalação de unidades acadêmicas em Alegre, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado; e para o Norte, com a criação do Campus Universitário de São Mateus.

Não foi só a expansão geográfica. A Universidade saiu de seus muros e foi ao encontro de uma sociedade ansiosa por compartilhar conhecimento, ideias, projetos e experiências. As duas últimas décadas do milênio foram marcadas pela expansão das atividades de extensão, principalmente em meio a comunidades excluídas, e pela celebração de parcerias com o setor produtivo. Nos dois casos, ambos tinham a ganhar.

E, para a Ufes, uma conquista além e acima de qualquer medida: a construção de sua identidade.

A meta dos sonhadores lá da década de 50 se transformou em vitoriosa realidade. A Ufes consolidou-se como referência em educação superior de qualidade, conceituada nacionalmente. Nela estão cerca de 1.600 professores; 2.200 servidores técnicos; 20 mil alunos de graduação presencial e a distância, e 4 mil de pós-graduação. Possui 101 cursos de graduação, 58 mestrados e 26 doutorados, e desenvolve cerca de 700 programas de extensão na comunidade. Uma Universidade que, inspirada em seus idealizadores, insiste em não parar



de crescer. Porque é nela que mora o sonho dos brasileiros, e em especial dos capixabas.

Histórico do Centro

O Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) originou-se do antigo Centro de Estudos Gerais que, quando de sua formação, congregava alguns dos cursos que compõem hoje o CCHN e o Centro de Ciências Exatas (CCE).

Com a criação deste último, na década de 1990, no momento em que os cursos de química, física, matemática e estatística se desmembraram do Centro de Estudos Gerais, o CEG continuou a existir com este nome por alguns anos, vindo a transformar-se no que é hoje o CCHN em 2000.

Sua atual composição congrega as áreas de conhecimento das ciências humanas (Geografia, Filosofia, História, Ciências Sociais, Línguas e Letras, Psicologia) e das ciências naturais (Ciências Biológicas e Oceanografia). Alguns destes cursos são bastante antigos no Espírito Santo e, juntamente com os cursos das áreas de ciências exatas, compunham a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo - FAFI

Com a criação da Universidade Federal do Espírito Santo, na década de 1950, tais cursos passaram a constituir o Centro de Estudos Gerais da UFES, de modo que o atual CCHN constitui-se como um dos maiores e mais ativos centros de ensino da UFES: abriga nove Departamentos, 8 cursos de bacharelado, 10 cursos de licenciatura, 11 mestrados e 8 doutorados. Fazem parte da comunidade acadêmica do CCHN cerca de 2643 discentes, 149 docentes, em sua maioria, doutores, e 64 servidores.

O CCHN possui uma área física adequada ao funcionamento dos seus diversos cursos (vide item "instalações gerais do Centro"), que abarcam salas de aula, laboratórios e núcleos de pesquisa, salas de docentes, bibliotecas setoriais, museus e setores administrativos. Dentre os vários projetos de extensão realizados no CCHN destacam-se o Núcleo de Ensino de Línguas para a Comunidade e o Núcleo de Psicologia Aplicada.

A variedade de áreas do conhecimento do CCHN faz deste centro um locus privilegiado da vivência interdisciplinar e do pensamento plural, realizando um dos principais sentidos da instituição Universidade Federal do Espírito Santo.

CONCEPÇÃO DO CURSO

Contextualização do Curso

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação das instâncias competentes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) as informações curriculares necessárias para a abertura do Curso de Licenciatura em História, segundo as Diretrizes para a Organização do Projeto Pedagógico de Cursos de Graduação elaboradas pela Pró-Reitoria de Graduação desta UFES, para atender prioritariamente a demanda de capacitação de professores no estado do Espírito Santo. O projeto prevê sua integração ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR-MEC e ao "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB" para a implementação do curso de Licenciatura em História Modalidade à Distância ofertado nos polos municipais compreendidos pela SEAD (Secretaria de Educação Aberta e à Distância) - UFES. Os dados e avaliações que constam no Parecer CNE/CP nº 02/2015 (DCNs para formação de professores) são reveladores da necessidade de emprendermos esforços permanentes para a formação de professores em nosso país:

Como vimos, na última década, vários esforços foram efetivados visando garantir maior organicidade entre as políticas, os programas e as ações direcionados à formação de professores. Para avançar, nesse contexto, e tendo em vista a aprovação do PNE, faz-se necessário consolidar políticas e normas nacionais fundamentais para garantir a formação inicial em cursos de licenciatura dos profissionais do magistério da educação básica, bem como a formação continuada. Ao mesmo tempo, em face do cenário atual revelado pelos indicadores, torna-se imprescindível uma ação orgânica que se efetive por meio de política nacional e de Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a romper com as assimetrias nacionais, regionais, estaduais, municipais e institucionais, bem como garantir profissionais com formação adequada nas diferentes etapas e modalidades e propiciar maior organicidade à formação. Os indicadores a seguir evidenciam o complexo desafio para a formação de professores na medida em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior é significativo (25,2% do total de 2.141.676 de docentes). Merece ser ressaltado que, desse contingente de profissionais sem formação superior, 0,1% não completou o Ensino Fundamental, 0,2% possui apenas o Ensino Fundamental completo, e 24,9% possuem o Ensino Médio, dos quais 13,9% concluíram o Ensino Médio Normal/Magistério e 4,9%, o Ensino Médio sem Magistério, enquanto 6,1% estão cursando o Ensino Superior. A problematização de tais indicadores, bem como análise mais acurada destes, propicia elementos analíticos importantes para as políticas. (Parecer CNE/CP nº 02/2015 (DCNs para formação de professores))

A escolha dos polos nos quais será ofertado o Curso se deu em função do levantamento das necessidades e das demandas dos municípios e da infraestrutura dos polos, infraestrutura esta aferida e avaliada pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A contrapartida dos municípios está prevista nos convênios firmados entre a UAB/DED/CAPES, a UFES e os respectivos municípios por uma nova oferta do Curso de História EaD levando em conta as demandas que nos foram encaminhadas por Ofício à SEAD, assinadas por secretários de educação/prefeitos e coordenadores de polos. Essas demandas foram também registradas diretamente por esses mantenedores de polos UAB no Sistema Eletrônico da Universidade Aberta do Brasil, SISUAB, na esfera da CAPES/MEC.

Como 21 polos solicitaram uma nova oferta, esta coordenação, juntamente com a direção da SEAD/UFES, teve de estabelecer alguns critérios para esta nova oferta, que foram: privilegiar oferta para polos que ainda não tiveram oferta do curso e uma distribuição equilibrada dos polos por todas as regiões do Espírito Santo. A partir destes critérios, segue abaixo a relação de polos da nova turma do curso de História EaD com previsão de início em 2019/2.

Número de vagas: 150, com 30 vagas por polo, nos seguintes municípios:

Alegre

Conceição da Barra
Domingos Martins
Mantenópolis
Vargem Alta

O curso prevê integralização no tempo mínimo de 4 (quatro) anos e, como se trata de um curso com financiamento limitado pela CAPES, máximo em 5 (cinco) anos, perfazendo um total de 3.210 horas. Os recursos para financiamento dos convênios estão consignados na dotação orçamentária da cedente:

Programa 12.364.1073.6328.0001

Programa - 1073- Universidade do Século XXI

Ação - 6328 - Universidade Aberta e a Distância.

Para a implementação e desenvolvimento do Curso estão apresentados em planilhas que prevê a conclusão do término do curso em 4 anos. Nos caso de existir algum retardamento de conclusão de curso por parte dos alunos será solicitado ao MEC um Termo Aditivo que complemente os recursos financeiros para tal finalidade.

O curso ora proposto segue as diretrizes contidas em resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, decorrentes da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Base da Educação Nacional, da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e demais determinações institucionais. Em consonância com o processo de expansão do ensino superior nas IFES tal como proposto pelo governo federal, pretende fazê-lo por meio da inclusão de novos alunos, por meio da modalidade à distância, utilizando-se da tecnologia EAD, mas atuando em uma modalidade bimodal que prevê encontros com os alunos. Ele fundamenta-se em legislação específica, mas sobretudo aquela estabelecida nas diretrizes curriculares dos cursos de História, por meio do parecer CNE/CES 492/2001 aprovado em 03 de abril de 2001. Ou seja, valoriza-se uma formação ampla e de enfoque multidisciplinar para a formação de um professor/historiador atuante sintonizado com as práticas e expressões culturais de sua comunidade - subsumidas ao panorama cultural brasileiro - e consciência das necessidades relativas ao estudo, conhecimento e preservação do patrimônio material e imaterial, incorporando ferramentas próprias da História e novas formas de produção e transmissão de conhecimentos. Reconhecemos que na

“sua busca de contatos interdisciplinares e transdisciplinares em proporções nunca vistas, a História sempre manteve a sua especificidade como área de conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época” (CNE/CES 492/2001, p. 6).

Após a oferta do curso de História, na modalidades de licenciatura, realizada no período de agosto de 2014 a dezembro de 2017 em turma única, com repercurso entre março e dezembro de 2018, vislumbrou-se a possibilidade de abertura de novo curso, também com turma única, que procura ir ao encontro tanto da defesa de expansão do ensino superior de graduação de qualidade em resposta aos anseios da sociedade brasileira, quanto das expectativas e fomento desejados pelo MEC desde meados de 2004. Assim, percebeu-se a necessidade de instalação de uma nova oferta do curso, que permita a inclusão de alunos para uma formação diferenciada e semi-presencial. O princípio norteador deste Projeto Pedagógico é a modalidade à distância, que se vale das novas tecnologias de informação, através da Internet para habilitá-los com a modalidade Licenciatura em História, em sintonia com a realidade educacional do estado do Espírito Santo.

O presente Projeto Pedagógico foi elaborado em observância as determinações de ordem legal e às diretrizes exigidas pelo governo federal, incorporando tendências teóricas e metodológicas recentemente introduzidas nas áreas de conhecimento das Ciências Humanas, na perspectiva de promover um aprimoramento na formação dos futuros profissionais egressos e atender a um número maior de alunos, que teriam dificuldades de residir na cidade de Vitória para

realizar sua graduação.

JUSTIFICATIVA E CONTEXTO EDUCACIONAL

Este Projeto Pedagógico expressa a adesão explícita do colegiado de professores e do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo na defesa da expansão do ensino superior gratuito com a ampliação do número de vagas e procurando atender as demandas e necessidades recentemente surgidas em relação aos profissionais de História que atuam no magistério estadual sem a devida formação inserindo-se no contexto das novas tecnologias de informação.

É cada vez maior o leque de atuação dos profissionais de história, não somente nas atividades de ensino, mas também em outras, vinculadas à pesquisa e ao desempenho de funções relacionadas com a cultura e o patrimônio. Em consonância às Diretrizes Curriculares para a Formação em História e à luz das transformações vividas pela sociedade brasileira contemporânea se propõe uma concepção de curso de história voltada para o atendimento de novas competências profissionais, capacitando e aprimorando conhecimentos necessários para o ensino e a pesquisa de história.

Esta justificativa por si só já contém um conjunto de referenciais filosóficos, além de considerações sociológicas entre outros aspectos político-normativos, que procuramos atender com base nas diretrizes estabelecidas nos principais documentos que seguem relacionados:

- 1) Lei 9.394/1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 2) LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, que Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- 3) Parecer Normativo CNE/CP 28/2001 de 02/10/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001 e estabelece a duração e a carga horária mínimas dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, em cursos de Licenciatura, de Graduação Plena.
- 4) Parecer CES 492/2001, que traça as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, inclusive para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, as quais deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.
- 5) Resolução CNE/CES 13/2002 de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História, conforme o exposto no Parecer CNE/CES 492/2001 e no Parecer CNE/CES 1.363/2001, para orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.
- 6) Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, Do MEC que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.
- 7) Resolução CNE 02/2015, de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A Educação Aberta e a Distância encontra-se normalizada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996); pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; pelo Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998; pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 e pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. A EAD e tem se tornado cada vez mais um importante instrumento de democratização ao ensino superior, sobretudo em estratos consideráveis da população brasileira.

A principal justificativa, portanto, decorre de deliberações construídas ao longo do tempo, motivadas pela Lei 9.394/1996, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceram novos caminhos e concepções para os cursos de graduação em História, valorizando a multidisciplinaridade tendo em vista a formação de um profissional capaz de trabalhar “com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação e época” (CNE/CES 492/2001, p. 6). Ou seja, diante da preeminência das novas tecnologias de informação, que permeiam as relações sociais na sociedade contemporânea, é cada vez mais imperativo pensar o uso do computador e da Internet como ferramentas formativas e auxiliadoras nos processos de produção e reprodução de saberes, bem como de ensino e aprendizagem. Estudos recentes apontam a presença cada vez maior das novas tecnologias de informação no cotidiano das pessoas, seja nas atividades de trabalho, seja nas atividades de lazer. A revolução informacional encurtou distâncias e tem contribuído para uma maior socialização dos conhecimentos, reduzindo custos materiais e sociais na produção e circulação de conhecimentos.

A meta fundamental que inspira este Projeto Pedagógico é, neste sentido, a democratização do acesso ao ensino superior no Espírito Santo por meio do ensino à distância (EAD). Esta nova modalidade, que até então tem sido quase que exclusivamente contemplada em cursos oferecidos por instituições privadas de ensino superior no Brasil, requer a inserção das universidades federais, com seu quadro de professores marcados pela excelência e pela qualidade, estimulando uma formação de qualidade, em sintonia com os avanços tecnológicos, que envolva os graduandos em atividades de ensino, pesquisa e extensão consistentes. A instalação de um curso semi-presencial promove o acesso de uma parcela considerável da população que se apresenta excluída do ensino superior em universidades públicas. Ademais, permite que alunos possam adequar seus estudos e formação acadêmica em horários adequados, flexibilizando tempo e espaço, fazendo com que a vida familiar, social, que o lazer ou o trabalho não sejam sacrificados. Outrossim, integram à universidade alunos que não poderiam se deslocar até a cidade de Vitória, todos com formação superior.

A modalidade a distância oferece uma oportunidade especial para examinar a ação pedagógica dos cursos das universidades públicas em termos de sua eficiência, eficácia, efetividade sócio-educacional e de seus impactos específicos na sociedade. A SEAD/UFES tem desempenhado um papel fundamental na implantação, desenvolvimento e oferecimento de cursos pela rede UFES de EAD e do Programa de Interiorização da UFES na modalidade EAD. Objetivando democratizar o acesso à Universidade, este projeto propõe a criação de um curso de graduação de qualidade, na área de História, na modalidade Licenciatura à Distância.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A UFES tem como princípios: a universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações, e de áreas técnico-profissionais; e flexibilidade de métodos e critérios, considerando as diferenças individuais dos estudantes, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisas.

São definidos como valores da UFES:

- Comprometimento e zelo com a Instituição;
- Defesa da Universidade gratuita como bem público;
- Busca permanente da excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão;
- Atuação calcada nos princípios da ética, da democracia e da transparência;
- Respeito à justiça, à equidade social, à liberdade de pensamento e de expressão;
- Compromisso com a coletividade, a pluralidade, a individualidade e a diversidade étnica e cultural;
- Responsabilidade social, interlocução e parceria com a sociedade;
- Preservação e valorização da vida;
- Gestão participativa.

A Visão dessa Universidade é ser reconhecida como instituição pública de excelência nacional e internacional em ensino, pesquisa e extensão, integrada à sociedade e comprometida com a inovação e o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o curso de licenciatura em História segue essas diretrizes contidas PDI da UFES, incorporando nas suas diversas atividades os princípios norteadores, dos quais podemos enfatizar:

- Formar professores de História para o Ensino Fundamental e Médio com visão holística da História, familiarizados com o desenvolvimento das ideias e com a metodologia científica, em seus múltiplos aspectos teóricos e práticos;
- Formar profissionais de História (Licenciados) capazes de debater suas ideias com a comunidade científica e com a população em geral.
- Garantir a interação entre ensino, pesquisa e extensão para situações socioeconômicas diversas existentes no Espírito Santo.
- Capacitar professores para um ensino de História de forma integrada e voltada para a formação de cidadãos com a verdadeira compreensão de história da vida;
- Formar profissionais capazes de difundir um processo de ensino-aprendizagem abordando as diferentes áreas de História de forma integrada e fundamentada na observação e



experimentação;

- Despertar o historiador para o fato de que o meio que nos rodeia se constitui em um rico laboratório de ensino e de aprendizagem.

No que toca às atividades extensionistas a SEAD/UFES, juntamente com as coordenações dos polos UAB/ES, desenvolvem ações de extensão, registradas no SIEX, com foco nas comunidades acadêmicas dos polos. Esses momentos envolvem estudantes tutores, professores da UFES e alunos e professores da Educação Básica, locais e regionais. Os envolvimento dos estudantes e dos professores e alunos da Educação Básica são certificados pela UFES. Promove ainda ações junto aos agentes de integração e a Secretaria de Estado de Educação para a realização de estágios supervisionados não obrigatórios dos estudantes EaD nas escolas públicas deste Estado.

Além disto, realiza mediação para manter convênios com a Estado do Espírito Santo e com municípios que sediam polos UAB, bem como com municípios nos quais os alunos residem, para a realização dos estágios supervisionados nas escolas públicas dessa esfera.

As listas de agentes de integração e de instâncias conveniadas com a UFES para integrar os alunos das modalidades presencial e a distância nas escolas do ensino básico, encontram-se disponibilizadas nos links abaixo, da Divisão de Estágio, da Pró-reitoria de Graduação desta Universidade:

<http://www.prograd.ufes.br/agentes-de-integra%C3%A7%C3%A3o>

http://www.prograd.ufes.br/sites/prograd.ufes.br/files/field/anexo/contratos_conv%C3%A9nios_vigentes_2015.pdf

PRINCÍPIOS NORTEADORES DESTA PROPOSTA CURRICULAR

O primeiro princípio a se verificar nas alterações do Currículo de História refere-se ao conceito de educação expresso no Art. 1º da Lei 9.394/1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Este conceito de educação já contém pressupostos político-sociais e filosóficos que orientam os princípios e fins da educação, referenciados, portanto, em valores essenciais, como liberdade e solidariedade humana, cuja perspectiva é a incorporação de competências na formação do educando, preparando-o para o exercício da cidadania como requisito simultâneo à qualificação para o trabalho. E assim o é, quando analisamos os princípios gerais fixados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que devem fundamentar o ensino, conforme o exposto no Art. 3º:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A partir dos princípios gerais acima elencados deduz-se que a concepção pedagógica do Curso de História deve proporcionar condições de exequibilidade para o pleno exercício da liberdade no processo ensino-aprendizagem, bem como o convívio com o pluralismo de ideias e o conseqüente apreço pela tolerância; também ressaltam o nexos entre o processo ensino-aprendizagem e a existência da realidade extraescolar, vinculando-se a educação formal com o universo do trabalho e das práticas sociais.

Em outras palavras, as novas diretrizes curriculares do curso apontam para a relevância da concepção pedagógica que propicie a interdisciplinaridade, a visão crítica da formação social, a valorização da relação teoria e prática e o recurso às novas tecnologias de informação.



A concepção deste Projeto Pedagógico visa à formação de profissionais destinados a trabalhar no ensino fundamental e médio, na rede pública e privada não só do Espírito Santo, mas de todo o país, executar projetos de pesquisa e assessoria na área, em projetos interdisciplinares, voltados para questões do patrimônio e da cultura material e imaterial capixaba e que, é claro, poderão atuar em atividades de ensino.

Assim, a formação inicial dos graduados em História deve permitir-lhes, em primeiro lugar, a percepção da abrangência de seu objeto de estudo e ensino e da importância estratégica que seu trabalho assume em todos os contextos em que são chamados a atuar.

Por outro lado, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de História apontam, como fundamento da atuação profissional, a capacitação para o domínio do conhecimento histórico e as práticas essenciais para a produção historiográfica e sua difusão. Isso implica o desenvolvimento da capacidade de reflexão analítica e crítica, bem como o desenvolvimento da capacidade de interação interdisciplinar, como recursos para percepção e atendimento das demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, no exercício do magistério em todos os graus, bem como no exercício da investigação histórica e na assessoria a entidades públicas e privadas vinculadas aos setores culturais.

Cabe, portanto, ao curso de História propiciar condições de ação e reflexão como parte do processo de formação didático-pedagógica da sua clientela, contidas nas proposições de atividades inerentes a esse Projeto Pedagógico, possibilitando a prática de discussões qualificadas como requisito necessário ao exercício da liberdade de que trata a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Trata-se de promover entre os estudantes a consciência de que tais esforços implicam sempre em exercício de reconhecimento e interpretação das formações sociais historicamente determinadas, inclusive quanto à contemporaneidade das interações sociais políticas, culturais e econômicas. Implica, também, em desenvolver a capacidade de compreensão dos aspectos contextuais que dimensionam as interações, tanto no passado quanto nas circunstâncias contemporâneas, relativamente aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos.

Cumprir mencionar, nesse caso, que a escola, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, é um importante ambiente de relacionamento social extra familiar; é o espaço onde a sociedade civil se percebe e se reconhece, mas também o ambiente onde se verificam diferenciações, tensões e conflitos que refletem as diversas distinções sociais.

Na presente concepção de Projeto Pedagógico, consideramos que estes reflexos devem ser percebidos pelos profissionais de História em diversas situações, por exemplo, nas aulas das disciplinas, na interação com docentes e discentes, na realização das atividades inerentes ao Curso e nas demais dimensões da vida universitária.

Consequentemente, trata-se de reconhecer que exige-se dos graduados em História a responsabilidade pela compreensão e explicitação dos conflitos latentes nas relações sociais cotidianas, uma responsabilidade que esta proposta de reformulação curricular deve dar conta, especialmente quanto aos aspectos éticos que envolvem a atividade profissional, respeitando-se os valores socialmente referenciados.

Objetivos Gerais do Curso

- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- A compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, além do exercício da cidadania.
- Familiarização do aluno aos ambientes virtuais do Curso de Licenciatura em História e às ferramentas informacionais e computacionais que auxiliarão no processo de ensino-aprendizagem;
- Introdução de temas de pesquisa para a sua familiarização com a prática historiográfica da investigação e do ensino de história.

Objetivos Específicos

- I - Estimular o conhecimento de diferentes culturas ao longo do tempo, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, de modo que o ensino e a prática da História venham a se tornar um importante instrumento de construção da cidadania;
- II - Incentivar o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação histórica visando ao desenvolvimento da criação e difusão da cultura e, desse modo, estimular a compreensão do profissional acerca dos condicionantes espaço-temporais que conformam o tempo presente;
- III - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- IV - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- V - Formar, na área específica do conhecimento de História, profissionais aptos para a inserção em setores de ensino e pesquisa e para a sua participação no desenvolvimento da sociedade brasileira como membros da sociedade global;
- VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual numa perspectiva processual, e assim prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - Promover a extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Estes objetivos orientam o processo pedagógico para proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento de habilidades e de competências consideradas imprescindíveis para o pleno e efetivo exercício da profissão. Em se tratando de um curso de licenciatura, compreendemos, de acordo com a Res. CNE/CP 02/2015, a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo

Inserindo-se nesse contexto e nele intervindo, o curso de História deve, pois, em sua estrutura e funcionamento, consolidar-se como lugar de articulação de saberes oriundos da experiência escolar e não-escolar, das áreas do saber e disciplinas historicamente constituídas e das atividades de observação e intervenção em contextos reais de ensino, sendo capaz de criar e abrigar seus próprios espaços de síntese de conhecimentos e de proposição de temas e questões para a pesquisa.

Metodologia

A EAD pode ser desenvolvida por diversas formas. Ela pode ser usada de forma mesclada com cursos presenciais, como seu complemento, ou seja, com cursos presenciais com algumas disciplinas desenvolvidas a distância. Pode também ser organizada exclusivamente de forma virtual, mediante o uso da Internet e de outros recursos da comunicação.

O modelo adotado na regulamentação da política de ensino a distância da UFES foi estruturado por meio da combinação das modalidades de Ensino a Distância e Presencial, numa prática bimodal ou semipresencial (BOLETIM OFICIAL/UFES - ano XXXVIII - nº 1 - Janeiro/2001, p. 34). Considera-se que a diferença básica entre a educação presencial e a educação a distância está no fato de que, nesta, é possível ao aluno aprender sem a presença física, em tempo integral, nas aulas dos professores, por meios de Ambientes Virtuais de Aprendizagens - AVAs. Por esses recursos tecnológicos, ele tem acesso ao conhecimento e “desenvolve hábitos, habilidades e atitudes relativos ao estudo, à profissão e à sua própria vida, no tempo e local que lhe são adequados”, com a mediação de professores e tutores, atuando ora a distância, ora em presença, com o apoio de materiais didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados mediante os diversos meios de comunicação, conforme o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro

de 1998, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância e os Referenciais de Qualidade para Cursos Superiores a Distância.

A fase presencial inclui:

- Encontros semanais de estudos sistemáticos dos grupos de alunos com os tutores presenciais, oportunidade nas quais serão acolhidos, incentivados e socializarão suas dúvidas e reflexões construídas em seus estudos;
- Nesses encontros presenciais semanais os discentes e tutores também assistirão a web conferências com participação interativa de professores conteudistas e professores formadores e tutores a distância;
- Encontros sistemáticos, presencialmente nos polos e via web conferência, com professores, tutores e alunos e, quando necessário, encontros presenciais extras nos polos nos plantões dos tutores com os alunos, para estudos e trabalhos, durante todo o semestre letivo, visando à criação de situações de aprendizagens sociointerativas;
- O Colegiado de Curso incentivará e procurará propiciar a ida dos professores e da coordenação aos polos, para encontrarem-se regularmente com os alunos, com vistas a sanar-lhes as possíveis dúvidas apresentadas no decorrer das ofertas das disciplinas;
- Todas as avaliações serão pensadas, analisadas e elaboradas pelos professores formadores, com o apoio dos tutores a distância e aplicadas aos alunos nos polos pelos tutores presenciais;
- A fase não presencial será distribuída por todo o semestre letivo e abrange:
 - Estudos individuais ou coletivos, com apoio de material didático auto instrucional e de recursos multimeios, além de presença permanente nas atividades previstas a serem realizadas nos ambientes virtuais de aprendizagens - AVAs;
 - Prática de ensino, Estágio Supervisionado e Seminário temático orientados, mediante trabalho do aluno/cursista na perspectiva de suas atividades discentes e docentes regularmente previstas;
 - Encontros agendados com os tutores presenciais, para discussão de pontos considerados polêmicos, a serem encaminhados aos tutores a distância e aos professores especialistas ou resolvidos por meio dos sistemas de comunicação disponibilizados, no caso da UFES, a Plataforma Moodle, versão 2.6;
 - Prática pedagógica orientada, de modo a que cursista, que já for professor em exercício, trabalhe os conteúdos do curso na perspectiva de suas atividades docentes regulares.

A metodologia aplicada a cada uma das disciplinas assim se apresenta: os alunos recebem o material didático produzido pelos professores conteudistas/formadores para cada uma das disciplinas; conhecem-no e produzem sentidos e textos a partir deles, orais e escritos; assistem às exposições acerca dos conteúdos feitas pelos professores formadores em quantas Webconferências forem necessárias e previstas para cada uma das disciplinas nos planos (mapas de atividades), dispostos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); produzem novos sentidos e/ou [re]significam os já adquiridos sobre o conteúdo; socializam esses saberes com os pares nos encontros presenciais semanais nos polos e a qualquer tempo-espço nos ambientes virtuais de aprendizagens.

Havendo dúvidas por parte dos estudantes na consecução das disciplinas e na aquisição dos conteúdos, os mesmos as apresentarão aos tutores e aos pares nos encontros presenciais nos polos-UAB. Os tutores presenciais buscarão dirimir as dúvidas apresentadas pelos estudantes nesses encontros. Caso as dúvidas dos estudantes prevaleçam, os tutores presenciais estabelecerão interfaces comunicativas diversas com os tutores a distância para esclarecê-las e, se ainda assim, as dúvidas dos estudantes não forem aclaradas, os tutores presenciais as elucidarão junto aos professores formadores, de modo a que os alunos prossigam seus percursos e mais bem possam assimilar os conteúdos abordados nas disciplinas.

Estratégia de Interação

Como estratégia e mecanismos de interação com os discentes, além dos encontros presenciais obrigatórios com os tutores presenciais nos polos e da plataforma AVA, serão contemplados:

- a) fóruns on-line para discussão dos conteúdos;
- b) web conferência síncrona e assíncrona com os estudantes;
- c) interações, on-line, de alunos, tutores e professores, com horário previamente definido e divulgado, para discussão acerca de conteúdos delimitados, com a finalidade de elucidar as dúvidas dos estudantes;
- d) interação intergrupos de estudantes e tutores presenciais nos polos;

e) interação entre estudantes e tutores presenciais e a distância por meio de grupos em dispositivos móveis de aplicativos diversos;

f) disponibilização no AVA e nos polos dos contatos da secretaria, da coordenação, dos professores e dos tutores do Curso para intercomunicação diversa;

Ressalte-se que a carga horária de atendimento das interações na plataforma é de 15 horas semanais para docentes e 16 para tutores a distância, com resposta às interpelações dos alunos em até 24 horas, em conformidade com orientações da Diretoria de Ensino a Distância - DED - da Capes. Já o atendimento na Secretaria dos cursos EAD da Ufes ocorre das 8h às 22h, de segunda-feira a sexta-feira. Nos polos, o atendimento aos alunos é realizado das 12 às 22 horas durante a semana e, aos sábados, das 8h às 12h, sendo que a maior incidência de alunos nos polos ocorre de segundas às sextas-feiras no período noturno.

Material didático institucional

O material didático deverá ser elaborado por professores da UFES em atividade ou aposentados ou então se deverá fazer uso do material disponível no sistema UAB.

O material didático configura-se no âmbito da proposta como um instrumento dinamizador e integrador da proposta metodológica do curso. É por meio do material didático que serão feitos os recortes nas áreas do conhecimento trabalhadas no Curso, além do direcionamento metodológico proposto

Dentre os materiais didáticos básicos do Curso constarão:

a) Fascículos: serão utilizados para a produção dos textos-base, visando não apenas possibilitar o desenvolvimento do conteúdo básico indispensável ao curso, mas também permitir o processo de reflexão-ação-reflexão por parte dos alunos propondo, segundo uma perspectiva dialógica, reflexões sobre sua prática em relação às teorias estudadas. O professor-aluno encontrará nos fascículos, sugestões de tarefas e pesquisas, as quais visam seu aprofundamento teórico na área de conhecimento trabalhada. No contexto curricular do curso, os textos dos fascículos são considerados, também, como sinalizadores dos recortes de conteúdo, realizados nas áreas de conhecimento e das abordagens metodológicas propostas. Os Fascículos serão distribuídos gratuitamente aos licenciandos.

b) Livros: de leitura obrigatória e complementar indicados pelos autores dos fascículos estarão à disposição dos alunos na biblioteca dos polos. Além disso, serão indicados livros para as pesquisas bibliográficas necessárias ao desenvolvimento dos temas propostos, referentes ao planejamento dos seminários temáticos.

c) Revistas: As revistas de conteúdo específico relativo à História, também indicadas pelos autores dos fascículos, constituirão leitura obrigatória e complementar e estarão à disposição dos professores alunos na biblioteca dos polos. Estas publicações também serão utilizadas no planejamento dos seminários temáticos.

d) Periódicos: artigos de revista e jornais disponíveis on-line no Portal de Periódicos.

e) Textos e imagens em mídia digital: disponíveis na Internet e sugeridos pelos orientadores e professores especialistas, fazem parte dos principais sites nacionais de História e de seu ensino, a serem consultados pelos alunos, visando não apenas o enriquecimento de seu currículo, mas do planejamento dos seminários e propiciando a elaboração de material didático a ser utilizado em sua prática cotidiana, permitindo assim um avanço imediato na qualidade de seu trabalho.

f) Textos Audiovisuais: No curso serão utilizados os vídeos e DVD's recomendados pelos autores dos

fascículos como material complementar. A Coordenação Acadêmica indicará e incentivará leituras de vídeos (os da TV escola, por exemplo), de DVD's de História que possibilitem ampliar a compreensão e aprofundar os conteúdos trabalhados.

g) Textos Orais: Farão parte também da dinâmica curricular, workshops, palestras e conferências, a

serem proferidas quando da realização dos seminários presenciais e veiculados através de videoconferência, especialmente para os alunos do curso.

h) Textos dos Alunos: escritos e visuais: à medida que os alunos vão produzindo seus textos escritos, resultados dos estudos e pesquisas realizados, estes serão disponibilizados na biblioteca do Centro de Apoio para leitura. O mesmo ocorrerá com os textos visuais (imagens) a serem produzidos por eles e organizados em portfólios e webfólios, os quais serão digitalizados e incorporados à biblioteca do Centro de apoio para consulta e leitura.

i) Videoconferências: todo o material didático produzidos pela UAB são disponibilizados para

consulta, visando a formação continuada do educador será disponibilizado presencialmente, por meio de videoconferências “abertas” seguidas de apresentação de seminários temáticos.

Acessibilidade na educação a distância: as TICs e o AVA contribuindo para acessibilidade aos materiais didáticos.

Três recursos que auxiliam na acessibilidade de materiais audiovisuais, especialmente na educação a distância, são: audiodescrição, closed caption, janela com intérprete de Libras. A audiodescrição pode ser definida como um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais ou pedagógicos gravados ou ao vivo. A audiodescrição é desenvolvida por meio de uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal. Por seu turno, o closed caption é um recurso de legenda oculta que reproduz na tela do vídeo as falas de apresentadores, personagens, desenhos animados, entre outros. Além disso, esse recurso fornece informação escrita sobre o ambiente da cena ao descrever indicações de sons, como portas se abrindo, aplausos, trovões e até trilhas sonoras. A janela com intérprete em Libras é definida como um espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais. Esses três recursos, entre outros, auxiliam o ensino-aprendizagem tanto na educação a distância quanto na educação presencial.

Para os discentes portadores de necessidades especiais que se vincularem a este Curso a SEAD/UFES possui um Laboratório de Design Instrucional (LDI), cujos professores, servidores e estagiários que nele atuam detêm conhecimentos, competência e recursos técnicos para adaptarem os materiais didáticos produzidos pela UAB para atender a quaisquer necessidades que algum aluno possa apresentar. De igual modo, a equipe de Suporte Técnico da SEAD (cujos integrantes são formados na área de TIC), em parceria com a equipe do LDI, poderá adaptar o AVA do Curso de Licenciatura em História, visando a atender às necessidades específicas de acessibilidade ao currículo e aos demais materiais do Curso.

Avaliação do processo ensino-aprendizagem na modalidade EAD

No curso de licenciatura em História, modalidade à Distância o entendimento sobre a avaliação localiza-a como:

- um processo permanente que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor/tutor, na direção da construção do conhecimento e da formação da cidadania;
 - a reflexão dos princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento do aluno em sua totalidade;
 - o acompanhamento permanente das interatividades, observando a participação do aluno nos diferentes canais;
 - a avaliação contínua das atividades de ensino-aprendizagem à distância;
 - a existência e valorização da avaliação presencial.
- em respeito ao Art. 4º do Decreto no 5.622 de 19 de dezembro de 2005, a avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:
- I - cumprimento das atividades programadas; e
 - II - realização de exames presenciais.

Os resultados dos exames presenciais prevalecerão sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância.

Informações complementares:

- a) As avaliações presenciais realizadas nos polos e aplicadas pelos tutores presenciais compõem 60% do total da avaliação; as avaliações realizadas por meio de atividade na plataforma representam 30% das avaliações e 10% são atribuídos de acordo com a participação dos alunos nos encontros presenciais nos polos.
- b) As atividades na plataforma são de acordo com número de módulos do semestre e normalmente cada disciplina tem de 4 a 6 módulos por semestre; são aplicadas 2 provas durante o semestre e uma prova final para os alunos que não obtiverem a média 70 durante o semestre.
- c) Para ser aprovado sem prova final o aluno deve obter a média 70 durante o semestre e, caso não obtenha esta média, a média desta nota com a nota da prova final deverá ser igual ou

maior que 50 para que o aluno seja aprovado.

d) Os professores de cada disciplina são os responsáveis pela elaboração das avaliações; as correções são realizadas pelos professores com o auxílio dos tutores a distância.

e) As questões das avaliações presenciais obrigatórias são primordialmente subjetivas

Perfil do Egresso

A formulação de um perfil desejado para o profissional egresso do Curso de História, na habilitação em Licenciatura, implica em reconhecer que se trata de desafios relativamente à formação pedagógica, científica, cultural e política, desafios que se impõem a docentes e discentes e se relacionam à (ao):

- autonomia intelectual;
- pensamento reflexivo;
- capacidade para atuar de forma ética, crítica e criativa na busca de soluções para as questões que lhe são apresentadas pela sociedade;
- capacidade para trabalhar em equipes interdisciplinares;
- criatividade, iniciativa e flexibilidade nas relações interpessoais e profissionais;
- respeito à diversidade própria dos ambientes profissionais;
- compreensão dos elementos e dos processos relativos ao meio natural e ao construído;
- sólida fundamentação filosófica, teórica e metodológica;
- capacidade de aplicar o conhecimento em prol do desenvolvimento social;
- disposição para o aprendizado contínuo;
- capacidade de se interagir com as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTICs), tendo-as como instrumentos que possam contribuir para o desenvolvimento de um trabalho reflexivo e crítico;
- domínio e constante aprimoramento das abordagens científicas inerentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento em História;
- conhecimento e sobre o uso das novas tecnologias de informação e comunicação a serem utilizados no seu cotidiano profissional e social.

O perfil do profissional egresso deve contemplar, de modo geral, as seguintes habilidades:

- dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;
- problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
- transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- manejar e refletir com autonomia sobre os usos das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem.

O perfil de profissional egresso compreende igualmente a formação de competências e habilidades específicas para o exercício da profissão. Já no que diz respeito ao licenciado em História, as habilidades específicas que se esperam do profissional são as seguintes:

- domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- domínio das diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento;
- capacidade de efetuar a transposição didática, realizando assim a adaptação da densidade dos conteúdos aprendidos na Universidade ao nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, numa dinâmica que vai do mais complexo ao menos complexo;
- capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar;
- capacidade de lidar com o livro didático, de confrontá-lo e ao mesmo tempo valorizar as suas potencialidades;
- capacidade de inovar pedagogicamente, tanto no que diz respeito aos



recursos/estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.

- capacidade de interagir com os novos recursos digitais e virtuais que cada vez mais se apresentam no universo escolar e formativo.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concepção da Organização Curricular

Distribuição da Carga Horária da Licenciatura

A matriz curricular para Licenciatura em História, contida neste PPC, vem substituir a matriz curricular norteadora da oferta concluída em 2017. Trata-se de mudança necessária para contemplar as novas disposições contidas na Resolução nº 2, de 1º de julho 2015, a qual introduziu várias modificações na concepção de currículos para licenciatura, aplicadas nesta nova concepção de grade curricular. Atendendo o que dispõe o parágrafo primeiro do Artigo 13 desta resolução, quanto à proposição de um mínimo de 3.200 horas para um curso de licenciatura, a atual concepção de grade curricular para Licenciatura em História passou a ter o total de 3210 horas, dispostas da seguinte forma:

- 1) 400 horas de Estágio Supervisionado, dividido em duas disciplinas de 200 horas;
- 2) 420 horas de Práticas como Componente Curricular, em 4 disciplinas de 105 horas;
- 3) 200 horas de Atividades Complementares;
- 4) 420 horas de disciplinas de tópicos especiais contemplando as subáreas do conhecimento histórico;
- 5) 1770 horas para integração do Núcleo de Estudos de Formação Geral e do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional.

Nos termos da legislação em vigor, destas 3210 horas 20% devem ser compostas por disciplinas de natureza didático-pedagógico, as quais estão representadas por 10 (dez) disciplinas, conforme se seguem: Psicologia da Educação, Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação, Didática, Gestão da Educação Básica, LIBRAS, Educação das Relações Étnico-Raciais, Currículo da Educação Básica, Educação e Diversidade, Política e Organização da Educação Básica, completadas por Sociologia da Educação, totalizando, portanto 600 horas. As restantes 42 horas serão cumpridas por meio de Atividades Complementares, isto é, o estudante da Licenciatura em História realizará atividades na área de educação, como, por exemplo, a participação em Congressos, Seminários, Cursos Extracurriculares, dentre outras, ligadas a área de Educação.

As práticas como componente curricular estão alocadas num conjunto de quatro disciplinas que cobrem as áreas tradicionais da história. São elas: Prática e pesquisa em ensino de História Antiga e Medieval, Prática e pesquisa em ensino de História do Brasil e do Espírito Santo, Prática e pesquisa em ensino de Teoria e Metodologia da História e Prática e Pesquisa em Ensino de História Moderna e Contemporânea. A divisão entre teoria e prática é de 30/75, trinta horas de teoria e as restantes 75 horas de dimensão prática buscando atender o saber/fazer. Os estágios obrigatórios são realizados por duas disciplinas de 200 horas cada, chamadas Estágio Curricular Supervisionado em História.

O restante da grade é composto por 15 disciplinas obrigatórias da história, 1 das ciências sociais, 7 de tópicos especiais e ainda duas disciplinas de Fundamentos Estruturais e Pedagógicos da EAD e Metodologia em EAD, de 30 horas cada, ou seja: 25 disciplinas totalizando 1440 horas.

As disciplinas obrigatórias completam-se com duas disciplinas para execução de trabalhos de conclusão de curso, representadas, inicialmente por Monografia I, em que se apreendem requisitos para concepção e elaboração de um projeto de pesquisa, como pré-requisito para cursar a Monografia II, cuja meta é a elaboração da monografia propriamente dita, concebida na disciplina anterior. Estas duas disciplinas totalizam uma carga horária de 150 horas.

A matriz curricular para Licenciatura em História tem um elenco de 7 (sete) disciplinas de tópicos especiais contemplando as subáreas do conhecimento histórico. Destas disciplinas, os graduandos em História deverão cursar, para integralizar sua grade curricular, um total de 420 horas. Estas disciplinas de Tópicos Especiais são disciplinas obrigatórias, mas de conteúdo flexível, visto seu programa poder ser variável e adequado às especificidades de cada turma e professor ministrante. A periodização ideal para as disciplinas de tópicos especiais tem início a partir do quinto período, devendo-se completar até o limite concebido para integralização do curso, cuja duração total é de oito períodos.

Nas disciplinas Didática, Sociologia da Educação, Educação Étnico-Racial, Educação e

Diversidade e Psicologia da Educação o licenciando faz o aprendizado das questões concernentes ao processo de desenvolvimento de adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial; a diversidade religiosa, à diversidade de faixa geracional; aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; às questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto profissional; e às questões socioambientais contemporâneas numa perspectiva histórica.

No tocante à flexibilidade, a grade curricular da Licenciatura em História evitou ao máximo se valer de pré-requisitos, permitindo assim ao estudante construir na medida do possível seu próprio percurso no curso. Este também é o caso das 42 horas de Atividades Complementares que o estudante realizará por meio de eventos ligados à área de Educação. O estudante poderá escolher quais eventos participar, escolhendo aqueles que são mais próximos de seu interesse. Este novo currículo oferece plenas condições para que o licenciando com necessidades educacionais especiais possa fazer uso de mecanismos que o auxiliem a bem realizar seu percurso acadêmico. O estudante que precisar pode se utilizar de letores e intérpretes que permitem o pleno domínio dos conteúdos das disciplinas.

Em relação ao aspecto da interdisciplinaridade, a grade curricular foi estruturada com conteúdos que pertencem a uma gama ampla dos conhecimentos humanísticos e científicos, os quais "consolidam uma postura de abertura, sem preconceitos, no qual todo conhecimento é importante igualmente", permitindo que se possa implementar projetos integradores que possibilitarão tanto ao professor quanto ao licenciando compartilhar os conhecimentos das mais diversas áreas.

Por fim, a matrícula semestral obedecerá os limites de carga horária mínima de matrícula semestral de 120 horas e carga horária máxima de matrícula semestral de 600 horas.

Prática como Componente Curricular

A carga de 420 horas atribuídas para tais atividades pressupõe a relação indissociável entre teoria e prática reivindicada em toda a legislação referente ao ensino, e não só ao ensino em cursos de Licenciatura. Portanto, a concepção destas atividades curriculares no curso de Licenciatura estão articuladas a partir do princípio da indissociabilidade entre o plano interpretativo e o empírico, a respeito do que o Parecer 9/2001 do CNE/CP reivindica: O princípio metodológico geral é de que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer, ainda que nem sempre este se materialize. Esse princípio é operacional e sua aplicação não exige uma resposta definitiva sobre qual dimensão – a teoria ou a prática – deve ter prioridade, muito menos qual delas deva ser o ponto de partida na formação do professor. Assim, no processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.

Como se pode verificar, as atribuições de práticas como componente curricular foram cuidadosamente integradas aos meios interpretativos que orientam a ação complementar da aprendizagem, por meio da pesquisa e da extensão, sistematização e análise crítica, facultando ao aluno o livre desenvolvimento de uma trajetória própria em sua formação para o trabalho e a cidadania.

Nesse sentido, a palavra pesquisa deve ser entendida como atividade sistemática voltada para a elaboração de respostas a questões que os próprios alunos durante o momento das web conferências, acompanhados pelos professores e pelas leituras e informações existentes, possam formular, a partir da assunção do seu lugar como sujeitos do conhecimento e sujeitos sociais, e portanto não negando, mas incorporando suas experiências e saberes previamente constituídos.

A palavra extensão deve ser entendida como atividade sistemática voltada para a elaboração de questões e chegada de respostas em interação com a comunidade na qual o estudante está inserido.

A identidade e a autonomia profissional do futuro professor de História devem ser construídas mediante uma formação inicial em que as atividades de pesquisa e extensão, no sentido aqui assumido, possam direcionar-se, de acordo com o interesse central da formação, para questões ligadas às atividades docentes e demais objetivos que as orientam, inclusive aqueles relacionados ao cotidiano das atividades desenvolvidas em espaços culturais, por vezes considerados distantes, mas que progressivamente vão sendo percebidos ao longo do curso. A concepção aqui apresentada é de articulação entre as disciplinas e atividades do currículo, de tal sorte que a prática como componente curricular seja considerada o espaço em que a

práxis contribua para a introjeção da capacidade crítica no exercício da aprendizagem pela ação.

No que se refere à interdisciplinaridade, o exercício a ser buscado deve precaver-se de algumas limitações, assim contribuindo para que a interpretação e a prova empírica estejam realmente unidas e a serviço da formação:

Sendo o professor um profissional que está permanentemente mobilizando conhecimentos das diferentes disciplinas e colocando-os a serviço de sua tarefa profissional, a matriz curricular do curso de formação não deve ser a mera justaposição ou convivência de estudos disciplinares e interdisciplinares. Ela deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e ao mesmo tempo indagar a esses conhecimentos sua relevância e pertinência para compreender, planejar, executar, avaliar situações de ensino e aprendizagem.

Isto nos conduz ao tipo de prática, isto é, de atividade ligada aos conteúdos a serem ensinados e aos demais conteúdos que fazem parte da formação, que o curso pode, nesse espaço, oferecer aos seus alunos, no interesse de sua futura atuação como docentes de História no ensino fundamental e médio.

Evidentemente, a prática como componente curricular não se confunde com a atividade docente exercida em caráter experimental no estágio curricular supervisionado. Assim, nos termos do Parecer 28/2001, trata-se de uma prática que produz algo no âmbito do ensino e da extensão e que, para produzi-lo, deve ser conduzida numa perspectiva reflexiva e não mecânica, de modo a que aquilo que se exercita seja objeto de um exame crítico fundamentado pelos princípios e horizontes sociais já mencionados. Consiste, portanto, em atividades que se destinam ao aprofundamento da conscientização dos alunos em relação à suas respectivas inserções sociais:

- como partícipes de relacionamentos sociais cotidianos decorrentes de processos historicamente determinados;
- como depositários, mobilizadores e produtores dos bens culturais gerados, conservados e delimitados uns em relação aos outros, segundo forças políticas de que nunca somos meramente o resultado ou veículo, mas também a fonte e os agentes de transformação, através de nossos juízos e expressões na vida cotidiana;
- como leitores, pesquisadores e produtores de textos, mormente historiográficos, devidamente contextualizados.

A Prática no curso de Licenciatura em História, será desenvolvida sob a forma de projetos desenvolvidos durante a realização das disciplinas curriculares em disciplinas específicas do curso (Prática e pesquisa em ensino de História Antiga e Medieval, Prática e pesquisa em ensino de História do Brasil e do Espírito Santo, Prática e pesquisa em ensino de Teoria e Metodologia da História e Prática e Pesquisa em Ensino de História Moderna e Contemporânea), observando a indissociabilidade entre teoria e prática. Ela estará, portanto, vinculada a estas disciplinas e orientada pelos professores/tutores, cujos conteúdos contemplarão a formação professor.

No Programa de cada disciplina estarão indicadas as cargas horárias para a prática (30 horas teóricas e 75 de prática, sendo que desta prática, 40 horas deverão ser desenvolvidas como extensão) e o professor estipulará ao longo do curso as atividades a serem desenvolvidas. Os projetos de Prática serão acompanhados e avaliados mediante Salas de aula virtual ou web conferências, atendendo a necessidade especificada em cada projeto.

A explicação inicial da Prática será dada em encontros presenciais; as dúvidas para sua realização poderão ser tiradas com o tutor da disciplina na Sala de Aula Virtual na ferramenta indicada pelo tutor, e os resultados serão analisados, discutidos, corrigidos e postados na ferramenta Portfólio. Sugerimos alguns tipos de atividades que poderão ser desenvolvidos:

- a) elaboração de planos de aula,
- b) entrevistas com professores;
- c) desenvolvimento de material didático;
- d) apresentações ou confecção de material artístico relacionado com a disciplina;
- e) análise de livros didáticos e paradidáticos;
- f) análise de mídias como televisão, telejornal, jornal, cd-rom, retroprojetor, cds, vídeos, fotos, revistas, cartazes etc.;
- g) criação e/ou análise de jogos;
- h) realização de oficinas;
- i) pesquisa e análise das estratégias de intervenção didática;
- j) pesquisa e análise dos problemas de ensino e aprendizagem;

k) atividades que relacionem pesquisa e prática voltadas para o ensino de História;

Formas de acompanhamento:

No curso de Licenciatura em História, a prática será registrada da seguinte maneira:

- a) os Projetos serão parte integrante das atividades desenvolvidas pelos tutores das disciplinas que contenham carga horária reservada para a prática;
- b) na Sala de Aula Virtual, o aluno deverá remeter ao professor, via moodle suas atividades referentes à Prática, o que certificará o registro da mesma.
- c) Após a postagem da atividade de Prática pelo aluno, o tutor a distância, supervisionado pelo professor, fará a correção, validando ou não o trabalho em suas horas de equivalência.

Responsabilidades

Ao coordenador do curso de História - Licenciatura EAD competem as seguintes ações:

- a) orientar os professores quanto à elaboração dos projetos de prática;
- b) orientar o tutor local quanto às disciplinas que terão horas de prática.

Aos professores encarregados das disciplinas do curso de História - Licenciatura EAD competem as seguintes ações:

- a) mediar o processo de ensino-aprendizagem mediante o envolvimento com alunos nas atividades desenvolvidas em ambiente virtual;
- b) acompanhar os alunos na realização das atividades de ensino e aprendizagem;
- c) comunicar-se e responder às dúvidas dos discentes por e-mail e ou em videoconferência;
- d) proceder à realização de avaliações e correção de trabalhos e atividades indicadas
- e) registrar a frequência e a participação dos alunos em seus acessos no sistema

Aos tutores a distância do curso de História - Licenciatura EAD competem as seguintes ações:

- a) orientação aos alunos para a execução do projeto;
- b) acompanhamento do desenvolvimento do projeto pelos alunos;
- c) avaliação do desenvolvimento do projeto;

Aos tutores presenciais são cabíveis as seguintes atividades:

- Responsabilizar-se pelos encontros presenciais obrigatórios no polo UAB, podendo recorrer aos professores especialistas ou aos tutores a distância, caso tenham dificuldade em solucionar dúvidas dos alunos;
- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e o cursista;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Registrar de frequência dos alunos nos polos UAB;
- Acompanhar e fazer a correção das atividades presenciais solicitadas aos alunos pelos professores especialistas (a critério desses professores), no seu horário disponibilizado;
- Acompanhar o desempenho dos alunos do curso, buscando assegurar o cumprimento dos prazos das atividades propostas;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações;
- Dispor de 20 horas semanais, no período de segunda-feira a sábado, de acordo com agenda a ser definida pelo coordenador do polo UAB, em conjunto com o coordenador do curso;
- Dispor de horários da sua carga horária para atender aos alunos no turno noturno, se assim for requerido pelo coordenador do polo UAB, em conjunto com o coordenador do curso;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Participar de reuniões previamente agendadas, presenciais ou virtuais, com professores especialistas, tutores a distância, coordenação do curso, coordenação de tutoria, coordenação de polos UAB e/ou direção da SEAD.

Aos alunos do curso de História competem as seguintes ações:

- a) desenvolvimento do projeto, de acordo com as instruções do tutor;
- b) apresentação/elaboração do projeto realizado;
- c) para os alunos off-line, os projetos serão disponibilizados nos encontros presenciais e devem ser enviados via correio em data estabelecida pelo tutor.

Relatórios de atividades

Os relatórios de atividades são elaborados de acordo com o que se solicita em cada projeto de prática oferecido junto ao Curso de Licenciatura em História. Em sua grande maioria, os relatórios de atividades de prática se constituem na elaboração de um documento que comprove o cumprimento do solicitado, como levantamento de dados e pesquisas relacionadas às atividades pedagógicas e uma reflexão em torno das mesmas.

Estágio curricular supervisionado

Tendo como base as orientações da legislação vigente e as orientações de operacionalização do estágio curricular supervisionado para os cursos de Licenciatura da UFES elaborados e aprovados pelo Centro de Educação, as 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em História serão realizadas em instituições escolares que contemplem a Educação Básica. Essa carga horária será integralizada no 6º e no 7º períodos do curso nas disciplinas Estágio Supervisionado em História I (200h), Estágio Supervisionado em História II (200h), perfazendo no total 400 horas, que enfocam as atividades relacionadas ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O estágio curricular supervisionado, que deve ser desenvolvido a partir da segunda metade do curso, realizar-se-á em escolas de Educação Básica existentes nos polos onde os alunos se matricularam, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino e sendo avaliado conjuntamente por profissionais da instituição formadora e da escola campo de estágio, mediante a supervisão de um coordenador de estágio existente no local. A UFES possui convênio com todas as Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino. O aluno escolhe estagiar na escola que lhe for mais apropriado e, a partir da escolha, informa à professora responsável pela disciplina Estágio Supervisionado, que começará a desenvolver todos os trâmites para legais para funcionamento desse estágio.

Estágio curricular supervisionado - relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica

Os espaços constitutivos de realização de estágios supervisionados pelos estudantes do curso de Licenciatura em História EaD da UFES são as escolas conveniadas com a UFES para esse fim. Para tanto, a UFES firma convênio com as cidades que sediam polos UAB, e, após esses convênios serem publicados no Diário Oficial da União, todas as escolas desses municípios se constituem em espaços propiciadores de estágios aos alunos. A metodologia é a que se segue: orientados pelos professores, coordenadores dos polos e tutores presenciais, os alunos conhecem as instâncias conveniadas, recebem do curso uma carta de apresentação/encaminhamento do professor responsável pelo Estágio à Direção da escola, que preenchem um Plano de Trabalho e um termo de Compromisso; que são assinados pelo aluno, pelo professor supervisor do estágio que o recebe na escola e pelo professor da UFES supervisor do estágio. O aluno só poderá iniciar suas atividades nas escolas mediante assinatura desse Plano de trabalho e desse Termo de Compromisso. Tudo de acordo com as legislações federal e com a da UFES vigentes. As orientações aos alunos sobre a realização de estágio, os modelos de plano de trabalho e de termo de compromisso encontram-se disponibilizados, on-line, aos estudantes EaD deste Curso na página da Divisão de Estágio da UFES.

Relatórios de atividades

Os relatórios que deverão ser apresentados pelos alunos do Curso de Licenciatura em História devem seguir algumas determinações, quais sejam:

- a) Relatórios parciais e final de Estágio. O relatório final de estágio deverá conter uma conclusão que apresente os pontos positivos e negativos detectados durante a realização das atividades. Vale lembrar que o professor ou supervisor do estágio na instituição onde ocorreu esta prática deverá avaliar o aluno e o documento produzido por esse.
 - b) Documentos comprobatórios de suas atividades, sempre que haja necessidade.
 - c) Documentos que comprovem o cumprimento das 400 horas.
 - d) Fichas de estágio devidamente assinadas por pessoas determinadas e os relatórios deverão ser remetidos aos responsáveis, seguindo modelo definido pelo colegiado, em conjunto com
-

Núcleo de Estágio Supervisionado.

e) Os documentos comprobatórios de horas de estágio deverão conter a assinatura e o carimbo do Diretor da escola ou responsável por demais instituições que estão acolhendo o estagiário, bem como o carimbo desta.

Atividades Complementares

Um dos graves problemas com que se depara o sistema educacional brasileiro para cumprir o papel que lhe cabe na formação de cidadãos com capacidades críticas e criativas e que se coloquem como sujeitos do movimento social e histórico de que participam é a falta de oportunidades para o desenvolvimento cultural dos profissionais do ensino. Por outro lado, a cultura, em suas mais diversas manifestações, não pode ser entendida como opção pessoal do indivíduo-professor, mas como parte de sua formação profissional:

A universalização do acesso à educação básica aponta para uma formação voltada à construção da cidadania, o que impõe o tratamento na escola de questões sociais atuais. Para que esta tarefa seja efetivamente realizada é preciso que os professores de todos os segmentos da escolaridade básica tenham uma sólida e ampla formação cultural.

O presente Projeto Pedagógico incorpora um repertório de atividades discentes complementares consideradas válidas, para efeito de integralização curricular, atribuindo carga horária a cada uma das alternativas. Neste sentido, cabe considerar que se trata de situações abrangentes, a que o futuro professor possa ter acesso, e que estão consideradas nesta etapa da vida e de preparação para o trabalho.

O sentido das atividades complementares destacadas é o de estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo uma atualização profissional permanente. Trata-se de atividades complementares objetivamente realizadas através do exercício de monitorias, bem como através de projetos de pesquisa, participação em atividades de iniciação científica, em projetos de extensão, oficinas, seminários, simpósios, congressos, conferências e publicação de textos científicos.

Das 200 horas de Atividades Complementares, ao menos 42 horas deverão ser realizadas pelo estudante da Licenciatura em História na área de educação, como, por exemplo, a participação em Congressos, Seminários, Encontros relacionados a tal área.

Das 200 horas de Atividades Complementares, ao menos 50 horas deverão ser realizadas como atividades de extensão como na organização e apresentação pública dos trabalhos de Monografia de final de curso e em Seminários temáticos anuais abertos ao público realizados nos polos na forma de evento de extensão seminários estes concebidos, planejados e organizados pelos alunos, com suas horas de dedicação a este trabalho de extensão devidamente registradas e certificadas nos polos para serem computadas em suas atividades complementares depois de enviadas e analisadas no Colegiado de Curso segundo os procedimentos previstos.

Disciplinas de Tópicos Especiais

Dentre as disciplinas obrigatórias que compõem a grade curricular deste curso de Licenciatura, as disciplinas de tópicos especiais possuem conteúdo mais flexível. A listagem de Tópicos Especiais definidos pelo Colegiado de Curso encontra-se devidamente assinalada no ementário anexo a este Projeto. Na grade curricular elas perfazem 420 horas, 7 (sete) disciplinas ao todo. Elas representam, juntamente com as atividades complementares, uma flexibilidade em que o aluno pode desenvolver parte de sua formação.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Para a formação tanto de licenciados quanto de bacharéis, estima-se que a iniciação à pesquisa seja um componente essencial. Quanto a isso, o Parecer 9/2001 do CNE/CP define claramente os contornos do que deve ser privilegiado como atividade de pesquisa no âmbito de um curso de formação de professores: “[...] o foco principal do ensino da pesquisa nos cursos de formação docente é o próprio processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares na educação básica”. No entanto, considera o mesmo Parecer dois outros modos de conhecimento e compreensão da importância das atividades de pesquisa que merecem destaque nos cursos de graduação. São eles: a abordagem do significado histórico-cultural das atividades de pesquisa em qualquer campo de saber acadêmico e científico e o domínio dos

procedimentos inerentes à sistematização de conhecimentos, ou seja, do que costumamos denominar “metodologia da pesquisa”. Quanto à importância da aprendizagem de métodos científicos para os futuros docentes, entendemos que os instrumentos da pesquisa devem contribuir para que o profissional possa produzir e socializar conhecimento científico de modo sistemático.

Assim, para que a postura de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o professor necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos de pesquisa: levantamento de hipóteses, delimitação de problemas, registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados, verificação, etc.;

O trabalho de conclusão do curso (TCC) de História na Licenciatura EAD, será desenvolvido mediante a concepção e execução de projeto de pesquisa sob a supervisão de um professor-orientador. Ele resultará na elaboração de uma monografia que versará sobre temas relacionados à História, enquanto campo de conhecimento, sendo recomendável que as monografias (TCC) contemplem também aspectos do Ensino da História ou da História da Educação, uma vez que seu trabalho de conclusão de curso deve, necessariamente, relacionar-se ao seu futuro campo profissional, qual seja, a docência.

As disciplinas Monografia I e Monografia II conexas quanto ao pré-requisito, têm a finalidade de possibilitar aos alunos as orientações e acompanhamentos concernentes ao planejamento e realização de trabalho final de curso. São disciplinas que devem ser realizadas pelo aluno sempre com o mesmo professor, salvo circunstâncias excepcionais que justifiquem a mudança de orientação, o que se deve resolver por simples rito de intercomunicação entre as partes envolvidas e a coordenação do Curso. As disciplinas possibilitam o nexos entre teoria e prática na execução de uma pesquisa e demais tratamentos para o seu registro sob a forma de texto. As atividades a serem desenvolvidas serão agendadas entre o orientador e seus orientandos, mediante trabalhos de orientação e seminários, conforme planejamento dos respectivos orientadores.

Além das pesquisas com fontes primárias, a realização do trabalho de conclusão de curso inclui o exercício da análise crítica em conformidade com a conexão entre o plano interpretativo e empírico, bem como quanto à perspectiva de utilização prática do texto elaborado como material didático em sala de aula entre alunos do ensino fundamental e médio na medida em que o TCC deve ter relação com a área de formação do curso, qual seja, licenciatura.

A orientação do trabalho de conclusão de curso dar-se-á mediante a escolha do orientador pelo aluno orientando, no ato da matrícula na disciplina Monografia I, de acordo com a oferta de turmas e o estabelecimento de vagas por professor, a critério do colegiado do Curso.

Apoiados pelos coordenadores de polo e pelos tutores presenciais, os alunos matriculados tanto em Monografia I como em Monografia II deverão atuar na organização e apresentação pública dos trabalhos de Monografia de final de curso (20 horas da carga horária de exercício de cada disciplina).

As avaliações das disciplinas Monografia I e Monografia II, incluindo o trabalho final elaborado pelo aluno, serão realizadas pelo professor orientador que atribuirá às mesmas uma nota, suficiente ou não para a aprovação do aluno como nas demais disciplinas do Curso.

Quadro Resumo da Organização Curricular



Descrição	Previsto no PPC
Carga Horária Total	3210 horas
Carga Horária Obrigatória	3210 horas
Carga Horária Optativa	0 horas
Carga Horária de Disciplinas de Caráter Pedagógico	600 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	150 horas
Atividades Complementares	200 horas
Estagio Supervisionado	400 horas
Turno de Oferta	Integral
Tempo Mínimo de Integralização	4.0 anos
Tempo Máximo de Integralização	5.0 anos
Carga Horária Mínima de Matrícula Semestral	120 horas
Carga Horária Máxima de Matrícula Semestral	600 horas
Número de Novos Ingressantes no 1º Semestre	150 alunos
Número de Novos Ingressantes no 2º Semestre	0 alunos
Número de Vagas de Ingressantes por Ano	0 alunos
Prática como Componente Curricular	420 horas

Disciplinas do Currículo

Observações:

T - Carga Horária Teórica Semestral

E - Carga Horária de Exercícios Semestral

L - Carga Horária de Laboratório Semestral

OB - Disciplina Obrigatória

OP - Disciplina Optativa

EC - Estágio Curricular

EL - Disciplina Eletiva

Disciplinas Obrigatórias			Carga Horária Exigida: 2460				Crédito Exigido:	
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14610	METODOLOGIA EM EAD	2	30	30-0-0		OB
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14611	FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DA EAD	2	30	30-0-0		OB
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14612	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	4	60	60-0-0		OB
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14613	HISTÓRIA ANTIGA	4	60	60-0-0		OB
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14645	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0		OB
1º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14614	TEORIAS DA HISTÓRIA	4	60	60-0-0		OB
2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14615	METODOLOGIAS DA HISTÓRIA	4	60	60-0-0		OB



2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14646	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0	OB
2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14616	HISTÓRIA DA ÁFRICA	4	60	60-0-0	OB
2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14617	HISTÓRIA MEDIEVAL	4	60	60-0-0	OB
2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14618	PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL	4	105	30-75-0	OB
2º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14619	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14620	HISTÓRIA MODERNA	4	60	60-0-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14621	HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA	4	60	60-0-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14622	HISTÓRIA DA ÁSIA	4	60	60-0-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14647	DIDÁTICA	4	60	60-0-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14623	PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO	4	105	30-75-0	OB
3º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14624	HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14625	HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14626	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14648	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14627	HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14628	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4	60	60-0-0	OB
4º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14629	HISTÓRIA DO BRASIL INDEPENDENTE	4	60	60-0-0	OB



5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14649	FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4	60	60-0-0		OB
5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14630	PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA	4	105	30-75-0		OB
5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14631	HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	4	60	60-0-0		OB
5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14632	HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA	4	60	60-0-0		OB
5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14633	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA ANTIGA	4	60	60-0-0		OB
5º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14634	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA MEDIEVAL	4	60	60-0-0		OB
6º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14650	CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		OB
6º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14635	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA	4	60	60-0-0		OB
6º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14636	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA MODERNA	4	60	60-0-0		OB
6º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14637	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO BRASIL	4	60	60-0-0		OB
7º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14638	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	4	60	60-0-0		OB
7º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14651	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	4	60	60-0-0		OB
8º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14639	PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA	4	105	30-75-0		OB
8º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14652	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4	60	60-0-0		OB
8º	Núcleo de Educação Aberta e a Distancia	EAD14640	TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO	4	60	60-0-0		OB

02-Estágio Supervisionado			Carga Horária Exigida: 400			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo



6º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14641	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I	9	200	80-120-0	Disciplina: EAD14647	OB
7º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14642	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II	9	200	80-120-0	Disciplina: EAD14641	OB

03-Trabalho de Conclusão de Curso			Carga Horária Exigida: 150			Crédito Exigido:		
Período	Departamento	Código	Nome da Disciplina	Cr	C.H.S	Distribuição T.E.L	Pré-Requisitos	Tipo
7º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14643	MONOGRAFIA I	3	75	30-45-0	Disciplina: EAD14615	OB
8º	Núcleo de Educação Aberta e a Distância	EAD14644	MONOGRAFIA II	3	75	30-45-0	Disciplina: EAD14643	OB

Atividades Complementares

Equivalências

Currículo do Curso



Disciplina: EAD14610 - METODOLOGIA EM EAD

Ementa

Uso da plataforma Moodle e dos recursos didáticos desse ambiente virtual de aprendizagem. Tecnologias, linguagens e formas comunicativas aplicadas na mediação de atividades de ensino-aprendizagem a distância.

Objetivos

A metodologia de trabalho da Educação Aberta e a Distância deve ser antecedida de uma reflexão sobre metodologia de ensino e de aprendizagem. A disciplina visa apresentar alguns modelos metodológicos de ensino e de aprendizagem para que o aluno possa perceber o contexto em que a metodologia EAD se insere. Visamos apresentar questionamentos de propostas metodológicas de ensino nas quais o professor é situado como o mestre, que vai ensinar o que o aluno deve aprender. Esse tipo de concepção gera, no estudante, uma atitude passiva diante do processo de aprendizagem; a postura que ele assume é a do não-saber, enquanto que a postura assumida pelo mestre assume é a do saber. Essa tensão entre as partes não ocorre na metodologia EAD, visto que não existe ninguém que ocupe o lugar de mestre e possa representar o papel inibidor nesse processo.

Bibliografia Básica

ALVES, L. NOVA C. (Org.). Educação a distância : uma nova concepção e aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.

OLIVEIRA, Ramon de . Informática Educativa : dos planos e discursos à sala de aula. Campinas: Papyrus, 1997.

SILVA, Robson Santos da. MOODLE para Autores e Tutores - Educação a Distância na Web 2.0. 2. ed. São Paulo : Novatec Editora, 2011.

Bibliografia Complementar

BONILLA, M. H. Escola aprendente : para além da Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

CAMPOS, Gilda Helena Bernardino; ROQUE, Gianna Oliveira; AMARAL, Sergio Botelho do. Dialética da Educação a Distância . Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2007.

FERREIRA; S. L.; LOBO, V. I. T. O tutor na educação a distância: que sujeito é esse. In: SÉRIE PROGED . Salvador, ISP/UFBA, p.1-12,2005.

SILVA, M. Sala de aula interativa . Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na Educação : novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Érica, 2000.

Disciplina: EAD14611 - FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DA EAD

Ementa

O ensino à distância e as novas tecnologias. Ensino-aprendizagem e Internet. Os recursos de ensino e a tecnologia educacional em EAD. O processo de comunicação e de ensino e aprendizagem em EAD. A comunicação audiovisual. Seleção, produção e utilização de recursos audiovisuais no ensino. Análise e utilização de softwares educativos em EAD.

Objetivos

A disciplina Fundamentos Estruturais e Pedagógicos da EAD visa inúmeras discussões relativas à tessitura das relações existentes entre técnica/tecnologia e contextos de ensino e de aprendizagem. As atividades propostas para o desenvolvimento do curso levam em consideração conteúdos em vídeos, textos, fóruns de discussão, com o objetivo de promover a reflexão sobre o(s) lugar(es) da técnica/tecnologia na educação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria José P. M. de; SILVA, Henrique César da. (Orgs.) Linguagens, leituras e ensino da ciência . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

CAMPOS, Fernanda; SANTORO, Flávia; BORGES, Marcos; SANTOS, Neide. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIACOMANTONIO, Marcello. O ensino através dos audiovisuais . São Paulo: Summus, IEDUSP, 1981.



Bibliografia Complementar

FERNANDES, Natal Lânia R. Professores e computadores navegar é preciso . Porto Alegre: Mediação, 2004.

FILANTRO, Andrea . Design instrucional contextualizado : educação e tecnologia. Porto Alegre: Senac São Paulo, 2003.

MAGDALENA, Beatriz; COSTA, Iris E. Internet em sala de aula : com a palavra, os professores. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PETTITO, Sônia. Projetos de trabalho em informática . São Paulo: Papyrus, 2003.

VALENTE, André C. A linguagem nossa de cada dia . Petrópolis: Vozes, 1997.

Disciplina: EAD14612 - INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Ementa

Sociologia. Antropologia. Ciências Sociais. O pensamento de Weber, Durkheim, Comte, Marx e Bordieu. A antropologia de Boas, Frazer, Mauss, Levy-Strauss e Geertz.

Objetivos

- Identificar em qual contexto emergem as Ciências Sociais;
- Identificar a temática da alteridade nas Ciências Sociais;
- Identificar as diferenças e relações entre as categorias campo e cidade;
- Identificar o conjunto de transformações nos ambientes tradicionais/industriais;
- Identificar as principais teorias da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia sobre o Homem;
- Identificar as implicações das principais teorias da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia sobre o Homem;
- Identificar e relacionar os conceitos de cultura e sociedade nas principais teorias da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia.

Bibliografia Básica

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência . São Paulo: Brasiliense, 1982.

COHN, Gabriel. Sociologia. Para ler os clássicos . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1977.

GIDDENS, Anthony. Sociologia : uma breve porém crítica introdução Rio de Janeiro: Zahar. 1984.

Bibliografia Complementar

CHAUÏ, Marilena. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 1997,

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico .São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1982

MARX, Karl. Sociologia . São Paulo: Ática, 1984.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . Brasília: Editora da UNB. 1998.



Disciplina: EAD14613 - HISTÓRIA ANTIGA

Ementa

Estudo das estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas das civilizações grega e romana de acordo com os seguintes aspectos: a) políticos. A polis e a cosmópolis, os impérios macedônico e romano; b) econômicos. O modo de produção escravista e outras modalidades de trabalho dependente; c) sociais. Cidadãos, estrangeiros, aliados, escravos e mulheres; d) mentais. A religião privada e o culto público. As religiões de mistério. O culto imperial. Perspectivas historiográficas acerca das sociedades grega e romana.

Objetivos

- Compreender as linhas gerais de organização da sociedade grega antiga
- Compreender as linhas gerais de organização da sociedade helenística
- Compreender as linhas gerais de organização da sociedade romana antiga
- Identificar as principais correntes historiográficas para o estudo da Antiguidade
- Identificar as principais contribuições da Civilização Clássica para o mundo contemporâneo

Bibliografia Básica

- AUSTIN, M. & VIDAL-NAQUET, P. Economia e sociedade na Grécia Antiga . Lisboa: Ed. 70, 1986, p. 59-81.
- FINLEY, M. O mundo de Ulisses . Lisboa: Presença, 1988.
- GRIMAL, P. A civilização romana . Lisboa: Ed. 70, 1988.
- SILVA, G. V. da. A configuração do Estado romano no Baixo Império . História, São Paulo, v. 17/18, 1999.

Bibliografia Complementar

- LÉVÊQUE, P. O mundo helenístico . Lisboa: Ed. 70, 1987.
- MENDES, N. M. Roma republicana . São Paulo: Ática, 1988.
- MOSSÉ, C. As instituições gregas . Lisboa, Ed. 70, 1985.
- SILVA, G. V. da. A configuração do Estado romano no Baixo Império . História, São Paulo, v. 17/18, 1999.
- VERNANT, J. P. As origens do pensamento grego . São Paulo: Difel, 1986.

Disciplina: EAD14645 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Ementa

A relação entre a educação e seu contexto sócio-histórico-cultural: diferentes sociedades, diferentes educações e diferentes educações dentro da mesma sociedade. Gênese histórica e desenvolvimento do modelo hegemônico de escola no mundo e no Brasil. As diferentes correntes educacionais e seus fundamentos filosóficos: ontológicos, axiológicos, políticos, epistemológicos, gnosiológicos, estéticos. Teorizações funcionais, críticas e pós-críticas: diferenças e contradições.

Objetivos

Analisar aspectos relevantes da históricos e filosóficos da educação moderna e contemporânea percebendo a inter-relação entre educação, cultura, ciência, ética e conhecimento cotidiano.

Bibliografia Básica

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. Filosofia da Educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- História da Educação e da Pedagogia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação . São Paulo: Brasiliense, 2002. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia . 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 2003.

Bibliografia Complementar

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. Lições de sociologia . Lisboa: Edições 70, 2004.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo . São Paulo: Jorge Zahar, 1998.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização . São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sete aulas sobre linguagem, memória e história . Rio de Janeiro:



Imago, 1997.

GALLO, Silvio. Filosofia do ensino de filosofia . Petrópolis; Vozes, 2003

Disciplina: EAD14614 - TEORIAS DA HISTÓRIA

Ementa

O debate epistemológico em torno do estatuto científico da História; definições de História; "evolução" do conhecimento histórico; tempo histórico: temporalidade e historicidade; os campos da Teoria da História; Fontes e documentos na construção do conhecimento histórico; a relação passado-presente-futuro; o passado como um problema ontológico; aspectos básicos das escolas de pensamento: Escola Metódica francesa, Historicismo, Marxismo, Annales e Narrativismo.

Objetivos

Discutir diferentes concepções de história no senso comum e no universo dos saberes; Capacitar os alunos a compreender alguns dos principais instrumentos teóricos das correntes mais importantes da História em relação à análise documental e à abordagem historiográfica; Exercitar os alunos no reconhecimento dos instrumentos citados a partir de exemplos da bibliografia existente; Compreender o sentido, vantagens e limitações dos instrumentais teóricos constantes do programa; Identificar e problematizar diferentes tipos de fontes históricas; Analisar o processo de transformação do documento em monumento; Explicitar a crítica histórico-documental.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. Apologia da história . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia da história. Rio de Janeiro: Câmpus, 1997.

REIS, José C. A história, entre a filosofia e a ciência . São Paulo: Ática, 1996.

Bibliografia Complementar

CHARTIER, Roger. A história cultural : entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DROYSEN, Johann G. Manual de teoria da História . Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber . São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JULIA, Dominique & BOUTIER, Jean. Passados recompostos : campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/ Ed. FGV.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado . Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Disciplina: EAD14615 - METODOLOGIAS DA HISTÓRIA

Ementa

Etapas da pesquisa em História; A construção do projeto de pesquisa; Técnicas de pesquisa (exemplos: análise do discurso, história oral, iconografia e quantificação).

Objetivos

Conhecer e praticar os procedimentos fundamentais para a comprovação empírica de hipóteses ou para responder a perguntas de pesquisa por meio de técnicas aplicadas de tratamento documental.

Bibliografia Básica

BOM MEIHY, José C. S. Manual de História Oral . São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade : lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1987.

CARDOSO, Ciro F. Narrativa, sentido, história . Campinas: Papyrus, 1997.

Bibliografia Complementar

BURKE, Peter. Testemunha ocular : história e imagem. Trad. Vera M. X. Santos. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral : memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



GREIMAS, A. J. Análise do discurso em ciências sociais . São Paulo: Global, 1986.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória : a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso : princípios & procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

Disciplina: EAD14646 - POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

A política educacional como política social: o direito à educação e a justiça social. Introdução às teorias do Estado. Estado, os atores sociais e a política pública. Planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade. Políticas educacionais no Brasil contemporâneo: legislação, estrutura e organização: financiamento da educação no Brasil; organização e formação do trabalho docente. Sistemas de avaliação em larga escala na educação brasileira. Políticas educacionais no Espírito Santo.

Objetivos

Analisar a política e a organização da Educação Básica no Brasil em suas dimensões conceituais, históricas, políticas e jurídicas;

Conhecer a gênese do Estado, em seus aspectos históricos, segundo as principais perspectivas teóricas sociais modernas, com suas ramificações contemporâneas;

Conhecer a evolução histórica do ensino brasileiro quanto à oferta, responsabilidades, organização e funcionamento, relacionando-o às teorias do Estado, à democracia e à política educacional atual;

Relacionar o Estado Federativo brasileiro à organização e funcionamento da educação nacional;

Compreender a organização do ensino brasileiro a partir dos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996;

Analisar a função social da escola, o direito à educação e as políticas de formação de professores a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024);

Compreender a política de financiamento da educação como instrumento de garantia do direito à educação;

Compreender o direito à educação em sua universalidade para além da idade-série da educação escolar incluindo segmentos historicamente excluídos (pessoas com deficiência, populações de rua, quilombolas e do campo, jovens e adultos e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas)

Discutir o atendimento educacional no Brasil e no Espírito Santo, bem como os padrões de qualidade e as avaliações sistêmicas do ensino brasileiro e no Estado do Espírito Santo.

Bibliografia Básica

BEHRING, E. R. Capitalismo, liberalismo e origens. In: Política Social: fundamentos e história. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CIAVATTA, M. A.; RAMOS, M. A “era das Diretrizes”: a disputa do projeto de educação pelos mais pobres. Revista Brasileira de Educação. v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012.

CHAUÍ, Marilena Público, Privado e Despotismo In: NOVAIS, Adauto (Org). Ética. Companhia das letras, 2002.

Bibliografia Complementar

CURY, J. Estado e políticas de financiamento em educação. Educação e Sociedade . Campinas, SP. V.28, n. 100 – especial. p. 831 – 855, out. 2007.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI 9.394/1996.

SILVA, M. A.; CUNHA, C. da (Orgs.) Educação Básica : políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Coleção Políticas Públicas de Educação).

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Federalismo e formação profissional : por um sistema unitário e plural. Revista Retratos da Escola , Brasília, v. 6, n. 10, p. 211-225, jan./jun. 2012. Disponível em: Acesso em 20 set. 2016. 10

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO. Sebastião Pimentel; SALIM, Mari Alayde Alcantara (Orgs.). História da educação no Espírito Santo : vestígios de uma construção. Vitória: EDUFES,

Disciplina: EAD14616 - HISTÓRIA DA ÁFRICA

Ementa

Nas últimas décadas, o campo historiográfico da História da África se desenvolveu de forma evidente, principalmente depois da promulgação da lei n. 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino médio e fundamental no país. Em consonância com a emergência das pesquisas relacionadas à História da África no Brasil, a disciplina proposta visa oferecer uma visão geral da história do continente para os alunos de graduação. Para tanto, dividimos a cronologia da História da África em três grandes unidades, compreendendo as idades antiga e medieval, moderna e contemporânea. A intenção, aqui, é oferecer uma compreensão básica das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais das diversas sociedades existentes no passado africano, assim como demonstrar sua relação íntima com a Europa, Ásia e América. Em termos gerais, enfocaremos, na disciplina ofertada, a primazia africana no processo de hominização de nossa espécie, o panorama africano antes do século XV e do início das grandes navegações europeias, o tráfico negreiro e suas consequências para a África, a expansão imperialista e a partilha do continente, os movimentos de descolonização e o modo como atualmente a África se insere no mundo.

Objetivos

- Capacitar o aluno com noções básicas acerca da História do continente africano, perpassando diferentes épocas;
- Habilitar o aluno com conhecimentos necessários sobre as diversas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais das diferentes sociedades africanas na história;
- Apresentar ao aluno questões atinentes à diáspora africana e à formação da cultura afro-brasileira, ao imperialismo europeu na África e aos processos de descolonização e inserção atual dos países africanos na política internacional.

Bibliografia Básica

- CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra . Vitória: Flor e cultura, 2007.
- COSTA E SILVA, A. A enxada e a lança : a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996
- HERNANDEZ, L. L. A África na sala de aula : visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- OGOT, B. A. (Org.). África do século XVI ao XVIII . São Paulo: Cortes, 2011.

Bibliografia Complementar

- HEYWOOD, L. M. Diáspora negra no Brasil . São Paulo: Contexto, 2015. LOVEJOY, P. A escravidão na África : uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- M'BOKOLO, E. África negra : história e civilizações (Tombo I e II). Salvador: EDUFBA, 2011.
- MILLER, J. C. Poder político e parentesco : os antigos estados mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.
- SARAIVA, J. F. S. O Lugar da África : a dimensão atlântica da política exterior brasileira. Brasília: UnB, 1996.
- THORNTON, J. K. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800) . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- WESSELING, H. L. Dividir para dominar : a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: REVAN, 1998.

Disciplina: EAD14617 - HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa

Estudo das estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas do mundo mediterrâneo entre os séculos V e XV de acordo com os seguintes aspectos: a) políticos. Os reinos bárbaros, o Império Carolíngio, a descentralização feudal; b) econômicas. Emergência e dissolução do modo de produção feudal; c) sociais. A divisão da sociedade em ordens. d) religiosos. A Igreja e o ideal da teocracia pontifícia. Perspectivas historiográficas acerca da História da Idade Média.

Objetivos

Adquirir de noções básicas sobre o período e relacioná-las com o tempo e o espaço. Compreender as relações do medievo com a Antiguidade clássica e com a modernidade, percebendo as permanências e as continuidades, as mutações e as evoluções, num nível razoável. Redimensionar a percepção historiográfica que localiza o medievo como era das trevas.

Bibliografia Básica

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média : textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

BATISTA NETO, Jônatas. História da Baixa Idade Média . São Paulo: Ática, 1989.

FRANCO Jr., Hilário. Idade Média: o nascimento do ocidente . São Paulo: Brasiliense, 1986.

HEERS, Jacques. História medieval . São Paulo: DIFEL, 1974.

Bibliografia Complementar

ESPINOSA, Fernanda. Antologia de textos históricos medievais . Lisboa: Sá da Costa, 1972.

FENTON, Edwin. 32 problemas na História universal . São Paulo: EDART, 1974.

FREITAS, Gustavo. 900 textos e documentos de História . Lisboa: Plátano, 1977.

LOYN, Henry R. Dicionário da Idade Média . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

PERROY, Édouard. História Geral das Civilizações . Tomo III. 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1974.

Disciplina: EAD14618 - PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA E

Ementa

Articulação de conhecimentos teóricos e práticas com vistas à formação do professor da educação básica. Desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem nas habilidades de produção, crítica e transmissão do conhecimento histórico no contexto do período da História Antiga e Medieval. Análise e/ou elaboração de materiais didáticos que expressem o ensino aprendizagem neste período histórico. Desenvolvimento de práticas de extensão entendidas como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Objetivos

1) Desenvolver prática/pesquisa do ensino-aprendizagem e da extensão em espaços como: secretarias de educação, sindicatos, "agências educacionais não escolares", comunidades e laboratórios de ensino;

2) Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação diagnóstica, planejamento e desenvolvimento de aulas, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação de aprendizagem, desenvolvimento, aplicação e avaliação de jogos, CD's e outros materiais curriculares (didáticos, paradidáticos), planejamento curricular - incluindo planejamento de ensino por projetos, planejamento de ensino - de unidades e aulas e, da mesma forma, elaboração de produtos a partir de atividades de extensão.

Bibliografia Básica

GARRAFONI, R. S. Contribuições da Epigrafia para o estudo dos gladiadores romanos no início do Principado. História , v. 24, n. 1, p. 247- 261, 2005.

PINSKY, J. 100 textos de História Antiga . São Paulo: Contexto, 2015.

PIRES, F. M. (Org.). Antigos e modernos . São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, G. V. da; GONÇALVES, A. T. M. Algumas reflexões sobre os conteúdos de História Antiga nos livros didáticos brasileiros. História e Ensino , v. 7, p. 123- 141, 2001.



Bibliografia Complementar

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura política e leituras do passado : historiografia e ensino de história . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, C. F. Sete olhares sobre a Antiguidade . Brasília: UNB, 1994.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Dossiê: Ensino de História e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, n. 41, 2008.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia . São Paulo: Ática, 1988.

SILVA, G. V. da; LEITE, L. R.; SILVA, E. C. M. da; NETO, B. M. L. Cotidiano e sociabilidades no Império Romano . Vitória: GM, 2015.

Disciplina: EAD14619 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

A abordagem sociológica no estudo dos problemas educacionais. Estudo analítico das principais correntes do pensamento sociológico-educacional. A sociologia da educação no Brasil. Os desafios à educação impostos pela contemporaneidade.

Objetivos

Compreender os princípios das principais tradições teóricas da sociologia da educação; Elaborar leituras mais criteriosas de obras clássicas e contemporâneas das ciências sociais que se dedicaram ao estudo da educação e da escola como instituições sociais; Identificar os principais teóricos que se dedicaram ao entendimento da educação no contexto social brasileiro desde a década de 30, suas principais ideias e desafios teórico-metodológicos.

Bibliografia Básica

Boto, C. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita : o relatório de Condorcet, Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.

Adorno, T. W. Educação e emancipação . São Paulo, Paz e Terra. Capítulo 9, p. 169-186.

Durkheim, E. Educação e sociologia. In Fillo, J. Emile Durkheim (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 39-66.

Bibliografia Complementar

BOURDIEU, P. A escola conservadora : as desigualdades frente à escola e à cultura. In Bourdieu, P. Escritos de Educação. Petropolis, RJ: Vozes, 2007. p. 39-64.

CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos . Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

DEWEY, D. A concepção democrática da educação. In Westbrook, R. B; Teixeira, A. John Dewey (Coleção Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 85-109.

DINIZ, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual . Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

FREIRE, P. Justificativa da pedagogia do oprimido. In. Freire, P. A pedagogia do oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1987. p. 16-32.



Disciplina: EAD14620 - HISTÓRIA MODERNA

Ementa

Estudo das estruturas sociais econômicas, política, mentais e religiosas da Europa; Época moderna; Renascença; Reforma; Absolutismo; Revoluções inglesas do século XVII; Iluminismo; Revolução Francesa.

Objetivos

O curso tem por objetivo propiciar uma visão abrangente dos fundamentos da modernidade europeia entre os séculos XV e XVIII. Assim, ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de identificar os principais acontecimentos históricos — econômicos, políticos e sociais — que marcaram a época moderna, articulando-os às ideias que promoveram as transformações mentais mais importantes do período.

Bibliografia Básica

DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento . Lisboa, Editorial Estampa, 1984. 2 vols.

FURET, François. Pensando a Revolução Francesa . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640 . Lisboa/São Paulo, Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, sd.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista . 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

HILL, Christopher. As origens intelectuais da Revolução Inglesa . São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LÉFEBVRE, Georges. O grande medo . Rio de Janeiro, Campus, sd.

MICHELET, Jules. A Revolução Francesa . São Paulo, Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.

STONE, Lawrence. Causas da Revolução Inglesa . Bauru, EDUSC, 2000.

Disciplina: EAD14621 - HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Ementa

Características socioculturais, políticas e econômicas do Reino Português: da expansão ultramarina e formação do Império Colonial Português, às crises do sistema colonial. Fundamentos diplomáticos, político-jurídicos, econômicos e socioculturais no processo de apropriação das terras do Novo Mundo e formação do espaço geográfico na América Portuguesa. Miscigenação e aculturação no contexto da exploração mercantil-escravista: agro manufatura comercial, extrativismo e atividades subsidiárias. Pluralismo administrativo nas relações de poder e emergência das elites: capitanias, câmaras municipais, repartições administrativas. União Ibérica (1580-1640), Conselho Ultramarino (1642) e reformas pombalinas: centralização político-administrativa. Percepção da identidade e dos interesses regionais: manifestações nativistas e emancipacionistas e as contradições preliminares entre protecionismo e liberalismo. Transmigração da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. Peculiaridades da formação social na América Portuguesa. As relações socioculturais no denominado período colonial. Temas conexos e considerações historiográficas pertinentes.

Objetivos

DESENVOLVER o espírito crítico, através de leituras e interpretações de textos representativos das principais correntes historiográficas concernentes ao período.

ANALISAR o processo de apropriação e exploração das terras do Novo Mundo e o processo da formação social na América Portuguesa, implícitos os fatores econômicos, políticos e culturais, até o início do século XIX.

INTERPRETAR o significado das mudanças e/ou permanências socioculturais e a emergência dos interesses regionais observadas no período colonial, consideradas à luz das transformações contemporâneas.

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira . Tomo I - A Época Colonial: vol. 1 - Do descobrimento à expansão territorial. Vol. 22 - Administração, economia,



sociedade. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil . Vol. 1 - Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

PITTA, Sebastião da Rocha. História da América portuguesa . Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1964.

Bibliografia Complementar

LAPA, Jose Roberto do Amaral. Economia colonial . São Paulo: Perspectiva, 1973.

LYRA, Augusto Tavares da. Organização política e administrativa do Brasil : colônia, império e república. Sao Paulo: Ed. Nacional, 1941.

RAMINELLI, Ronald José. Viagens ultramarinas : monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo, SP: Alameda, 2008

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura no Brasil colônia . Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, Rogério Forastieri da. Colônia e nativismo : a história como 'biografia da nação'. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

Disciplina: EAD14622 - HISTÓRIA DA ÁSIA

Ementa

Estudos das estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas da Ásia. A Ásia antes do século 16. A Ásia e o imperialismo. Nacionalismo na Ásia. Segunda Guerra Mundial na Ásia. A Ásia independente.

Objetivos

A disciplina tem como objetivo compreender historicamente o período moderno e contemporâneo da Ásia. Será dada ênfase aos aspectos políticos e históricos desde o século XVI até a contemporaneidade da Ásia a enfatizar o subcontinente indiano, China, Coreia, Sudeste Asiático e Japão.

Bibliografia Básica

HENSHALL, Kenneth. História do Japão . Lisboa: Edições 70, 2004.

PANIKKAR, K. M. A Dominação Ocidental na Ásia . 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SPENCE, Jonathan. Em Busca da China Moderna : Quatro Séculos de História. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Bibliografia Complementar

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada . São Paulo: Perspectiva, 1972.

CANEDO, Letícia Bicalho. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1991.

CHESNEAUX, Jean. A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX. São Paulo: Pioneira, 1976.

DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FINKELSTEIN, Norman G. Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Disciplina: EAD14647 - DIDÁTICA

Ementa

As relações entre Educação, Didática e ensino. Questões atuais da Educação. Projeto pedagógico da escola e trabalho docente. Abordagens de ensino e a tradição pedagógica brasileira. Cotidiano da escola e da sala de aula: as relações entre professores, alunos e outros sujeitos do processo educativo. Planejamento de ensino: modalidades de trabalho pedagógico e planos de ensino. Objetivos e conteúdos de ensino. Estratégias de ensino-aprendizagem. Recursos didáticos e tecnologias da informação e da comunicação. Avaliação da aprendizagem: critérios e instrumentos.

Objetivos

- Refletir e analisar a atuação do professor e da escola no contexto da realidade brasileira atual.
- Adquirir fundamentação teórica sobre o processo ensino-aprendizagem.
- Desenvolver habilidades técnicas de ensino com vistas à melhoria do desempenho docente.

Bibliografia Básica

CORDEIRO, Jaime. Didática . 2. ed. Paulo: Editora Contexto, 2010.
FARIAS, Isabel Maria S. de; SALES, Josete de O. C. B.; BRAGA, Maria M. S. de C.; FRANÇA, Maria do S. L. M. Didática e docência : aprendendo a profissão. Brasília: Líber Livro, 2009.
HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de didática geral . São Paulo: Ática, 1994.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber : elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Editora Cortez, 1990.
VASCONCELLOS, Celso do S. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1988.

Disciplina: EAD14623 - PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL E

Ementa

Articulação de conhecimentos teóricos e práticas com vistas à formação do professor da educação básica. Desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem nas habilidades de produção, crítica e transmissão do conhecimento histórico no contexto dos períodos e dos temas da História do Brasil e Espírito Santo. Análise e/ou elaboração de materiais didáticos que expressem o ensino-aprendizagem nestes períodos históricos. Desenvolvimento de práticas de extensão entendidas como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Objetivos

- 1) Desenvolver prática/pesquisa do ensino-aprendizagem e da extensão em espaços como: secretarias de educação, sindicatos, "agências educacionais não escolares", comunidades e laboratórios de ensino;
- 2) Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação diagnóstica, planejamento e desenvolvimento de aulas, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação de aprendizagem, desenvolvimento, aplicação e avaliação de jogos, CD's e outros materiais curriculares (didáticos, paradidáticos), planejamento curricular - incluindo planejamento de ensino por projetos, planejamento de ensino - de unidades e aulas e, da mesma forma, elaboração de produtos a partir de atividades de extensão.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História : conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
FONSECA, Thais Nívia de Lima E. História & Ensino de História. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica

Editora, 2011.

Bibliografia Complementar

CERRI, Luís Fernando. Ensino de história e consciência histórica : implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Dossiê: Ensino de História e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, n.41, 2008.

FERREIRA, R. Entre o sagrado e o profano : o lugar social do professor . 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

TEMPO. Dossiê Ensino de História. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, n.21, 2006.

Disciplina: EAD14624 - HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL

Ementa

Análise panorâmica de temas da história americana pré-colombiana e colonial; Características gerais das culturas pré-colombianas; A Conquista e o processo de resistência; A colonização na era mercantilista; O sistema colonial e suas modalidades: a colonização espanhola, francesa e inglesa; a Indo-América e a Afro-América; As estruturas econômico-sociais e político-administrativas da América Colonial; As estruturas ideológicas da dominação: a Igreja e a colonização; Os movimentos anti-metropolitanos; A Ilustração e as Reformas Bourbonicas.

Objetivos

Comparar as diversas sociedades indígenas da América pré-colombiana, destacando suas concepções mitológicas e formas de organização política; Examinar as representações do mundo americano produzidas por diversos observadores (viajantes, clérigos, indígenas) no período colonial, destacando as diversas estratégias e ideologias utilizadas; Comparar a especificidade das formas de colonização, organização social e imaginário religioso na América espanhola.

Bibliografia Básica

BETHELL, Leslie. História da América Latina . São Paulo: Edusp, 1999.

FAVRE, Henri. A civilização inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

GENDROP, Paul. A civilização maia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Bibliografia Complementar

GIUCCI, Guillermo. Viajantes do maravilhoso. O Novo Mundo . São Paulo: Companhia das Letras: 1992.

FERREIRA, Jorge Luiz. Incas e astecas. Culturas pré-colombianas . São Paulo: Atica, 1988.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário . Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LÉON-PORTILLA, Miguel. A Conquista da América Latina vista pelos índios : relatos astecas, maias e incas. Petrópolis: Vozes, 1991.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Disciplina: EAD14625 - HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE

Ementa

Análise panorâmica de temas da história americana da independência aos dias atuais. O processo de independência; Unitarismo x Federalismo; Os Estados latino-americanos no século XIX; O caudilhismo; As características das reformas liberais no contexto socioeconômico latino-americano; A influência da Inglaterra; A Guerra do Paraguai; Os EUA: expansão territorial, guerra civil e reconstrução; México: A Reforma Liberal, o Porfiriato e a Revolução; Os Estados Americanos no século XX: suas estruturas econômicas, políticas e sociais; A Hegemonia dos E.U.A. e o imperialismo; O populismo na América Latina; América Latina e Guerra Fria: processos revolucionários e contrarrevolucionários; Os problemas do desenvolvimento; A integração Latino-americana: fracassos e perspectivas; A Igreja e os dilemas da América Latina Contemporânea; A América Latina no mundo: perspectivas atuais.

Objetivos

Discutir e fazer uma análise crítica da bibliografia, observando as diversas interpretações sobre temáticas centrais à história das Américas a partir da independência; Trabalhar com uma seleção de materiais (bibliográficos, visuais e fílmicos) que nos permitirão analisar o processo de formação das sociedades americanas contemporâneas.

Bibliografia Básica

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina . vol. V: De 1870 a 1930. Trad. de Geraldo Gerson de Souza.. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial SP; Brasília, DF: Funag, 2002.

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina . vol. VI: A América Latina após 1930. Economia e sociedade. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial SP; Brasília, DF: Funag, 2005.

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina . vol. VII: A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Bibliografia Complementar

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina . vol. IV: De 1870 a 1930. Trad. de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial SP; Brasília, DF: Funag, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998. D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). Democracia e forças armadas no Cone Sul . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DABÊNE, Olivier. América Latina no século XX . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GIL, Antonio Carlos Amador. O lugar dos indígenas na nação mexicana : tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX. Vitória: Aves de Água Projeto Editorial, 2013.

PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina no século XIX . Tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

Disciplina: EAD14626 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Ementa

Disciplina voltada para a compreensão e problematização, de forma analítica, da história política e das práticas socioeconômicas, ambientais e culturais que marcaram o mundo contemporâneo na Europa desde o início do século XIX até meados do século XX.

Objetivos

1. Tratar principalmente, mas não exclusivamente, da história europeia contemporânea, entre o início do século XIX e meados do século XX;
2. Compreender as mudanças relacionadas com o surgimento de uma cultura política democrática na Europa do século XIX e suas mudanças na primeira metade do século XX;
3. Discutir as questões relativas à conservação do meio ambiente no mundo contemporâneo.
4. Compreender dois grandes acontecimentos do período que foram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial em termos do processo histórico que as originaram, das guerras em si e de seus desdobramentos.

Bibliografia Básica

- FURET, François. O passado de uma ilusão : ensaios sobre a idéia comunista no século XX. Tradução de Roberto L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud , volume 3, O cultivo do ódio. Tradução de Sérgio G. de Paula e Viviane L. Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud , volume 1, A educação dos sentidos. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia Complementar

- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo . Tradução de Donaldson M. Garschagen. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- PERROT, Michelle. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: Os excluídos da história : operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 53-80.
- POLANYI, Karl. A grande transformação : as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- THOMPSON, Edward P. Costumes em comum : estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Disciplina: EAD14648 - EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS

Ementa

Relações étnico-raciais e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Relações étnico-raciais, identidades e subjetividades. Escola, currículo e a questão étnico-racial na educação básica. Raízes históricas e sociológicas da discriminação contra o negro na educação brasileira. A formação de profissionais da educação para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Objetivos

- Analisar a produção social e histórica do racismo na educação brasileira.
- Conhecer o processo histórico de educação da população negra no Brasil.
- Examinar o conceito de raça social como categoria de análise na educação.
- Desconstruir estereótipos e estigmas produzidos contra o negro na educação brasileira.
- Conhecer os pressupostos para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.
- Analisar a produção do Movimento Negro acerca do antirracismo na educação.
- Compreender as proposições e as formas de ações afirmativas para a população negra na educação em suas múltiplas perspectivas.

Bibliografia Básica



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Vozes, 2004.

Bibliografia Complementar

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.29, nº.1, jan./jun. 2003. p. 167-182.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Autores Associados, ANPED, 2000. n. 15, p. 134-158.

ROMÃO, Jeruse (Org.). História da educação dos negros e outras histórias. Brasília: MEC/Secad, 2005.

Disciplina: EAD14627 - HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Ementa

A constituição da Capitania do Espírito Santo, seu desenvolvimento econômico, político e cultural; 2. A Companhia de Jesus no Espírito Santo; 3. Índios e negros: o braço escravo na formação econômica do E. Santo; 4. A descoberta do ouro e suas relações com o desenvolvimento da Capitania; 5. O século XIX no E. Santo: questões políticas; a imigração europeia e os núcleos coloniais; o período republicano; 6. A evolução política, econômica, social, ambiental e cultural do século XX no Espírito Santo.

Objetivos

Capacitar para uma visão crítica da historiografia do Espírito Santo, que contemple o aprendizado crítico, o conhecimento de fontes, a reformulação de velhos problemas e o interesse por uma prática transdisciplinar com o uso de novas metodologias na pesquisa e no ensino da história capixaba. Discutir as questões relativas ao desenvolvimento econômico e à conservação do meio ambiente na história do Espírito Santo.

Bibliografia Básica

ACHIAMÉ, Fernando A. M. O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937) : elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo . Vitória: Fundação Cultural do ES, s/d

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

Bibliografia Complementar

BITENCOURT, Gabriel Mello. Esforço Industrial na República do café (o caso do ES 1889-1930), Vitória, 1982

BORGIO, Ivan; ROSA, Léa Brígida R. de Alvarenga, PACHECO, R. J. C. Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960) . EDUFES, Vitória, 1994.

DERENZI, Luis Serafim. Biografia de uma ilha . Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1995

GUALBERTO, João. A Invenção do Coronel . Vitória: Secretaria e Difusão Cultural/UFSE, 1995.

SALETO, Nara. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930) . EDUFES: Vitória, 1996.

Disciplina: EAD14628 - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa

Relação Psicologia e Educação. A dinâmica psicossocial da educação: sistema educacional brasileiro, práticas educacionais e cotidiano escolar. Concepções de aprendizagem e processos educacionais.

Objetivos

- 1) Propiciar ao aluno o acesso e a construção de conhecimentos que permitam refletir acerca da problemática da criança e do adolescente brasileiro;
- 2) Oportunizar ao aluno análises e reflexões acerca da construção histórico-social das noções de criança, família e escola;
- 3) Estabelecer uma visão crítica a respeito da psicologia na escola através de sua contextualização histórica;
- 4) Refletir sobre a produção do fracasso escolar caracterizando as diferentes linhas teóricas de explicação do fenômeno;
- 5) Relacionar aos aspectos descritos acima o lugar da formação do professor no Brasil;
- 6) Empreender análises a respeito das concepções de aprendizagem presentes no contexto escolar.

Bibliografia Básica

- ARIÈS, PHILIPPE. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
TANAMACHI, Elenita de Rício et ali (org.). Psicologia e educação : desafios teórico-práticos. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

Bibliografia Complementar

- ARIÈS, Philippe; CHARTIR, Roger (org.). História da vida privada . volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias . 2. ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1986.
FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
PATTO, Maria Helena Souza (Org.). Introdução à psicologia escolar. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

Disciplina: EAD14629 - HISTÓRIA DO BRASIL INDEPENDENTE

Ementa

Estabelecimento do Governo Monárquico no Rio de Janeiro: acordos diplomáticos; superação do “pacto colonial”; políticas liberais e emergência pré-industrial. Mudanças na estrutura político-administrativa e nas relações de poder. Institucionalização do Reino do Brasil unido ao Reino de Portugal. Revolução Pernambucana, Revolução Liberal do Porto. Formas de Governo e integridade territorial. O Primeiro Reinado: o reconhecimento da independência, a Constituição de 1824, a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina. Período Regencial (1831-1840): conflitos regionais e a formação dos partidos políticos. Emergência e consolidação da cafeicultura. O Segundo Reinado: políticas tarifárias, industrialização, imigrações, relações de trabalho e emergência da organização sindical. Movimento republicano, abolicionismo, questões militares: a transição da Monarquia para a República. A Constituição de 1891. Federalismo oligárquico e elites regionais, agrárias e urbanas. Partidos políticos e organização sindical. Manifestações e conflitos políticos e sociais na Primeira República. Mudanças culturais, políticas e econômicas, após a Primeira Guerra: Semana de Arte Moderna; Partido Comunista; Tenentismo. A crise final da República Velha. Relações internacionais brasileiras, (1808 e 1930). Peculiaridades da formação social brasileira, da identidade nacional e relações socioculturais (1808-1930). Temas conexos e considerações historiográficas pertinentes.

Objetivos

DESENVOLVER o espírito crítico, através de leituras e interpretações de textos representativos das principais correntes historiográficas concernentes ao período.



ANALISAR o processo de mudanças políticas e econômicas, no Brasil, no âmbito das relações capitalistas ocidentais, desde o início do século XIX até 1930.

INTERPRETAR as relações conflituosas entre as aspirações transformadoras e as resistências conservadoras, sócio-culturais e políticas, observadas no Brasil, desde o início do século XIX até 1930.

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira . Tomo II – O Brasil Monárquico. Vol. 1 - O processo da emancipação; Vol. 2 - Dispersão e unidade; Vol. 3 – Reações e transações; Vol. 4 - Declínio e queda do Império; Vol. 5 - Do Império à República. São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

COSTA, Emilia Viotti da. A abolição . 4.ed. - São Paulo: Global, 1988.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem : a elite política imperial. Teatro de sombras : a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia a Republica : momentos decisivos. 5. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro. 3. ed., rev. São Paulo: Globo, 2001.

NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil . vol 02. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil . vol 03. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

Disciplina: EAD14649 - FUNDAMENTOS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Fundamentos históricos da educação de surdos. Aspectos linguísticos da língua de sinais. A cultura e a identidade surda. Legislação específica. Sinais básicos para conversação.

Objetivos

1. Analisar o conjunto de estudos sobre surdos e sobre a surdez numa perspectiva da língua de sinais enquanto língua de grupo social.
2. Compreender as relações históricas entre língua, linguagem, língua de sinais
3. Conhecer as teorias e as pesquisas sobre surdos e sobre a língua de sinais e seu uso nos espaços escolares;
4. Inserir um vocabulário mínimo de língua de sinais para conversação;

5. Proporcionar o conhecimento de aspectos específicos das línguas de modalidade visual-espacial.

Bibliografia Básica

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1 a. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia de Feitosa. Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação/FAPESP, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.) Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SKLIAR, C.(org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação,1998.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. Os surdos, os ouvintes e a escola: narrativas traduções e histórias capixabas. Vitória: Edufes, 2010.

Disciplina: EAD14630 - PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE TEORIA E

Ementa

Articulação de conhecimentos teóricos e práticas com vistas à formação do professor da educação básica. Desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem nas habilidades de produção, crítica e transmissão do conhecimento em metodologias e teorias da história. Análise e/ou elaboração de materiais didáticos que expressem o ensino-aprendizagem nestas vertentes do conhecimento histórico. Desenvolvimento de práticas de extensão entendidas como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Objetivos

1) Desenvolver prática/pesquisa do ensino-aprendizagem e da extensão em espaços como: secretarias de educação, sindicatos, "agências educacionais não escolares", comunidades e laboratórios de ensino;

2) Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação diagnóstica, planejamento e desenvolvimento de aulas, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação de aprendizagem, desenvolvimento, aplicação e avaliação de jogos, CD's e outros materiais curriculares (didáticos, paradidáticos), planejamento curricular - incluindo planejamento de ensino por projetos, planejamento de ensino - de unidades e aulas e, da mesma forma, elaboração de produtos a partir de atividades de extensão.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História : conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História : fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Novos domínios da História . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura política e leituras do passado : historiografia e ensino de história . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERRI, Luís Fernando. Ensino de história e consciência histórica : implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Dossiê: Ensino de História e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, n. 41, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de história no Brasil : a versão fabricada. São Paulo: Global Ed, 1982.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.



Disciplina: EAD14631 - HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ementa

A Revolução de 1930 e a Era Vargas. Modernização autoritária, políticas públicas sociais, institucionalização trabalhista e sindical. Revolução Constitucionalista (1932) e a Constituição de 1934. Aliança Nacional Libertadora (1935), Ação Integralista Brasileira (1932-1938), o Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. Golpe de 1964, a Constituição de 1967 e o Regime Militar. A Nova República e a Constituição de 1988. Manifestações sociais, conflitos políticos e reação conservadora: elitismo e populismo. A questão agrária e as lutas sociais no campo. Democracia restringida e Golpes de Estado. Partidos políticos e governo de coalizão. Peculiaridades do desenvolvimento econômico brasileiro com seus efeitos ambientais: nacionalismo; nacional desenvolvimentismo; modernização agrária e agronegócio; capitalismo multinacional; mundialização ou globalização do capital. Neoliberalismo e tendências reformistas. As relações internacionais brasileiras: Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria; Política Externa Independente; Blocos econômicos regionais. Peculiaridades da formação social brasileira; relações socioculturais. Os governos recentes e as questões sociais, políticas e econômicas relevantes. As crises contemporâneas. Temas conexos e considerações historiográficas pertinentes.

Objetivos

DESENVOLVER o espírito crítico, através de leituras e interpretações de textos representativos das principais correntes historiográficas concernentes ao período.

ANALISAR o processo de mudanças políticas e econômicas, no Brasil republicano, no âmbito das relações capitalistas ocidentais, desde 1930 até os dias atuais.

DISCUTIR as questões relativas à conservação do meio ambiente no Brasil contemporâneo.

INTERPRETAR as relações conflituosas entre as aspirações transformadoras e as resistências conservadoras, sócio-culturais e políticas, observadas no Brasil republicano, desde 1930 até os dias atuais.

Bibliografia Básica

FAUSTO, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira . Tomo III – O Brasil Republicano. vol. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930); vol. 2 – Sociedade e instituições (1889-1930); vol. 3. Sociedade e política (1889-1930); vol. 4. Economia e cultura (1930-1964); São Paulo, Difusão Europeia do Livro.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do Regime Militar Brasileiro . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil . vol 04 – Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; LINHARES, Maria Yedda Leite. História geral do Brasil . 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. O grande irmão : da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. A construção política do Brasil : sociedade, economia e Estado desde a Independência. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Ed. 34, 2016.

Disciplina: EAD14632 - HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Ementa

A história da historiografia como um campo autônomo no interior dos estudos históricos; objetos, metodologias e perspectivas de análise em pesquisas de história da historiografia; a história da história em perspectiva crítica; recortes e problemáticas contemporâneos e tradicionais da história da historiografia; autores clássicos que se dedicaram ao estudo da história da historiografia; historiografia antiga, medieval, moderna e contemporânea: definições e problemas.

Objetivos

Discutir diferentes concepções de historiografia e de história da historiografia; capacitar os alunos a compreender alguns dos principais instrumentos teóricos e metodológicos para se investigar a história da historiografia; correntes teóricas e contribuições ao estudo da história da história; exame crítico das diversas abordagens historiográficas em diferentes contextos históricos; exercitar os alunos no reconhecimento dos instrumentos citados a partir de exemplos da bibliografia existente.

Bibliografia Básica

BLOCH, Marc. Apologia da história . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
LE GOFF, Jacques. História e memória . Campinas: Ed.Unicamp, 1994.
REIS, José Carlos. História & teoria . Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia da história. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
JULIA, Dominique & BOUTIER, Jean. Passados recompostos : campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/ Ed. FGV.

KOSSELLECK, Reinhart. Futuro passado . Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
LE GOFF, Jacques. História nova . São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história . São Paulo: Autêntica, 2008.

Disciplina: EAD14633 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA ANTIGA

Ementa

Estudos aprofundados de temas específicos de História Antiga.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história antiga no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

BROWN, P. Corpo e sociedade . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
CARDOSO, C. F. S. A cidade-Estado antiga . São Paulo: Ática, 1985.
JONES, P. O mundo de Atenas . São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 201-249.

Bibliografia Complementar

GABRECHT, A. P. A Hélade em crise . In: SILVA, G. V. (Org.) Grécia, Roma e o Oriente . Vitória: Flor & Cultura, 2009, p. 11-36.
FINLEY, M. A economia antiga . Porto: Afrontamento, 1986.
_____. Os gregos antigos . Lisboa: Ed. 70, 1988.
VERNANT, J. P. Mito e religião na Grécia antiga . Campinas: Papirus, 1992.
VERNANT, J. P. & NAQUET, P. V. Trabalho e escravidão na Grécia antiga . Campinas: Papirus, 1989.

Disciplina: EAD14634 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA MEDIEVAL

Ementa

Estudos aprofundados de temas específicos de História Medieval.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história medieval no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. História artística da Europa . 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 2 v.

História da vida privada . São Paulo: Companhia das Letras, 1989-1992. v. 1 e 2.

LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval . São Paulo: EDUSC,2005.

Bibliografia Complementar

BATISTA NETO, Jonatas. História da baixa Idade Media (1066-1453) . São Paulo: Ática, 1989. LE DELUMEAU, Jean. História do medo no ocidente : 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989/1990.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos : o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Tradução de Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval . Bauru, SP: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HEERS, Jacques. O ocidente nos séculos XIV e XV : aspectos econômicos e sociais. São Paulo: Pioneira: EDUSP, 1981.

LOYN, H. R. Dicionárioda Idade Média . Rio de Janeiro:J. Zahar, 1990/1991.

Disciplina: EAD14641 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA I

Ementa

Construção da práxis docente do profissional de História. Observação, registros e docência no ensino da História. Problematização, planejamento, execução e socialização de ações realizadas em diferentes tempos e espaços escolares dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Especificidades do processo formativo como a educação de público-alvo da educação especial, a educação do campo, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação indígena e das relações étnico-raciais. Reflexão sobre o ensino de História e sua relação com uma Educação para a Paz. Procedimentos metodológicos com fontes escritas e orais.

Objetivos

Desenvolver a formação de um profissional consciente de seu papel na sociedade atual, que integre diferentes saberes para atuar na realidade escolar de forma ativa e transformadora, interagindo na fronteira do ensino e da pesquisa e conhecedor das principais questões atuais relacionadas com seu trabalho.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: FAPERJ, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). Ensino de história sujeitos, saberes e práticas . 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

SILVA, Cristiani Bereta da (Org. [et. al.]). Experiências de ensino de história no estágio supervisionado . Florianópolis, SC: UDESC, 2011.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo:



IBRASA, 2009.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (Org.). Escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro Editora FGV, 2009.

PINSKY, Jaime (Org.). 12 faces do preconceito. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PIROLA, André Luiz Bis; LEITE, Juçara Luzia. O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações. 2008. 265 f. Dissertação (Mestrado).

Disciplina: EAD14650 - CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

A constituição histórica do campo do currículo: fundamentos, concepções e perspectivas. Acompanhamento e análise das atuais políticas do currículo da/na Educação Básica: prática discursiva, cotidiano e cultura escolar, identidade, diferença e diversidade.

Objetivos

Analisar a constituição histórica do campo do currículo, seus fundamentos e perspectivas; Conhecer as pesquisas no campo do currículo no Brasil; Analisar as atuais políticas curriculares oficiais para a educação básica; Analisar os currículos da Educação Básica tecidos no cotidiano escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB: 2013.

GOODSON, Ivon F. Currículo: teoria e história . Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). Teorias de currículo . São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

ALVES, Nilda. (Org.). Criar currículo no cotidiano . São Paulo: Cortez, 2004.

APPLE. Michael. Política cultural e educação . São Paulo: Cortez, 2000.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). Currículos: pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades . Petrópolis: DP et Alii, 2013.

SACRISTÁN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática . Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplina: EAD14635 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA AMÉRICA

Ementa

Análise de temas relacionados ao processo de construção dos Estados Americanos e à História Americana do século XIX ou análise de temas da História Americana em abordagem panorâmica ou monográfica.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história da América no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). História das Américas : novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GIUCCI, Guillermo. Viajantes do maravilhoso. O Novo Mundo . São Paulo: Companhia das Letras: 1992.

GRUZINSKI, Serge, e BERNAND, Carmen. História do Novo Mundo : da descoberta a conquista, uma experiência europeia, (1492-1550). São Paulo: EDUSP, 1997.

Bibliografia Complementar

ANDREWS, George Reid. América afro-latina, 1800-2000 . Tradução de Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.



GIL, Antonio Carlos Amador. O lugar dos indígenas na nação mexicana : tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX. Vitória: Aves de Água Projeto Editorial, 2013.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário . Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina no século XIX . Tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América . A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Disciplina: EAD14636 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA MODERNA

Ementa

Estudo aprofundado de temas específicos de História Moderna.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história moderna no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

FURET, François. Pensando a Revolução Francesa . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

LADURIE, E. LE ROY. O Estado Monárquico . São Paulo: Cia das Letras, 1994.

TODOROV, T. O espírito das luzes . São Paulo: Barcarolla, 2008.

Bibliografia Complementar

HESPANHA, António Manuel. Às Vésperas do Leviatã : Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Alamedina, 1994.

KANTOROWICZ, Ernst. Os Dois Corpos do Rei . Um Estudo sobre Teologia Política Medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOPES, M. A. O imaginário da realeza. Londrina: Eduel, 2012.

PINSKY & PINSKY. A história da Cidadania . São Paulo: Contexto, 2005.

SKINNER, Quentin. A formação do pensamento político moderno . São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Disciplina: EAD14637 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO BRASIL

Ementa

Estudo aprofundado de temas específicos de História do Brasil.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história do Brasil no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial . Rio de Janeiro, Campus, 1980.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade : uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 25 ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

Bibliografia Complementar

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil : contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Trad. de Maria Eloísa Capellato e Olívia Kräenbühl. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

BORGES, Célia M. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário : devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora/RJ: Editora da UFJF, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento

do urbano. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro : 1808-1850. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e (org.) História da vida privada no Brasil : cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Disciplina: EAD14643 - MONOGRAFIA I

Ementa

Início da pesquisa monográfica por meio do desenvolvimento de atividades programadas, tais como levantamento bibliográfico, leituras, fichamentos, apresentações de seminários e coletas de fontes. Configuração do projeto de pesquisa. Organização e apresentação pública dos projetos de Monografia de final de curso como atividade extensionista.

Objetivos

Elaborar projeto de pesquisa (TCC) em História.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um Historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Pratices Hall, 2002.

DIONNE, Jean, LAVILLE, Christian. A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar

BELLOTTTO, Heloisa. Arquivos permanentes: tratamento documental . Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

CADIOU, F.; COULOMB, C.; LEMONDE, A.; SANTAMARIA, Y. Como se faz a história, historiografia, método e pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma introdução à história . 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de (org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias. Campinas, Autores Associados/Universidade S. Francisco, 2000.

GARCIA, P. B. Paradigmas em crise e a educação. In: BRANDÃO, Z. (Org.) A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: EAD14642 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA II

Ementa

Construção da práxis docente do profissional de História. Observação, registros e docência no ensino da História. Problematização, planejamento, execução e socialização de ações realizadas em diferentes tempos e espaços escolares da dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Especificidades do processo formativo como a educação de público-alvo da educação especial, a educação do campo, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação indígena e das relações étnico-raciais. Reflexão sobre o ensino de História e sua relação com uma Educação para a Paz. Procedimentos metodológicos com fontes imagéticas e patrimoniais.

Objetivos

Desenvolver a formação de um profissional consciente de seu papel na sociedade atual, que integre diferentes saberes para atuar na realidade escolar de forma ativa e transformadora, interagindo na fronteira do ensino e da pesquisa e conhecedor das principais questões atuais relacionadas com seu trabalho.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza Org.). Ensino de história : sujeitos, saberes e práticas. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.



PAIVA, Eduardo França. História & imagens. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
SILVA, Cristiani Bereta da (Org.[et. al.]). Experiências de ensino de história no estágio supervisionado. Florianópolis, SC: UDESC, 2011.

Bibliografia Complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). O Saber histórico na sala de aula. 12. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012. 175 p.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PARANHOS, Kátia Rodrigues; LEHMKUHL, Luciene; PARANHOS, Adalberto (Org.). História e imagens : textos visuais e práticas de leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

Disciplina: EAD14638 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Ementa

Estudo aprofundado de temas específicos de História Contemporânea.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história contemporânea no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

ARENDETT, Hannah. Origens do totalitarismo . Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GELLATELY, Robert. Apoiando Hitler . Rio de Janeiro: Record, 2011.

TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem : indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: Arx, 2002.

Bibliografia Complementar

FIGES, Orlando. A tragédia de um povo : a Revolução Russa: 1891-1924. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JÜNGER, Ernest. Tempestades de aço . Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

JUDT, Tony. Passado imperfeito : um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra. Tradução de Luciana P. Nogueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas . Tradução de Julián Marías. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

ZWEIG, Stefan. Autobiografia: o mundo de ontem : memórias de um europeu . Tradução de Kristina Michaelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



Disciplina: EAD14651 - EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Ementa

Diversidade e diferença como constituintes da condição humana. Abordagens sobre a diversidade e a diferença no campo educacional. A escola inclusiva. Legislação, Políticas Públicas: gênero, deficiência, diversidade sexual, indígena, educação ambiental e outros. A formação de professores e a diversidade no espaço educacional.

Objetivos

- Retomar os fundamentos que abordam a constituição histórica do conhecimento e o paradigma da ciência moderna;
- Explorar e problematizar os conceitos de Cultura, Educação e Cidadania, bem como os conceitos de diversidade cultural, multiculturalismo, diferença cultural e interculturalidade;
- Identificar as condições históricas de surgimento do Multiculturalismo como um fenômeno histórico, filosófico e sociológico;
- Analisar as tensões entre a educação formal ofertada pelo Estado e a educação demandada pela sociedade atual;
- Discutir os desafios da formação cidadã na perspectiva da diversidade dos diferentes grupos étnico-sociais.

Bibliografia Básica

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do fracasso escolar . 4ª ed revista e ampliada. São Paulo: Intermeios. NOTA: ISBN: 978-85-8499-021-4.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Construção Intercultural da Igualdade e da Diferença. In: A gramática do tempo: para uma nova cultura política . São Paulo: Cortez. Editora (2006).

SCHILING, Flávia. Direitos humanos e educação : outras palavras, outras práticas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). Professores e educação especial; formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011. V. 1.

CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. JESUS, Denise Meyrelles de. BAPTISTA, Claudio Roberto. Professores e Educação Especial: Formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011. V. 2.

JESUS, DM; BAPTISTA, CR; VICTOR, SL. Pesquisa em educação especial; mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2012.

LOPES Maura C.; FABRIS, Eli H. Educação e inclusão. BH: Autêntica.

RODRIGUES, Alexandre. BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. Currículos, Generos e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, Edufes, 2012.

Disciplina: EAD14644 - MONOGRAFIA II

Ementa

Desenvolvimento de atividades programadas, tais como leituras, fichamentos, análise e crítica das fontes. Redação final dos resultados da pesquisa monográfica (TCC). Organização e apresentação pública da Monografia de final de curso como atividade extensionista.

Objetivos

Elaborar a monografia de final de curso (TCC).

Bibliografia Básica

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Hector Perez. Os métodos da História . 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

KOCHE, L. C. Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. D. Planejamento de pesquisa : uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

Bibliografia Complementar

ECO, U. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 2006.



MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SILVA, Marcos Antonio. História - Prazer em ensino e pesquisa . São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

WHITE, Hayden. Meta-historia. São Paulo: Edusp, 1994.

Disciplina: EAD14639 - PRÁTICA E PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA MODERNA E

Ementa

Articulação de conhecimentos teóricos e práticas com vistas à formação do professor da educação básica. Desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem nas habilidades de produção, crítica e transmissão do conhecimento histórico no âmbito da história moderna e contemporânea. Análise e/ou elaboração de materiais didáticos que expressem o ensino aprendizagem nos temas da história moderna e contemporânea. Desenvolvimento de práticas de extensão entendidas como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Objetivos

1) Desenvolver prática/pesquisa do ensino-aprendizagem e da extensão em espaços como: secretarias de educação, sindicatos, "agências educacionais não escolares", comunidades e laboratórios de ensino;

2) Elaborar e aplicar instrumentos de avaliação diagnóstica, planejamento e desenvolvimento de aulas, elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação de aprendizagem, desenvolvimento, aplicação e avaliação de jogos, CD's e outros materiais curriculares (didáticos, paradidáticos), planejamento curricular - incluindo planejamento de ensino por projetos, planejamento de ensino - de unidades e aulas e, da mesma forma, elaboração de produtos a partir de atividades de extensão.

Bibliografia Básica

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERRO, M. Cinema e História . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia Complementar

ESTUDOS HISTÓRICOS. Dossiê: Ensino de História e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, n.41, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de história no Brasil : a versão fabricada. São Paulo: Global Ed, 1982.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Marcos A. da. História: o prazer em ensino e pesquisa . São Paulo: Brasiliense, 1995.

TEMPO. Dossiê Ensino de História. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, n.21, 2006.



Disciplina: EAD14652 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa

Da administração escolar à gestão educacional: questões teórico-conceituais. Garantia do direito à educação no âmbito da gestão escolar. Gestão e organização de sistemas de ensino e das instituições de educação básica. Gestão dos recursos financeiros, do espaço físico e do patrimônio da escola. Projeto político-pedagógico e o planejamento do currículo escolar. Mecanismos de gestão democrática (órgãos colegiados, representação e processos decisórios). Planejamento participativo e a organização do cotidiano da escola de educação básica. Avaliação institucional e em larga escala. Articulação entre escola, família e comunidade.

Objetivos

Compreender os processos de gestão e organização da educação básica no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas, com vistas a garantir o direito à educação.

Bibliografia Básica

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). Autonomia da escola : princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org.). Política e gestão da educação : dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). Gestão educacional : novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

FRANÇA, M. e BEZERRA, M. C. (Org.). Política educacional : gestão e qualidade de ensino. Brasília: Líber livro, 2009.

PARO, V. H. Administração escolar : introdução crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, L. C. B. e SPINK, P. Reforma do Estado e administração pública gerencial . 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RANGEL, Mary (Org.). Supervisão e gestão na escola : conceitos e práticas de mediação. Campinas: Papirus, 2009.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica : primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

Disciplina: EAD14640 - TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO

Ementa

Estudo aprofundado de temas específicos de História do Espírito Santo.

Objetivos

Tratar de temas específicos da história do Espírito Santo no sentido de aprofundar a leitura, a pesquisa e a discussão a respeito de tais temas.

Bibliografia Básica

ACHIAMÉ, Fernando A. M. O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Fabíola M. A política na antessala do parlamento : imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos Anos de 1840 a 1889. Tese de doutorado. Vitória: UFES / PPGHis, 2016.

FERREIRA, Gilton Luís. A reinvenção da cidade : a transformação das ruas e o reordenamento da vida, a cidade de Vitória/ES 1890/1928. Tese de doutorado. Vitória: UFES / PPGHis, 2016.



MOTTA, Kátia Sausen. Eleições no Brasil do oitocentos : entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881). Tese de doutorado. Vitória: UFES / PPGHis, 2018.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo : a Configuração da Liderança de Moniz Freire. Tese de doutorado. Vitória: UFES / PPGHis, 2016.

SIQUEIRA, Karulliny S. O Império das repúblicas : projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908. Tese de doutorado. Vitória: UFES / PPGHis, 2016.

PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO

O curso de História da UFES desenvolve um conjunto de iniciativas extracurriculares com o objetivo de proporcionar aos graduandos uma formação compatível com os desafios que se impõem aos professores/pesquisadores de História. Tais iniciativas visam ao estímulo da investigação histórica, da produção e divulgação do conhecimento científico e do intercâmbio entre pesquisadores do Brasil e do exterior, bem como desenvolver as atividades de extensão, sempre na perspectiva de que o profissional egresso do Curso de História possa atuar com competência tanto no trabalho de pesquisa quanto no de ensino da disciplina.

Os núcleos de pesquisa

Desde meados da década de 1990, o Departamento de História conta com um Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica (NPIH), que iniciou suas atividades agrupando professores do Departamento e alunos de Iniciação Científica em torno da execução de dois projetos de pesquisa, um referente à História do sindicalismo e do PCB no ES e outro voltado para o estudo do processo de expansão da cidade de Vitória a partir das transformações ocorridas com a implantação de políticas públicas para o setor econômico no final da década de 1960. Desde então, o NPIH tem se consolidado mediante a incorporação crescente de mais projetos, muitos dos quais desenvolvidos pelos estudantes de graduação que se dedicam às atividades de Iniciação Científica ou à elaboração de seus trabalhos de conclusão do curso. O NPIH conta ainda com um acervo de aproximadamente 500 (livros) que podem ser consultados pelos alunos. A maior parte desse acervo é constituída por títulos de natureza geral e obras enciclopédicas, representando um importante apoio para o corpo discente no cumprimento dos créditos de graduação.

Além do NPIH, o Departamento mantém o Núcleo de Digitalização de Documentos da Escravidão (NUDES), composto por uma equipe de alunos de graduação e pós-graduação liderados pela Profa. Dra. Adriana Pereira Campos que se dedicam à criação e manutenção de um banco de dados digital composto pelos documentos referentes à História da Escravidão no Espírito Santo. O NUDES tem recebido, nos últimos anos, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do ES (FAPES) mediante a concessão de bolsas de pesquisa e à dotação de verba para a aquisição de material de informática e bibliográfico.

Os Grupos de Pesquisa, a Iniciação Científica e as atividades de Monitoria

Os professores que compõem o corpo docente do Departamento de História mantêm, no momento, 6 diretórios de grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do CNPq, como se segue: Grupo de Pesquisas Medievais; História de Roma; Imigração Italiana no Espírito Santo; Laboratório de Estudos de História Política e das Idéias (LEHPI); História da Educação no Brasil; Laboratório de História Social. Nesses diretórios, se encontram inscritos os pesquisadores sob orientação dos líderes do Diretório, incluindo os alunos de Iniciação Científica e os de trabalho de conclusão do curso.

Desde 1993 os professores do Departamento têm orientado alunos, tanto bolsistas como voluntários, por intermédio do Programa de Iniciação Científica gerenciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFES em parceria com o CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Petrobrás e a Fundação Ceciliano Abel de Almeida.

O Departamento de História disponibiliza ainda, a cada ano e sob supervisão da Pró-Reitoria de Graduação, bolsas de monitoria voltadas para atividades acadêmicas e administrativas. Com base em projetos específicos elaborados pelos orientadores, essas bolsas são distribuídas por meio de seleção pública entre os alunos da graduação de História. Uma primeira modalidade de bolsa, identificada como PID (Programa de Iniciação à Docência), é aquela que permita ao aluno auxiliar o professor nas atividades de sala de aula e assim familiarizar-se com as atividades próprias do magistério. A outra modalidade de bolsa, denominada PAD (Programa de Apoio Administrativo), tem por finalidade colocar o aluno em contato com atividades pertinentes à administração universitária.



As revistas de História

O Departamento de História conta com dois periódicos eletrônicos que representam espaços importantes de divulgação do conhecimento científico produzido no âmbito do curso de História por pesquisadores docentes e discentes. O periódico intitula-se Dimensões - Revista de História (ISSN 1517-2120), de periodicidade semestral, que se encontra em sua edição número 40. Já o periódico eletrônico intitula-se Revista Agora (ISSN 1980-0096) e se encontra em sua 27ª edição. O Conselho Consultivo de ambos é formado em sua maior parte por pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Por intermédio de ambos os periódicos, o Departamento de História tem divulgado a produção científica dos professores e alunos da graduação e da Pós-Graduação e proporcionado o intercâmbio com profissionais de outras áreas e universidades, o que demonstra uma abertura ao mesmo tempo interdisciplinar e interinstitucional.

A realização de eventos acadêmicos

O Departamento de História da UFES, em parceria com a ANPUH-ES, mantém a tradição de realizar a cada ano um encontro de caráter acadêmico. Tal atividade constitui um importante fórum para o aprimoramento da produção científica na área de História, possibilitando aos professores e estudantes, tanto de graduação quanto de pós-graduação, a divulgação de seus trabalhos concluídos ou em andamento, ao mesmo tempo em que coloca a comunidade universitária em contato com pesquisadores de outras instituições. Atualmente, o Simpósio de História do Departamento, realizado nos anos ímpares, se encontra na sua 16ª edição, tendo o evento se tornado internacional em 2007 mediante um convênio firmado com a Université de Paris-Est. Já o Encontro Regional da ANPUH, realizado nos anos pares, se encontra na sua 6ª edição.

A extensão

De acordo com a Resolução no. 46/2014 - CEPE/UFES, entendemos que a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária. Como uma das funções básicas da instituição universitária, a extensão é a interação sistematizada da Universidade com a comunidade, visando a contribuir para o desenvolvimento desta e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e a vitalização do ensino e da pesquisa. Do mesmo modo, são consideradas atividades de extensão quaisquer ações que envolvam, mesmo que parcialmente, consultorias, assessorias, cursos, grupos de estudo, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, atividades assistenciais, artísticas, esportivas, culturais e outras afins, propostas individual ou coletivamente, executadas na Universidade ou fora dela.

Visando contemplar a meta do PNE 2014/2024 de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão desenvolvidas pelo estudante, estas atividades estão previstas nas Práticas como componentes curriculares (160 horas), nas Atividades complementares (50 horas), na organização e apresentação pública dos trabalhos de Monografia de final de curso (40 horas) e em Seminários temáticos anuais abertos ao público realizados nos polos na forma de evento de extensão (80 horas), seminários estes concebidos, planejados e organizados pelos alunos com suas horas de dedicação a este trabalho de extensão computadas em suas atividades complementares.

A integração da Graduação com a Pós-Graduação

O Departamento de História da UFES oferta regularmente, desde 1995, cursos de pós-graduação lato sensu, especialmente nas áreas de História Social e História Política, como mais uma alternativa de aperfeiçoamento profissional ao aluno egresso da graduação. Até o momento, já foram ministradas dez versões de cursos dessa natureza, com a capacitação de mais de 300 alunos. O curso de pós-graduação Stricto Sensu, nível mestrado, por sua vez, foi implantado em 2003, tendo como área de concentração a História Social das Relações Políticas. Desde então, o curso vem recebendo, de modo crescente, alunos oriundos da



graduação em História da UFES.

Em 2003, obteve-se aprovação por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes para o funcionamento do curso de mestrado, que iniciou as atividades do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Ufes. A recomendação ocorreu por meio do Ofício 423/2002 do CTC/CAPES, homologado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE através do Parecer 83/2003 de 9/4/2003 e reconhecido pela Portaria do Ministério da Educação - MEC, sob o nº 1.585, e publicada no Diário Oficial da União em 23/6/2003. No ano de 2010 foi criado o curso de doutorado em História com a recomendação da CAPES através do Ofício 177-20/2010, e suas atividades iniciaram-se em agosto de 2011.

O curso de doutorado foi homologado pelo CNE através do Parecer nº 168/2011 e reconhecido pela Portaria MEC nº 1364 de 29/9/2011, seção 1, p.40-41, publicada no D.O.U. em 30/9/2011. O último reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado ocorreu por meio da Portaria do Ministério da Educação - MEC, sob o nº 656, e publicada no Diário Oficial da União em 27/7/2017.

Alunos Formados e Matriculados:

O programa já formou 295 mestres e 33 doutores e conta com 95 alunos regularmente matriculados, sendo 40 no mestrado e 55 no doutorado.

Cumpra assinalar que a implantação dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu tem produzido um impacto altamente positivo sobre os graduandos, que encaram tanto as atividades de Iniciação Científica quanto o trabalho de conclusão de curso como uma excelente oportunidade para começarem a se familiarizar com a investigação científica e com as áreas de especialização do corpo docente tendo em vista o ingresso futuro na pós-graduação.

AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

ACOMPANHAMENTO E DIAGNÓSTICO DO CURSO

A UFES conta com a Secretaria de Avaliação Institucional – Seavin, que é o órgão responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição, tendo por objetivo precípua trabalhar dentro dos pressupostos de uma Avaliação Institucional Participativa – AIP, entendendo que a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo irá contribuir para o aprimoramento e a qualificação das atividades e dos cursos da UFES.

Deste modo, acompanha os processos de avaliação e reconhecimento de Curso, fornece informações referentes à preparação e acompanhamento de processos de natureza regulatória junto ao Ministério da Educação – MEC, especialmente junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres, através do Sistema e-MEC (banco de dados governamental das instituições de ensino superior brasileiras). Ainda, é responsável pela implementação dos indicadores de qualidade; pela sistematização e publicação da auto avaliação institucional, bem como pela implementação dos instrumentos de avaliação aprovados pela Comissão Própria de Avaliação da UFES – CPA (entre eles a avaliação do docente pelos discentes, a auto avaliação docente, a avaliação da pós-graduação e o questionário do egresso); é corresponsável, em associação com a Pró-Reitoria de Graduação – Prograd, pela logística de preparação à realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade; e presta assessoria aos Cursos da UFES para garantir o sucesso na realização do Enade.

A Resolução nº 49/2016 Regulamenta o Processo Permanente de Avaliação Institucional e reestrutura a Comissão Própria de Avaliação (CPA), estabelece as disposições gerais para o seu funcionamento e cria as Comissões Próprias de Avaliação de Centro (CPACs) na Universidade Federal do Espírito Santo, em conformidade com a legislação.

Sistema de auto avaliação do próprio curso.

O Curso de Licenciatura em História realizará avaliação constante para o aperfeiçoamento de suas atividades e projetos. Neste sentido serão realizadas:

a) Consulta ao corpo discente: concebemos a importância da opinião do discente e o respeito de suas demandas para a formação de um curso de qualidade e satisfatório. Por conta disso, a coordenação do curso preocupa-se em questionar o aluno sobre possíveis atividades a serem desenvolvidas pelo curso como a oferta de cursos de extensão, viagens monitoradas, atividade extra-sala, temas de oficinas e palestras, entre outros. Para que isso ocorra, os professores são instruídos a levantarem junto aos alunos sugestões de melhorias para o curso, tanto nos momentos presenciais como em momentos de tutoria on line.

b) Reunião de Colegiado: As reuniões de colegiado ocorrem bimestralmente no Curso de Licenciatura em História. Compreendida enquanto uma atividade de formação continuada, as reuniões de colegiado levantam discussões de temas pertinentes à prática docente e à profissão do historiador que são amplamente debatidos entre os professores e tutores locais de todos os polos, por intermédio de áudio e vídeo conferências. Além disso, as reuniões de colegiado discutem questões relativas ao andamento do curso, às dificuldades dos alunos e professores e traçam estratégias para superá-las.

c) Reunião Departamental: outro mecanismo que facilita o contato com os representantes discentes e docentes do curso de História.

d) Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE:

De acordo com a Resolução nº. 53/2012 e a Resolução nº 06/2016 - CEPE, o NDE é segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria ao respectivo colegiado no tocante à concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Os Núcleos Docentes Estruturantes terão, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino



constantes no currículo;

III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do campo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação;

V. Acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso considerando as avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Comissão Própria de Avaliação de Curso (CPAC) e propondo alterações nos PPCs pertinentes aos Colegiados.

ACOMPANHAMENTO E APOIO AO ESTUDANTE

O curso conta com o apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI) que foi criada pela Resolução nº 09 do Conselho Universitário da UFES em 10/04/2014. Esta Pró-Reitoria orienta-se pelos princípios de gratuidade, subsidiariedade e solidariedade na geração, distribuição e administração dos recursos, potencializando o acesso a oportunidades, direitos e serviços internos e externos da universidade.

Portanto, as ações programáticas dessa Pró-Reitoria envolvem acolhimento, interação, diálogo multicultural, reconhecimento e provimento de necessidades objetivas e subjetivas. Para realizar-se, além das atividades de assistência básica (eixo permanente), deverá gerar demandas estimuladas de projetos de ensino, extensão e pesquisa, com outras Pró-Reitorias, governos, agências de fomento e organizações civis.

Os projetos e ações são elaborados em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus principais princípios norteadores: a) compromisso com a qualidade de educação, conhecimento, inovação e cidadania; b) democratização das condições para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação presenciais; c) liberdade de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; d) orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania; e) defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; f) a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela Instituição.

Compete à PROAECI, então, dentre outras atribuições, a execução das políticas de reserva de vagas (sistema de cotas), de assistência estudantil, de inclusão de estudantes portadores de deficiências, implementação das políticas relativas à garantia dos Direitos Humanos, objetivando a ampliação do acesso e o fortalecimento da permanência nos cursos de graduação da UFES.

Ações Afirmativas e Diversidade

A formação e a educação universal em direitos humanos é a missão do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da PROAECI na UFES.

Na UFES já foram iniciadas e estão em andamento as seguintes ações e projetos nestas áreas:

- Proposições de diretrizes para orientar a promoção dos direitos humanos, criando ou apoiando projetos, programas e ações com tal finalidade, em todos os campi da UFES;
- Celebração de parcerias com a comunidade interna, a sociedade civil e núcleos externos, além de entidades governamentais para promoção e defesa dos direitos humanos na UFES;
- Ações efetivas de direitos humanos, seguindo as diretrizes dos Programas Nacionais de direitos Humanos I, II e III;
- Atividades para informar e educar sobre os direitos humanos da pessoa com deficiência;
- Ações para reconhecer os direitos da comunidade LGBTI na UFES;
- Encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos aos órgãos competentes.

Núcleo de Acessibilidade - NAUFES

O Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES) foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

Em cada polo o curso conta com o apoio de uma equipe que inclui o tutor presencial, um técnico em informática e um pedagogo que auxiliam o aluno no desenvolvimento de suas atividades ao longo do curso. Todos os polos tem uma estrutura física adequada aos portadores de necessidades especiais.

Lamentavelmente, o Decreto Presidencial Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o



Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, em seu Art. 3º não contempla os estudantes da modalidade a distância, a saber: [...] O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior [...]. Todavia, a CAPES/MEC, instância que fomenta os cursos da UFES no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB, tem discutido e se empenhado para que a legislação seja revista, com o propósito de incluir estudantes da modalidade a distância no Programa de Assistência PNAES. Tanto assim tem sido, que, atualmente, nos parâmetros de fomento dos cursos no âmbito do Programa UAB, a CAPES já prevê custeio de participação no deslocamento de estudantes para participação em eventos acadêmico-científicos. Essa determinação está presente no Ofício Circular nº 1/2019-DED/CAPES, nos seguintes termos: “[...] 4. Quanto à aplicação dos recursos, as IES deverão atentar para os seguintes pontos: a) Os custos de deslocamento devem agregar a movimentação docente para a realização dos encontros presenciais e as movimentações do corpo discente para participação em trabalhos de campo e/ou atividades laboratoriais (quando realizadas fora do polo de apoio presencial).”

Noutra frente, os gestores da SEAD/Ufes junto com as coordenações de cursos quando constatarem demandas de estudantes, especialmente de necessidade de apoio de cunho de emocional, social e psicológico, encaminha-os à PROACI para que seus integrantes analisem a possibilidade de encaminhamentos e auxílios para atendimento às demandas que apresentam. Além disso, e especialmente juntamente às coordenações dos polos/UAB-ES, os gestores da SEAD dialogam com os representantes das instâncias de municípios, que sediam esses polos-UAB; à busca de encaminhar soluções às demandas que os discentes vinculados àqueles polos apresentam.



ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

No âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, o acompanhamento dos formados é realizado por meio do Programa de Acompanhamento de Estudantes Egressos (PAEEG), implantado em 2013, que tem por objetivos: o fortalecimento dos Cursos de Graduação; o conhecimento da opinião dos estudantes egressos acerca da formação profissional e cidadã recebida; a promoção de ações que levem à manutenção da vinculação desse grupo de estudantes à Universidade e o atendimento das novas exigências do MEC com relação à Avaliação Institucional.

Com este programa busca-se a criação de um canal de comunicação com o estudante egresso, de modo a se obter informações sobre seu ingresso no mundo do trabalho, sua visão sobre a formação que recebeu na Universidade e suas opiniões para a melhoria da qualidade do seu Curso de Graduação. A Instituição entra em contato com o egresso e este, ao aceitar participar do programa, fornece as informações e como contrapartida recebe informações sobre eventos, oportunidades de colocação profissional, cursos e outras atividades que sejam interessantes para eles.

O colegiado de Curso propõe um processo de acompanhamento de egressos através da confecção e envio de questionário eletrônico para os ex-alunos, com a finalidade de averiguar a inserção profissional, possíveis sugestões para melhoria do ensino e nível de satisfação com ensino adquirido na instituição após se deparar com realidade profissional, além das ações desenvolvidas pelo Departamento de Apoio Acadêmico da Prograd/Ufes.

NORMAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Em complemento à Resolução CEPE nº 075/2010, que Fixa normas de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório para os Cursos de Licenciatura do Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo e a Resolução CEPE nº 074/2010, que Institui e regulamenta o estágio supervisionado curricular nos cursos de graduação UFES, este PPC estabelece, ainda, que:

- Os estágios não obrigatórios podem ser realizados somente a partir do 3º (terceiro) período, observando as normalizações estabelecidas pela UFES.
 - São permitidos estágios não obrigatórios somente com carga horária de 20 horas semanais, cuja jornada não conflite com o horário do curso.
 - Não é permitido ao aluno realizar, simultaneamente, mais de um estágio não obrigatório.
 - O estágio não obrigatório é considerado atividade complementar. Segundo o parecer nº 776/97 do Conselho Nacional de Educação, que norteia as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, deve-se "fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão". Neste sentido, este projeto pedagógico incentiva a realização de estágios não obrigatórios através de sua pontuação como atividade complementar.
- Observe-se que as regulamentações relativas aos Estágios Supervisionados são regularizadas pelo Centro de Educação; seguindo as orientações presentes no Projeto Pedagógico do Curso Pedagógico Presencial desta Universidade.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE HISTÓRIA-EAD DA UFES

(Observa-se que este item foi adaptado do regulamento de estágio ofertado pelo Centro de Educação da UFES para o curso presencial de História).

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O estágio supervisionado do curso de História-EaD do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES seguirá as deliberações e normas estabelecidas em caráter nacional pela legislação pertinente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96); Diretrizes CNE/CP 01/2006 e em caráter específico pela PROGRAD-UFES, por meio de Resoluções aprovadas pelo CEPE em consonância com a Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008, que Dispõe sobre o estágio dos estudantes.

Parágrafo único: O Centro de Educação (CE) ficará responsável pelos estágios do Curso de História-EaD, assim como das demais licenciaturas da UFES.

TÍTULO II

Da Natureza e Finalidade do Estágio

Art. 2º O estágio é um componente curricular obrigatório do Curso de História - EaD-UFES, definido no artigo 82 da Lei 9394/96, sendo a culminância formativa da relação teoria e prática e é o momento da formação em que o licenciando tem contato com o exercício profissional, desenvolve atividades orientadas em ambientes próprios da área profissional além de dar ao aluno do curso a oportunidade de exercitar a futura atividade.

Art. 3º O estágio deve ser um tempo de aprendizagem em que o aluno permanece em unidades educativas para o exercício das atividades próprias ao trabalho educativo.

Parágrafo único: Nesse tempo, o aluno deverá ter oportunidade de conhecer e vivenciar todos os espaços, o cotidiano escolar e/ou não escolar.



Art. 4º O estágio supervisionado deve ser realizado, preferencialmente, em ambientes públicos e caracteriza-se por atividades educacionais que articulem intrinsecamente a prática e os conteúdos da formação acadêmica, conforme preconiza o Parecer 28/2001, a serem cumpridas mediante disciplinas obrigatórias, perfazendo a carga horária mínima de 400 horas, realizadas pelo aluno sob a orientação do professor supervisor.

Parágrafo único: O estágio não gera vínculo empregatício entre o estudante e a unidade-campo de estágio.

Art. 5º O estágio supervisionado do curso de História-EAD visa preparar os profissionais para incumbências específicas de caráter educativo em espaços escolares e não escolares, estabelecidas no artigo 13 da Lei 9394/96, a saber:

- I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 6º. A programação e o planejamento do estágio supervisionado deverão ser elaborados em conjunto pelo professor supervisor e o aluno, respeitadas as normas do campo de estágio e resultar num Plano de Estágio.

Art. 7º. A supervisão de estágio é uma atividade de ensino constante da carga horária de trabalho do professor supervisor e do Departamento ao qual o professor pertence.

TÍTULO III

Das Exigências Legais

Art. 8º O estágio do curso de História-EaD requer que:

- a) o aluno esteja regularmente matriculado na disciplina correspondente;
- b) o aluno já tenha cumprido as disciplinas que são pré-requisitos para o estágio, de acordo com o projeto de Curso vigente no seu ingresso na UFES;
- c) o campo de estágio será em ambientes educacionais, preferencialmente, da rede pública, nas quais o aluno possa vivenciar situações de aprendizagem profissional, construídas em processo de ação-reflexão-ação.

Art. 9º Os alunos que já exercem o magistério poderão ter sua carga horária do estágio curricular diminuída em até 100 horas de acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015 na qual se prevê que a redução de carga horária de estágio é oportunizada SOMENTE para os alunos de curso de segunda licenciatura que sejam “§7º portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica os quais poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas”.

TÍTULO IV

Dos Aspectos Administrativos

Art. 10. A Coordenação Geral (da PROGRAD) estabelecerá convênio com instituições educacionais, para definição de campos de estágio.

Art. 11. O Centro de Educação deverá ter uma Coordenação que cuidará de todos os aspectos administrativos relacionados à execução dos estágios.

§ 1º A coordenação de estágio auxiliará os professores supervisores de estágio, intermediando a distribuição dos campos de estágio disponíveis.

§ 2º Serão realizadas reuniões periódicas com os professores supervisores de estágio, para discussão sobre o desenvolvimento do mesmo nos campos de estágio selecionados.

Art. 12. De acordo com a legislação atual, este componente curricular terá 400 horas que, no



curso de História EaD da UFES, será realizado no 6º e no 7º períodos, distribuídas em 2 (duas) disciplinas de 200 horas cada.

Parágrafo único - O estágio no curso de História-EAD será distribuído em disciplinas, denominadas Estágio Curricular Supervisionado em História I, Estágio Curricular Supervisionado em História II, com cargas horárias de 200 horas, a serem oferecidas nos 6º e 7º períodos.

Art. 13. Os direitos e deveres dos estagiários estão determinados nas Resoluções nº 74/2010 e nº 75/2010 do CEPE-UFES.

TÍTULO V

Da Supervisão do Estágio

Art. 14. A supervisão de estágio caracteriza-se pela orientação, acompanhamento e avaliação do cumprimento das atividades inerentes à disciplina e discriminadas pelo professor supervisor da disciplina.

Parágrafo único: As competências do professor supervisor deverão estar em consonância com o que propõe Resolução do CEPE que normaliza o estágio curricular e os estágios das licenciaturas.

Art. 15. A supervisão do estágio, conforme determinação legal, é atividade de ensino.

§ 1º O acompanhamento do estágio pelos professores e tutores do curso de História-EAD, dar-se-á nas seguintes formas de supervisão:

- presencial - acompanhamento semanal do estagiário na execução das atividades planejadas, podendo ou não ser complementadas com outras atividades designadas pelo Professor ou pelo Tutor.

- semipresencial - supervisão realizada por meio de visitas periódicas à unidade campo de estágio para orientações e/ou complementação das atividades.

§ 2º O número de alunos por turma será de 30 (trinta), cabendo, no máximo, uma turma por Professor ou Tutor - supervisor, por semestre letivo.

§ 3º Compete ao docente orientador de Estágio Supervisionado Curricular, com o apoio do tutor presencial no polo, de acordo com a Resolução nº 75/2010 do CEPE-UFES:

I. realizar com os alunos estagiários a reflexão teórico-prática, visando à adequada inserção no cotidiano do campo de estágio;

II. supervisionar o estágio, in loco, pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do Plano de Estágio, em conjunto com os profissionais do campo de estágio;

III. avaliar o desempenho dos alunos estagiários;

IV. definir, dentre as instituições conveniadas com a UFES, o(s) campo(s) de estágio(s) de cada semestre.

TÍTULO VI

Da Avaliação

Art. 16. A avaliação do estagiário será realizada pelo professor e pelo Tutor Presencial supervisor e deverá ter caráter processual.

Parágrafo único A avaliação do estagiário poderá ser acrescida de informações, comentários e observações, de caráter formativos, provenientes dos profissionais da escola.

Art. 17. Para ser aprovado na disciplina o estudante deverá:

I - ter frequência mínima regimental de 75%.

II - alcançar a média mínima determinada: 5.0 (cinco).

III - ter nota final resultante do cumprimento das atividades e determinações previstas no plano de estágio. O não cumprimento das atividades de previstas no plano de estágio ou da carga horária prática de estágio implica em reprovação do aluno e na sua inabilitação para a realização da prova final da disciplina.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE HISTÓRIA-



EAD DA UFES

TÍTULO I

Do Estágio Não Obrigatório

Art. 1º. Considera-se estágio não obrigatório a atividade complementar de natureza prático-pedagógica a ser desenvolvida sob a supervisão de um professor ou tutor supervisor e de um profissional supervisor vinculados à área da Educação/História, sendo compatível com as atividades acadêmicas do discente, em complementação ao ensino e à aprendizagem.

TÍTULO II

Da Carga Horária do Estágio Não Obrigatório

Art. 2º. Os estágios não obrigatórios devem ter carga horária máxima de 20 horas semanais.

TÍTULO III

Da Duração do Estágio Não Obrigatório

Art.3º A duração mínima do estágio não obrigatório, na mesma unidade concedente, é de um semestre e a máxima é de dois anos.

Parágrafo único No caso de duração inferior a dois anos, pode haver prorrogação, mediante aprovação pelo Departamento de Estágio da PROGRAD-UFES, após a análise do Termo Aditivo com o histórico escolar e o comprovante de matrícula, pelo menos, sete dias antes do término do Termo de Compromisso em vigor, desde que respeitado o caput deste artigo.

TÍTULO IV

Das Condições para a Realização do Estágio Não Obrigatório

Art. 4º. Para a realização do estágio não obrigatório o estudante deve atender minimamente às seguintes condições:

I - estar regularmente matriculado;

II - ter cumprido pelo menos todas as disciplinas/atividades previstas nos dois primeiros períodos da versão curricular do curso do estudante;

III - não apresentar nenhuma reprovação em seu histórico escolar, em disciplina da área do período letivo anterior a solicitação do estágio.

Art. 5º. Todos os estudantes que fazem estágio não obrigatório devem apresentar ao Departamento de Estágio da PROGRAD, na primeira quinzena de cada período letivo, o comprovante de matrícula atualizado e o histórico escolar incluindo o período letivo anterior.

Art. 6º. A continuidade do estágio fica condicionada ao aproveitamento acadêmico do estudante, que durante a realização do estágio não pode ter reprovação, sob a pena de ter o seu estágio cancelado, se infringir as condições previstas no Art. 4º.

TÍTULO V

Da Seleção do Campo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

Art. 7º. A relação dos órgãos públicos e instituições de direito privado conveniados com a UFES, nos quais o estágio obrigatório ou não obrigatório pode realizar-se é elaborada pelo Departamento de Estágio da PROGRAD e pelo Coordenador de Estágio de cada Curso, com a devida aprovação do respectivo Colegiado de Curso.

TÍTULO VI

Dos Convênios

Art. 8º. Os estágios são realizados em órgãos públicos e instituições de direito privado - unidades concedentes - que possuam convênio com a UFES ou com agentes de integração conveniados com a UFES, aprovados pelo Departamento de Estágio da PROGRAD-UFES ou por representante por ele indicado.

TÍTULO VII



Do Termo de Compromisso

Art. 9º. O termo de compromisso é o documento que formaliza a inserção do estudante como estagiário na unidade concedente do estágio, devidamente conveniada com a UFES ou com agentes de integração conveniados com a UFES.

Art. 10º. O estágio só pode ser iniciado após a completa formalização do respectivo Termo de Compromisso estabelecido pela PROGRAD.

TÍTULO VIII

Do Cancelamento do Estágio

Art. 11º. O estágio poderá ser cancelado por qualquer um dos seguintes motivos:

I - solicitação do estagiário, devidamente justificada;

II - descumprimento, por parte do estagiário, das condições presentes no Termo de Compromisso;

III - não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;

IV - reprovação em disciplina durante a realização do estágio;

V - conclusão ou interrupção do curso;

VI - interesse, em qualquer tempo, da unidade concedente ou da UFES, com a devida justificativa.

NORMAS PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Regulamento de Atividades complementares

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares do Curso de História EAD/UFES, bem como estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e registro.

Art. 2º Consideram-se Atividades Complementares aquelas que, garantindo relação de conteúdo e forma com atividades acadêmicas, constituam-se instrumentos válidos para o aprimoramento na formação básica e profissional. Seus objetivos devem convergir para a flexibilização do curso de História EAD/UFES no sentido de oportunizar o aprofundamento temático e interdisciplinar.

§ 1º As Atividades Complementares devem ser cumpridas durante o Curso de graduação, totalizando 200 Horas.

§ 2º As atividades desenvolvidas no Estágio Obrigatório não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como as Atividades Complementares não poderão ser computadas como atividades de Estágio Obrigatório.

§ 3º As atividades complementares realizadas pelo estudante devem constar do seu histórico escolar com a carga horária atribuída.

§ 4º O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º A Coordenação das Atividades Complementares será exercida pelo Colegiado do Curso de História ou por um professor do curso ou comissão indicados pelo mesmo.

§ 1º Ao Colegiado do curso ou ao professor coordenador de atividades complementares ou a comissão de atividades complementares indicados pelo Colegiado compete: aprovar as Atividades Complementares dos alunos; exigir a comprovação documental pertinente; atribuir pontuação referente às horas de Atividades Complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados pelo Regulamento.

§ 2º As cópias dos certificados comprobatórios das Atividades Complementares, autenticadas pelas coordenações de polo, após serem analisados, com a indicação do tipo e carga horária/pontuação computada, serão arquivados na SEAD/UFES.

DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 4º Atividades complementares realizadas antes do início do Curso não podem ter atribuição de carga horária.

Art. 5º Das 200 horas de Atividades Complementares, ao menos 42 horas deverão ser realizadas pelo estudante da Licenciatura em História na área de educação, como, por exemplo, a participação em Congressos, Seminários e Encontros relacionados a tal área.

Art. 6º Das 200 horas de Atividades Complementares, ao menos 50 horas deverão ser realizadas como atividades de extensão como na organização e apresentação pública dos trabalhos de Monografia de final de curso (40 horas) e em Seminários temáticos anuais abertos ao público realizados nos polos na forma de evento de extensão (80 horas), seminários estes concebidos, planejados e organizados pelos alunos, com suas horas de dedicação a este trabalho de extensão devidamente registradas e certificadas nos polos para serem computadas em suas atividades complementares.

Art. 7º Atividades profissionais em áreas afins realizadas pelos alunos no decorrer do curso

podem ser consideradas atividades complementares, desde que previamente autorizadas pelo Colegiado do curso de Licenciatura em História EAD/UFES, ficando a atribuição de carga horária a cargo deste colegiado.

Art. 8º As Atividades Complementares serão desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

§ 1º Para obter o registro das Atividades Complementares, o aluno deve elaborar um relatório discriminando as atividades realizadas (conforme formulário expedido pelo Colegiado), acompanhado das cópias dos certificados comprobatórios autenticados pelas coordenações de polo e entregá-los nos polos para serem enviados ao Colegiado de curso, em prazo a ser estipulado.

§ 2º É indispensável a apresentação de relatórios corretos e completos das Atividades Complementares, bem como o fiel cumprimento dos prazos e normas fixadas, sob pena de não serem computadas as horas/pontos de atividades realizadas pelo aluno.

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado.

DA ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 7º As Atividades Complementares a serem desenvolvidas estão discriminadas em uma Tabela de Atividades Complementares que consta na organização curricular deste Curso de Licenciatura em História EAD/UFES.

§ 1º Na busca de maior qualidade e atendendo ao art. 2º deste regulamento, a tabela das Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo pelo Colegiado de Curso.

TABELA DE PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Tipo	Descrição da Atividade	de	Atividade
Cód.	Carga Horária Máxima por semestre	Ativ.	SIE
Monitoria UFES	Participação efetiva em monitorias em disciplinas de cursos de graduação da UFES	02398	100 horas
Monitoria da	Participação voluntária em monitorias em disciplinas de cursos de graduação UFES	02399	100 horas
Monitoria	Participação efetiva em monitorias administrativas na UFES	02400	100 horas
Iniciação	Participação efetiva e regular em projetos ou programas de iniciação científica	02401	100 horas
Iniciação	Participação voluntária e regular em projetos ou programas de iniciação científica	02402	100 horas
Extensão extensão	Participação efetiva e regular em projetos ou programas de atividades de	02403	100 horas
Extensão extensão	Participação voluntária e regular em projetos ou programas de atividades de	02404	100 horas
Extensão extensão	Monitoria ou tutoria em cursos, projetos ou programas de atividades de		100 horas
Estágio			extracurricular



Estágio	Exercício de qualquer forma de estágio extracurricular em organizações não-governamentais	02407	100 horas	extracurricular
Comissões	Participação em comissões de trabalho de caráter oficial e/ou institucional	02408	100 horas	de trabalho
Representação	Participação como representante discente em órgãos colegiados como Centros, Departamentos e Colegiados de Curso na instituição de ensino superior	02409	100 horas	discente
Representação	Participação como representante discente em órgãos colegiados superiores na instituição de ensino superior	02410	100 horas	discente
Representação	Exercício formal de representação estudantil em Diretórios ou Centros Acadêmicos	02411	100 horas	estudantil
Cursos	Participação em cursos de curta duração, mini-cursos ou oficinas de atualização pertinentes à área de formação, promovidos por instituições regulamentadas e reconhecidas.	02412	100 horas	extracurriculares
Curso	Curso de língua estrangeira realizado em instituição credenciada.	02413	50 horas	de línguas
Disciplinas	Disciplinas eletivas oferecidas pela UFES.	02414	60 horas	eletivas
Grupos	Participação regular em grupos de estudos coordenados por professores da UFES.	02415	50 horas	de estudos
Oferta	Atuação em cursos fora da UFES, abertos à comunidade, ministrando conteúdos de História.	50 horas		de cursos
Trabalho	Trabalho com vínculo empregatício que proporcione oportunidade de formação complementar à formação do estudante.	50 horas		com vínculo
Trabalho	Trabalho voluntário em organizações não-governamentais e/ou reconhecidas e comunitárias registradas.	02416	50 horas	voluntário
Tipo	Descrição da Atividade			Atividade

Carga Horária Máxima por atividade

Participação em eventos acadêmicos



Cursos acadêmicos	realizados em	eventos acadêmicos	
02422	30 horas	Cursos livres realizados em semanas, simpósios, congressos, colóquios e encontros regionais	
Apresentação de congressos	de trabalhos de comunicação livre e encontros	em eventos acadêmicos	acadêmicos
02423	30 horas	Apresentação de comunicação livre e/ou coordenada em seminários, simpósios, internacionais	
Apresentação de congressos	de trabalhos de comunicação livre e encontros	em eventos acadêmicos	acadêmicos
02424	30 horas	Apresentação de comunicação livre e/ou coordenada em seminários, simpósios, nacionais	
Apresentação de congressos	de trabalhos de comunicação livre e encontros	em eventos acadêmicos	acadêmicos
02425	30 horas	Apresentação de comunicação livre e/ou coordenada em seminários, simpósios, regionais	
Monitoria internacional	de	evento acadêmico	acadêmico
02426	50 horas	Atuação como monitor em seminários, simpósios, congressos e encontros acadêmicos internacionais	
Monitoria nacionais	de	evento acadêmico	acadêmico
02427	50 horas	Atuação como monitor em seminários, simpósios, congressos e encontros acadêmicos nacionais	
Monitoria regionais	de	evento acadêmico	acadêmico
02428	50 horas	Atuação como monitor em seminários, simpósios, congressos e encontros acadêmicos regionais	
Produção evento			bibliográfica
02429	100 horas	Autoria ou co-autoria de artigo em periódico indexado, capítulo de livro ou anais de científico.	
Produção			bibliográfica
02430	30 horas	Autoria ou co-autoria de artigo na imprensa local, regional ou nacional.	
Produção professor			bibliográfica
02431	30 horas	Autoria ou co-autoria de material didático complementar sob a orientação de um do curso.	
Participação	em	eventos acadêmicos	acadêmicos
02432	30 horas	Trabalho de campo, visitas ou viagens acadêmicas, científicas ou culturais.	

* Das 200 horas de Atividades Complementares, ao menos 42 horas deverão ser realizadas

NORMAS PARA LABORATÓRIOS DE FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA

Laboratórios e Equipamentos

A UFES sediará por meio da SEAD, ambiente para os professores especialistas, responsáveis pelas disciplinas do Curso, de onde poderão interagir com os orientadores dos polos e com os alunos. Esses ambientes são equipados com toda a infraestrutura computacional e de telecomunicações necessárias ao acompanhamento dos alunos nos polos. Os alunos encontrarão à sua disposição nos polos um ambiente de apoio pedagógico e técnico que garantirá o pleno funcionamento do curso proposto. Para tal, os polos têm infraestrutura computacional de telecomunicações equivalente às existentes na Universidade para as atividades de coordenação dos polos e orientação acadêmica. Além dessa Infraestrutura, as unidades operativas dispõem de laboratórios computacionais para o atendimento aos alunos e também equipamentos para a utilização das mídias necessárias ao Curso.

Cada polo tem um regulamento próprio relativo ao uso de seus laboratórios e equipamentos..

Ressalvamos que os polos e o Curso não dispõem de laboratórios de ensino.

NORMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Regulamento de Monografia – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - compreende trabalhos de natureza acadêmico-científica, focalizando temáticas relacionadas à história em contextos escolares ou não escolares. Visa a estimular a formação em pesquisa, desenvolvendo hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa, favorecendo a focalização e o aprofundamento de estudos e valorizando a produção científica e uma adequada formação do aluno.

O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais atividades do curso, de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes possibilidades de pesquisas. As ações específicas do TCC estão organizadas no curso em duas disciplinas: Monografia I com 75 horas, Monografia II com 75 horas, cumpridas em dois semestres consecutivos. A dinâmica de planejamento, construção do projeto, aplicação, desenvolvimento do TCC serão implementados de acordo com o presente regulamento.

TÍTULO I

Da Caracterização, Fins e Objetivos

Art. 1º Este regulamento, em conjunto com as demais normatizações referentes ao curso de Licenciatura em História, estabelece os procedimentos necessários para o planejamento, o desenvolvimento, a orientação, a apresentação e a avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC - de Licenciatura em História EAD.

§ 1º O TCC será desenvolvido de forma progressiva e articulada com as demais disciplinas, estudos e atividades, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso.

§2º O TCC constitui requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

Art. 2º O TCC compreende trabalhos de natureza acadêmico-científica, os quais devem relacionar-se ao futuro campo profissional do aluno, qual seja, a docência e tem por objetivos:

I - estimular a formação em pesquisa;

II - favorecer a focalização e o aprofundamento de estudos;

III - desenvolver hábitos de estudos, capacidade crítico-reflexiva e curiosidade investigativa;

IV - incentivar o registro e a síntese de ideias;

V - valorizar a produção científica.

Parágrafo único O TCC deverá versar sobre temática relacionada à história, em contextos escolares ou não escolares.

TÍTULO II

Da Realização do TCC

CAPÍTULO I

Realização do Trabalho

Art. 3º O TCC será realizado sob orientação nas disciplinas Monografia I e Monografia II, nos 7º e 8º períodos, respectivamente.

§ 1º O TCC será desenvolvido individualmente por cada aluno.

§ 2º Os alunos poderão desenvolver o TCC de forma integrada aos projetos de pesquisa já desenvolvidos pelos professores.

§ 3º Cada projeto contará com uma hora semanal de orientação, integralizada presencialmente ou via Ambiente Virtual de aprendizagem - AVA.

CAPÍTULO II

Definição da Temática



Art. 4º Como atividade de apoio ao desenvolvimento do TCC, os estudos ao longo do curso de História, em especial nas disciplinas de Teorias da História, Metodologias da História e nas Prática e Pesquisa em Ensino de História, serão desenvolvidos de modo a facilitar a aproximação dos alunos com diferentes pesquisas, visando à focalização de temas emergentes acerca da pesquisa histórica, sendo recomendável que as monografias (TCC) contemplem também aspectos do Ensino da História ou da História da Educação, uma vez que seu trabalho de conclusão de curso deve, necessariamente, relacionar-se ao seu futuro campo profissional, qual seja, a docência.

CAPÍTULO III

Elaboração do Projeto e Desenvolvimento do TCC

Art. 5º O aluno só poderá se inscrever na disciplina Monografia I após concluir a disciplina Metodologias da História e em Monografia II após concluir a disciplina Monografia I.

Art. 6º O projeto completo do TCC consta como atividade final da disciplina de Monografia I.

Art. 7º Após a conclusão da disciplina Monografia I, as atividades da disciplina Monografia II serão organizadas para orientação ao desenvolvimento dos propósitos enunciados no projeto de monografia.

Art. 8º Toda alteração, quer seja de orientador e/ou de projeto deverá ser encaminhada para o Colegiado do Curso em tempo hábil para a conclusão e entrega do trabalho final.

CAPÍTULO IV

Apresentação do Relatório

Art. 9º Os alunos deverão apresentar a versão final do projeto de monografia em postagem na Plataforma Moodle na disciplina Monografia I.

Art. 10º A disciplina Monografia II será desenvolvida pelos orientadores, a partir de atividades de orientação de trabalho de TCC pelo Moodle, com o objetivo de proceder à avaliação da mesma.

Art. 11º A versão final do TCC deverá ser entregue ao professor 30 dias antes da data agendada para o registro das notas da disciplina por meio de postagem no Moodle.

Art. 12º O TCC deverá obedecer aos critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT em vigor.

Art. 13º O aluno só constará como aprovado na pauta de notas finais mediante a postagem no Moodle da versão final do trabalho corrigida pelo professor.

CAPÍTULO V

Da Divulgação do Trabalho

Art. 14º Todas as divulgações devem explicitar o nome da UFES, do Curso e do(s) Orientador(es).

Art. 15º Os trabalhos finais tanto de Monografia I como de Monografia II (TCC) serão objeto de apresentação pública nos polos na forma de evento de extensão e serão disponibilizados na plataforma Moodle do Curso.

TÍTULO III

Da Orientação

Art. 16º Para o desenvolvimento do TCC será obrigatória a orientação de um professor e/ou pesquisador vinculado à UFES, seja este vínculo permanente ou um vínculo temporário para este efeito.



§ 1º - Professores de outras IES com pós-graduação “stricto sensu” na área de conhecimento do tema e mestrandos do Programa de Pós-graduação em História do CCHN/UFES poderão atuar como co-orientadores de TCC, desde que não implique em ônus para a Universidade Federal do Espírito Santo.

§ 2º - A orientação do TCC será efetivada nos 7º e 8º períodos, devendo ser computada 1 hora semanal de carga horária, por projeto, para o orientador.

Art. 17º As atividades de orientação serão realizadas nos interiores das disciplinas Monografia I e Monografia II e serão registradas em instrumentos de acompanhamento do professor.

Art. 18º A desistência por parte do orientador em continuar o trabalho com determinados grupos de alunos deverá ser formalizada no Colegiado do Curso mediante documento próprio.

Art. 19º No caso de reprovação em cada uma das etapas do trabalho, os alunos deverão efetuar nova matrícula na disciplina TCC, na oportunidade de sua reoferta.

TÍTULO IV

Do Processo de Avaliação

Art. 20º A Monografia (TCC) será avaliada pelo professor orientador que atribuirá à mesma uma nota, suficiente ou não para a aprovação do aluno como nas demais disciplinas do Curso.

Art. 21º O processo de avaliação focalizará os seguintes aspectos:

I - O processo de construção do TCC.

II - A coerência do texto produzido.

III - A relevância da temática desenvolvida para a atuação profissional dos alunos.

TÍTULO V

Das Atribuições

CAPÍTULO I

Do Colegiado do Curso

Art. 22º O Colegiado do Curso terá as seguintes atribuições:

I - efetuar levantamento e divulgar a disponibilidade de disciplinas / vagas para orientação em cada semestre letivo;

II - elaborar e acompanhar os procedimentos e instrumentos necessários à formalização do TCC;

III - convocar, quando necessário, reuniões com orientadores e orientandos;

IV - analisar recursos e resolver os casos omissos.

CAPÍTULO II

Dos Departamentos

Art. 23º Os Departamentos terão as seguintes atribuições:

I - Oferecer disciplinas de TCC conforme solicitação do colegiado.

II - Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos.

III - Organizar os encargos docentes das disciplinas de monografia de modo que os professores envolvidos na disciplina Monografia I deem continuidade no semestre seguinte oferecendo Monografia II.

CAPÍTULO III

Dos Orientadores

Art. 24º São atribuições dos orientadores:

I - frequentar as reuniões convocadas pelo Colegiado do Curso ou pelos Departamentos;

II - preencher e entregar os instrumentos solicitados;

III - atender a seus orientandos em postagens pelo Moodle sempre que estas se fizerem necessárias;

IV - observar a carga horária de uma aula por semana por aluno orientado;



V - informar o resultado final do TCC em instrumento próprio.

CAPÍTULO IV Dos Orientandos

Art. 25º Os alunos em fase de desenvolvimento de TCC terão as seguintes atribuições:

I - proceder sua matrícula conforme este regulamento;

II - comparecer às reuniões nos polos-UAB-ES convocadas pelo Colegiado do Curso;

III - postar atividades no Moodle conforme o estabelecido pelo professor orientador para o desenvolvimento das disciplinas Monografia I e Monografia II;

IV - cumprir o calendário de desenvolvimento do TCC.

V - apoiados pelos coordenadores de polo e pelos tutores presenciais, os alunos matriculados tanto em Monografia I como em Monografia II deverão necessariamente atuar na organização e apresentação pública dos trabalhos de Monografia de final de curso (20 horas da carga horária de exercício de cada disciplina).

TÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 26º O não cumprimento do calendário próprio da atividade do TCC pelos alunos implicará em rematrícula na mesma disciplina nos semestres seguintes.

Art. 27º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História-EAD da UFES.

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Coordenação do Curso

Coordenação do Curso

São atribuições do Coordenador do Colegiado do Curso de História: encaminhar aos Departamentos relacionados com o Curso, a solicitação das disciplinas necessárias para o semestre letivo, especificando o número de vagas para elaboração do conjunto das ofertas de disciplinas que devem ser, antecipadamente, divulgadas, para que se realizem as matrículas dos diversos alunos interessados. Cumpre à Coordenação do Curso solicitar dos Departamentos os planos de ensino e programas aprovados das disciplinas oferecidas para o curso, para que se possa observar sua execução e resultados obtidos. Cumpre, também, à Coordenação do Curso decidir sobre aproveitamento de estudos.

As atividades administrativas referentes ao Curso de Licenciatura em História EAD são executadas pela Secretaria Integrada dos Colegiados da SEAD/UFES, a qual congrega os demais colegiados EAD. Assim, cabe a esta secretaria a operacionalização administrativa, acolhendo as demandas cotidianas dos estudantes do Curso de História, tais como requerimentos para aproveitamento de estudos e/ou documentações diversas. A Secretaria Integrada dos Colegiados da SEAD/UFES também recebe a documentação relacionada ao estágio não-obrigatório; verifica e registra as horas das Atividades Complementares; expede, enfim, a documentação pertinente para a realização plena do Curso de Licenciatura em História EAD. Portanto, toda a função de tramitar as solicitações dos estudantes cabe esta secretaria. Da mesma forma, ela assessora o Coordenador do Curso seja por meio de agendamento de encontros entre os estudantes e o Coordenador; seja por meio de participação nas reuniões do Colegiado do Curso, indicando um funcionário para secretariar tais reuniões, elaborar as atas e extratos de atas dessas reuniões, bem como providenciar os encaminhamentos imediatos necessários.

Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de História Licenciatura na modalidade a distância é vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais, integrado ao SIE, rege-se pelo presente regimento e é a instância responsável pela execução política e didático-pedagógica do Curso de História Licenciatura na modalidade a distância.

O Colegiado do Curso é constituído pelos seguintes membros:

- a) 04 (quatro) professores indicados pelo Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais,
- b) 01 (um) professor indicado pelo departamento do Centro de Educação/UFES que oferece o maior número de disciplinas no curso,
- c) 01 (um) representante dos coordenadores dos Polos, escolhido entre seus pares,
- d) 01 (um) representante dos tutores, escolhido entre seus pares,
- e) 01 (um) representante dos alunos do Curso, escolhido entre seus pares,
- f) 01 (um) representante da Sead.

Compete ao Colegiado do Curso:

- a) Fixar as diretrizes do Curso;
- b) Orientar, coordenar e avaliar as atividades do curso, nas disciplinas que o integram, aprovando as alterações que julgar pertinentes;
- c) Acompanhar e avaliar os resultados didático-pedagógicos do curso;
- d) Encaminhar propostas referentes ao calendário e à matrícula ao CEPE/UFES, observando-se as especificidades da modalidade EAD;



- e) Propor e estimular pesquisas de interesse do Curso, visando ao aprimoramento de sua qualidade;
- f) Encaminhar aos órgãos de registro acadêmico da UFES dados referentes à matrícula dos alunos, bem como os resultados das avaliações de aprendizagem do Curso;
- g) Apresentar sugestões julgadas necessárias pelo Colegiado ao bom desenvolvimento do Curso ao Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais e às direções Administrativa e Pedagógica da Sead;
- h) Indicar, ouvidos os Departamentos envolvidos conforme determina a estrutura curricular do Curso, os professores especialistas responsáveis pelas disciplinas;
- i) Decidir sobre os pedidos de dispensa de disciplina e de aproveitamento de estudos, verificando a carga horária, a equivalência e a pertinência dos estudos na comparação dos programas, considerando a especificidade da modalidade EAD;
- j) Decidir sobre remoção dos discentes de um Polo para outro;
- k) Apreciar e aprovar as ementas das disciplinas do currículo do Curso;
- l) Envidar esforços junto aos professores especialistas para que o cronograma da produção e da entrega do material didático seja cumprido;
- m) Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão as alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências em matéria de sua competência;
- n) Propor cursos, palestras, seminários, bem como promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados ao Curso;
- o) Apresentar sugestões para soluções de possíveis problemas existentes entre tutores e discentes e entre tutores e especialistas envolvidos com o Curso;
- p) Manter em arquivos todas as informações e documentos relacionados com o Curso, a fim de que se zele pelo cumprimento das exigências legais que o regem.

O Coordenador do Colegiado do Curso terá as seguintes atribuições:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto de qualidade;
- b) Coordenar e orientar o desenvolvimento do Curso nos Polos;
- c) Facilitar a ação pedagógica e a comunicação entre os Polos;
- d) Designar relator ou comissão para análise de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- e) Decidir matéria de urgência "ad referendum" deste Colegiado;
- f) Representar o Colegiado no Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Naturais;
- g) Representar o Colegiado na Câmara de Graduação;
- h) Responsabilizar-se administrativa e pedagogicamente pelo Curso;
- i) Dar cumprimento às decisões do Colegiado e dos Órgãos Superiores da UFES;
- j) Elaborar Relatório Anual de atividades;
- k) Representar o curso junto aos Órgãos Superiores da UFES e junto a outras Instituições;
- l) Coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógicas do curso;
- j) Coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do curso, propondo, se necessário, as devidas alterações;
- k) Zelar pela qualidade do Curso, bem como pela das atividades nele desenvolvidas.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA EaD

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Regimento regulamenta e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo



Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal do Espírito Santo.

Art. 2º. O NDE é segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria ao respectivo colegiado no tocante à concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- b) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso;
- c) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;
- d) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- e) Indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação.
- f) Acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos do Curso;
- g) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- h) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso definidas pelo Colegiado do Curso;
- i) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- j) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- a) Pelo Coordenador e Subcoordenador do Curso na qualidade de membros natos;
- b) Por, no mínimo, 5 (cinco) docentes pertencentes ao(s) Departamento(s) que oferta(m) o maior número de disciplinas ao curso, designados em reuniões do referido Departamento;
- c) Por, no mínimo, um representante do corpo docente responsável pelas disciplinas pedagógicas do curso de História;

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelos Departamentos respectivos para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

Art. 6º. O Coordenador será escolhido dentre os membros do NDE, sendo vetada a condução ao cargo de Presidente do NDE ao Coordenador ou ao Coordenador em exercício do curso.

CAPÍTULO IV DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 7º. Os docentes que compõem o NDE deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e ter formação acadêmica na área do curso.

Art. 8º. A constituição do NDE será de membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no seu âmbito, percebida na produção de conhecimento na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, e que atuem no desenvolvimento do curso.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) Encaminhar as deliberações do Núcleo;



-
- d) Designar relator ou grupo de trabalho (GT) para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo;
- e) Coordenar a integração com os demais órgãos e setores envolvidos na administração da graduação em Licenciatura em História EaD.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 10. As reuniões do NDE ocorrerão, ordinariamente, no mínimo, 4 (quatro) vezes ao ano, preferencialmente no início de cada semestre letivo e extraordinariamente por convocação do Presidente ou por deliberação da maioria absoluta de seus membros, devendo-se observar em ambos os casos a relevância e/ou urgência do tema.

Art. 11. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE por maioria de votos;

Art. 13. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

CORPO DOCENTE

Perfil Docente

Nome do Docente - Titulação

1. Adriana Pereira Campos - Doutora
2. Alessandro da Silva Guimaraes - Doutor
3. André Ricardo Valle Vasco Pereira - Doutor
4. Antônio Carlos Amador Gil - Doutor
5. Belchior Monteiro Lima Neto - Doutor
6. Carlos Vinícius Costa de Mendonça- Doutor
7. Claudia Pereira do Carmo Murta - Doutora
8. Daisa Teixeira - Doutora
9. Edson Maciel Junior - Doutor
10. Emiliano Unzer Macedo - Doutor
11. Érica Cristhyane Moraes da Silva - Doutora
12. Fabio Muruci dos Santos - Doutor
13. Geraldo Antonio Soares - Doutor
14. Gilvan Ventura da Silva - Doutor
15. Josemar Machado de Oliveira - Doutor
16. Juçara Luzia Leite - Doutora
17. Julio Cesar Bentivoglio - Doutor
18. Keila Cardoso Teixeira - Doutora
19. Leonor Franco de Araujo - Mestrado
20. Maria Beatriz Nader - Doutora
21. Miriã Lúcia Luiz - Doutora
22. Patrícia Maria da Silva Merlo - Doutora
23. Reginaldo Celio Sobrinho - Doutor
24. Rossana Gomes Britto - Doutora
25. Sandra Kretli da Silva - Doutora
26. Sandro Jose da Silva - Doutor
27. Sergio Alberto Feldman - Doutor
28. Ueber José de Oliveira - Doutor
29. Valter Pires Pereira - Doutor

Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores

O percentual de doutores do curso é de 96%. Dos 29 docentes que atuam no curso, 28 são doutores.

Regime de trabalho do corpo docente do curso

O regime de trabalho dos docentes atuantes no curso é de dedicação exclusiva (DE).

Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

- 33 anos de docência no ensino superior
- 4 anos como coordenador de curso presencial
- 4 anos como coordenador de curso EAD
- 2 anos como chefe de departamento.

Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso: 40 horas semanais com dedicação exclusiva (DE)

Carga horária de coordenação de curso: 30 horas semanais

Experiência profissional do corpo docente [Fora do magistério]

Apenas 1 docente não é egresso da licenciatura. Os docentes não possuem experiência profissional.

Experiência no exercício da docência na educação básica



Nome do docente - Tempo de experiência na educação básica

Adriana Pereira Campos - Sem experiência
Alessandro da Silva Guimaraes - 5 anos
André Ricardo Valle Vasco Pereira - Sem experiência
Antonio Carlos Amador Gil - 4 anos
Belchior Monteiro Lima - Sem experiência
Carlos Vinícius Costa de Mendonça - Sem experiência
Claudia Pereira do Carmo Murta - Sem experiência
Daisa Teixeira - 16 anos
Edson Maciel Junior - 12 anos
Emiliano Unzer Macedo - Sem experiência
Érica Cristhyane Morais da Silva - Sem experiência
Fabio Muruci dos Santos - Sem experiência
Geraldo Antonio Soares - Sem experiência
Gilvan Ventura da Silva - Sem experiência
Josemar Machado de Oliveira - Sem experiência
Juçara Luzia Leite - 6 anos
Keila Cardoso Teixeira - 7 anos
Leonor Franco de Araujo - Sem experiência
Maria Beatriz Nader - 1 ano
Patricia Maria da Silva Merlo - Sem experiência
Reginaldo Celio Sobrinho - 20 anos
Rossana Gomes Britto - Sem experiência
Sandra Kretli da Silva - 11 anos
Sandro Jose da Silva - Sem experiência
Sergio Alberto Feldman - 23 anos
Ueber José de Oliveira - 10 anos
Valter Pires Pereira - Sem experiência

Experiência de magistério superior do corpo docente

Nome do docente - Tempo de experiência de magistério superior

Adriana Pereira Campos - 20 anos
Alessandro da Silva Guimaraes - 5 anos
André Ricardo Valle Vasco Pereira - 12 anos
Antonio Carlos Amador Gil - 24 anos
Belchior Monteiro Lima Neto - 1 ano
Carlos Vinícius Costa de Mendonça - 26 anos
Claudia Pereira do Carmo Murta - 16 anos
Daisa Teixeira - 22 anos
Edson Maciel Junior - 11 anos
Emiliano Unzer Macedo - 13 anos
Érica Cristhyane Morais da Silva - 3 anos
Fabio Muruci dos Santos - 12 anos
Geraldo Antonio Soares - 31 anos
Gilvan Ventura da Silva - 24 anos
Josemar Machado de Oliveira - 24 anos
Juçara Luzia Leite - 23 anos
Keila Cardoso Teixeira - 9 anos
Leonor Franco de Araujo - 23 anos
Maria Beatriz Nader - 36 anos
Patricia Maria da Silva Merlo - 15 anos
Reginaldo Celio Sobrinho - 13 anos
Rossana Gomes Britto - 16 anos
Sandra Kretli da Silva - 16 anos
Sandro Jose da Silva - 18 anos
Sergio Alberto Feldman - 22 anos

Ueber José de Oliveira - 4 anos
Valter Pires Pereira - 34 anos

Relação entre o número de docentes e o número de vagas

Não temos docentes com dedicação de 40 horas à EaD, ou seja, com dedicação exclusiva à EaD. No entanto todos os docentes vinculados ao curso são docentes com dedicação exclusiva (DE) desta UFES.

Produção científica, cultural, artística ou tecnológica - últimos 3 anos

Adriana Pereira Campos
Artigos publicados - 9
Livros/ capítulos - 9
Trabalhos publicados em anais (completos) - 4
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 1
Produções técnicas artísticas e culturais - 41

Alessandro da Silva Guimarães
Trabalhos publicados em anais (completos) - 1
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 5

André Ricardo Valle Vasco Pereira
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 4
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 5
Trabalhos publicados em anais (completos) - 1
Produções técnicas artísticas e culturais - 31

Antônio Carlos Amador Gil
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 7
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 4
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 8
Produções técnicas artísticas e culturais - 54

Belchior Monteiro Lima Neto
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 14
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 14
Trabalhos publicados em anais (completos) - 7
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 18
Produções técnicas artísticas e culturais - 12

Daisa Teixeira
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 1
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 2
Produções técnicas artísticas e culturais - 3

Emiliano Unzer Macedo
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 4
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 9

Érica Cristhyane Moraes da Silva
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 5
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 15
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 3
Produções técnicas artísticas e culturais - 4

Fabio Muruci dos Santos
Artigos publicados em periódicos científicos na área - 3
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1



Produções técnicas artísticas e culturais - 5

Geraldo Antonio Soares

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 1

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1

Produções técnicas artísticas e culturais - 17

Gilvan Ventura da Silva

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 15

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 21

Trabalhos publicados em anais (resumos) - 6

Produções técnicas artísticas e culturais - 20

Josemar Machado de Oliveira

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 2

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 9

Trabalhos publicados em anais (completos) - 1

Traduções de livros - 3

Juçara Luzia Leite

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 2

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1

Trabalhos publicados em anais (completos) - 1

Produções técnicas artísticas e culturais - 19

Júlio César Bentivoglio

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 4

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 31

Produções técnicas artísticas e culturais - 34

Keila Cardoso Teixeira

Produções técnicas artísticas e culturais - 4

Leonor Franco de Araujo

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 2

Trabalhos publicados em anais (completos) - 1

Produções técnicas artísticas e culturais - 7

Maria Beatriz Nader

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 3

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 14

Trabalhos publicados em anais (completos) - 8

Trabalhos publicados em anais (resumos) - 2

Produções técnicas artísticas e culturais - 26

Miriã Lúcia Luiz

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 1

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1

Trabalhos publicados em anais (completos) - 5

Trabalhos publicados em anais (resumos) - 5

Produções técnicas artísticas e culturais - 2

Patrícia Maria da Silva Merlo

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 7

Livros ou capítulos em livros publicados na área - 9

Trabalhos publicados em anais (completos) - 2

Produções técnicas artísticas e culturais - 16

Reginaldo Celio Sobrinho

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 22



Livros ou capítulos em livros publicados na área - 10
Trabalhos publicados em anais (completos) - 5
Produções técnicas artísticas e culturais - 9

Rossana Gomes Britto

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 2
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 1
Produções técnicas artísticas e culturais - 2

Sandra Kretli da Silva

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 18
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 5
Trabalhos publicados em anais (completos) - 8
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 2
Produções técnicas artísticas e culturais - 9

Sandro Jose da Silva

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 4
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 10
Trabalhos publicados em anais (completos) - 2
Trabalhos publicados em anais (resumos) - 1
Produções técnicas artísticas e culturais - 17

Sergio Alberto Feldman

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 9
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 13
Trabalhos publicados em anais (completos) - 1
Produções técnicas artísticas e culturais - 5

Ueber José de Oliveira

Artigos publicados em periódicos científicos na área - 13
Livros ou capítulos em livros publicados na área - 16

Formação Continuada dos Docentes

Os professores da Universidade Federal do Espírito Santo, como de resto todo o quadro dos docentes das Universidades federais, tem acesso à formação continuada por meio de dispositivos da carreira do magistério superior, os quais permitem que os professores universitários possam se inserir em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como por meio de licenças capacitação que possibilitam ao mencionado professor a cada cinco anos desenvolver projetos que fazem com que suas capacidades sejam aprofundadas, ampliadas e renovadas.

Além disso, a UFES por sua parte, instituiu o NAD, Núcleo de Apoio à Docência. O NAD integra o Programa de Desenvolvimento e Aprimoramento do Ensino (Pró-Ensino) e tem como principal objetivo fomentar espaços de aperfeiçoamento didático-pedagógico e de suporte para o desenvolvimento das atividades docentes. Propõe investir na valorização e qualificação continuada do trabalho docente. Prevê ampliar o assessoramento pedagógico ao trabalho docente e realiza-lo próximo aos locais de atuação dos/as docentes. Assim, haverá um NAD para cada Campus da UFES.

Em 2016 foi organizado o primeiro NAD da Ufes no Campus de Maruípe e o NAD de Goiabeiras funciona, desde fevereiro de 2017, no espaço do DDP/PROGRAD. As principais atividades realizadas até o momento são: seminário de recepção de docentes; semanas pedagógicas de início de semestre; palestras envolvendo docentes com temáticas solicitadas por Centros, departamentos, Colegiados e NDEs; cursos de curta duração sobre temáticas e metodologias específicas.

Além das atividades já desenvolvidas o NAD servirá também como espaço para troca de experiência e de divulgação de trabalhos e publicações sobre o ensino e aprendizagem na graduação produzidos por docentes da UFES. Deverá, ainda, fomentar a socialização de material sobre o ensino de graduação produzido por docentes de outras instituições e especialistas na área das metodologias.

CORPO DE TUTORES DO CURSO

* Ainda não selecionados.

DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA SER TUTOR DO CURSO

- Possuir titulação mínima de Graduado em História ou em áreas afins como Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, Letras ou Pedagogia.
- Ter experiência mínima de 1 (um) ano no magistério (Lei Federal nº 11.273, de 06/02/2006), ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programas de pós-graduação, de conformidade com Resolução FNDE nº 26 de 05/06/2009; e
- Ter vínculo (ativo ou inativo, exceto, se aposentado por invalidez) com o setor público de qualquer esfera administrativa, ou ser aluno/a de programa de pós-graduação de IES pública, reconhecido pela CAPES, ou possuir outro tipo de vínculo com a UFES, seja como voluntário/a ou contratado temporário; e
- Residir no município ou município limítrofe de onde se dará a sua atuação.

À UFES coube, ao longo do processo de implantação do sistema UAB, planejar e executar quatro grandes Seminários, denominados “A EAD em debate na UFES: formação de tutores, professores e coordenadores de polos para atuarem na EAD”, cujos três últimos envolveram a participação de 1231 profissionais ligados às práticas EAD da UFES, assim distribuídos: 280 (duzentos e oitenta) no ano de 2007, 623 (seiscentos e vinte e três) em 2008 e 328 (trezentos e vinte e oito) no ano de 2009. Além disso, e ainda voltado para esses atores, do segundo semestre do ano de 2010 ao início do ano de 2012, a UFES ofertou um Curso de Especialização denominado “Formação de Mediadores em EAD”, com 257 matrículas para tutores, professores e coordenadores de polos-UAB-ES.

Essas ações vão ao encontro do que preconizam “Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” (2007), especialmente quando estabelecem que as instituições devam propiciar aos profissionais que atuam nos programas de EAD uma política de capacitação e atualização permanente.

O corpo de Tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos de formação superior a distância, e compõe quadro diferenciado, no interior das instituições. O tutor deve, pois, ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação da aplicação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos aos quais se vinculam.

INFRAESTRUTURA

Instalações Gerais do Campus

Campus de Goiabeiras

É o principal campus da Ufes. Localizado em Vitória, Capital do Espírito Santo, concentra a maior parte dos cursos de graduação e de pós-graduação, os centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão. Nele estão também os principais setores administrativos da universidade, como a Reitoria, pró-reitorias e secretarias.

No campus de Goiabeiras circulam diariamente cerca de 25 mil pessoas, entre professores, professores, estudantes e visitantes.

Abriga áreas de cultura e lazer, com galerias de arte, cantinas, cinema, editora de livros, teatro, livraria, Sistema de Bibliotecas e a Rádio Universitária. Possui ginásio de esportes, parque aquático e outros equipamentos esportivos, além de Centro de Línguas, agências bancárias, Observatório Astronômico e Planetário. O campus é cercado por uma área de manguezal mantida sob proteção ambiental.

A UFES conta com uma BIBLIOTECA CENTRAL criada em 1973. Esta Biblioteca, chamada de Fernando de Castro Moraes, é um órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, coordenando os procedimentos técnicos de todas as unidades do Sistema Integrado de Bibliotecas, da Universidade Federal do Espírito Santo (SIB-Ufes) necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração da UFES.

Seu acervo disponível para consulta compõe-se de 100.080 títulos com 224.029 exemplares de livros; 5.983 títulos de dissertações e teses com 8.144 exemplares; 2.235 títulos com 3.208 exemplares de multimeios; e 1.701 títulos com 74.520 fascículos de periódicos.

Nossa Universidade possui um RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO; O Restaurante Universitário quando de sua criação em 1968 fornecia 1200 refeições por dia. Em 2008 houve a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda familiar matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. A partir o RU passou por enormes mudanças. Desta maneira, em 2008, o RU possuía 660 assentos e fornecia cerca de 274.000 refeições por ano. A partir da liberação de recursos através do PNAES, mudanças no Restaurante como reformas, ampliações e compra de equipamentos ocorreram. Dessa forma, em 2010, o RU possuía 1.056 lugares e o fornecimento de 601.000 refeições por ano e 5.500 refeições por dia.

A UFES tem em seu campus um cinema e um teatro, ambos funcionando no Centro de Vivência.

Os estudantes da UFES dispõem de instalações para práticas esportivas no Centro de Educação Física. A despeito deste Centro ter por prioridade a formação de profissionais de educação física, ele franquia suas instalações, como, por exemplo, sua piscina para o conjunto dos estudantes universitários.

Instalações Gerais do Centro

Área Física

A área física do Centro de Ciências Humanas e naturais (CCHN) é composta por diversos prédios onde são ministradas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, além de outras dependências administrativas, salas para docentes, secretarias de departamento e de colegiado de curso e de laboratório de pesquisa.



Prédio IC II - Salas de aula: 11 Laboratórios: 05

Prédio IC III - Salas de aula: 18

Prédio Cemuni VI - Salas de aula: 13 Laboratórios: 02

Prédio Bernadette Lyra (Línguas e Letras) - Salas de aula: 04

Prédio Barbara Weinberg (Programas de Pós-Graduação Módulo I) - Salas de aula: 06
Laboratórios: 01

Prédio Wallace Corradi Vianna (Programas de Pós-Graduação Módulo II) - Salas de aula: 06
Laboratórios: 01

Prédio Oceanografia - Salas de aula:01; Laboratórios:12

Prédio Ciências Biológicas

Prédio Botânica - Laboratórios:13

Prédio Prof. Lídio de Souza (Programa de Pós-Graduação em Psicologia)

Laboratório Oceanografia

Prédio Administrativo - Diretoria, Secretaria Administrativa, Secretaria de Gestão, Secretaria Integrada de Colegiados, Coordenações de Cursos

Prédio Anexo I - Salas Permanentes de Professores

Prédio Anexo II - Salas Permanentes de Professores

Espaço físico do Departamento de História

Em termos de espaço físico, o curso de História da UFES dispõe de:

- 8 salas de aula convencionais, situadas no IC III, Pavilhão Superior
- 1 sala de aula com recursos de multimídia, localizada no Pavilhão Superior do IC III
- 01 sala do Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica
- 01 sala do Núcleo de Documentação de História do Espírito Santo (NUDES)
- 01 sala do Laboratório e Estudos em História Política e História das Idéias (LEHPI)
- 01 sala do Laboratório de Estudos de Gênero
- 01 sala do Laboratório de Estudos em História Antiga e Medieval
- 01 secretaria da Coordenação de Curso
- 01 sala da Chefia do Departamento
- 09 gabinetes de professores
- 02 banheiros para alunos e 02 para docentes
- 02 bebedouros

Os demais departamentos da UFES que oferecem disciplinas para o curso também contam com gabinetes de trabalho para professores, normalmente 1 gabinete para cada 2 professores.

Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

Na Secretaria de Educação Aberta e à Distância, situada no antar térreo do Teatro Universitário, todos os coordenadores possuem um gabinete, em conjunto, onde dispomos de computador, impressoras em rede, mesa própria, internet de alta velocidade, espaço para secretaria, armários para usos diversos, sala de computação para tutores, sala de reuniões e atendimento aos alunos.

Há disponibilidade de um secretário por curso, bem como uma equipe de Designer Instrucional e pessoal de Suporte de TI.



O local é de fácil acesso, bem localizado dentro da Universidade e bem sinalizado para o público externo.

Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Política de atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Seguindo as políticas nacionais educacionais de inclusão (BRASIL, 1994; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1999; SÃO PAULO, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2006), os alunos com necessidades educacionais especiais terão atendimento que atenda sua condição diferenciada. Assim serão envidados esforços para que o projeto do curso, o acesso às ferramentas de aprendizagem e a participação presencial ou virtual durante as aulas procurarão garantir a acessibilidade de todos os alunos envolvidos. Para isso serão envidados esforços para:

- identificar estes alunos;
- seleção, priorização e sequenciamento das unidades do programa;
- seleção, inclusão e priorização dos objetivos;
- eliminação, acréscimo ou substituição de conteúdos;
- adaptação da avaliação: variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos, critérios de promoção e tempo para a realização;
- adaptações dos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino aprendizagem: alteração de métodos, atividades complementares ou alternativas, recursos de apoio, seleção de materiais;
- adaptações na temporalidade: tempo previsto para realização das atividades, período para alcançar determinados conteúdos;
- adaptações de acesso ao currículo: mobiliário adequado, equipamentos específicos, recursos materiais adaptados, formas alternativas e ampliadas de comunicação, como por exemplo, a presença da língua de sinais na sala de aula e nas atividades acadêmicas como apoio à participação de alunos surdos nas atividades escolares, materiais em braille e adaptação de material didático para alunos cegos ou com baixa visão;
- uso de recursos tecnológicos da informação e comunicação;
- formação continuada dos docentes acerca das necessidades educacionais especiais, das adaptações curriculares, do direito à acessibilidade e da política de inclusão.

Adicionalmente, em observância ao Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a Universidade Federal do Espírito Santo tem feito todas as adaptações necessárias, visando garantir o acesso e a mobilidade de pessoas com necessidades especiais, nas salas de aula, nos banheiros, na biblioteca, no setor de reprografia e na área de alimentação. Portanto, todos os conjuntos de salas e instalações pedagógico-administrativas atendem às condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, por meio de rampas, soleiras rampadas, elevadores adequados às cadeiras de roda, instalações sanitárias em conformidade com normas técnicas, estacionamento com vagas especiais entre outras (guichês, mobiliário, corrimãos, piscinas, etc.).

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003: no que diz respeito às questões acadêmicas informamos:

- que a exemplo do que ocorre nos processos seletivos da UFES, sempre que necessário e demandado pelo aluno, ou verificada sua deficiência, são disponibilizadas soluções como, por exemplo, intérprete de libras e leitor, impressora Braille, software de voz, dependendo das deficiências apresentadas por eles, para seu acesso aos conteúdos constantes dos currículos acadêmicos;
- que em ação conjunta da UFES com a Universidade Federal de Santa Catarina, formaram-se, no final de 2012, 47 alunos em Letras e Libras, por meio da modalidade semipresencial, ampliando a presença de intérpretes para atuação não apenas na UFES, mas em todo o Espírito



Santo;

- que se encontram implantado na UFES o curso de Letras-Libras - Bacharelado, com ingresso da primeira turma em 2014, o qual possibilitará não apenas o aumento do número de pessoas, com formação de nível superior, capacitadas a interagirem com estudantes portadores de necessidades especiais auditivas, nos diversos níveis de ensino, mas também agregarão ao quadro da UFES mais professores, técnicos e alunos com formação na área, possibilitando a criação de novos espaços de discussão e pesquisa;
- que foram contratados recentemente professores de Libras nos Centros de Educação, de Ciências Agrárias, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo e servidores intérpretes para capacitação dos docentes e atuação junto aos cursos ofertados pela UFES;
- que, a UFES criou seu Núcleo de Acessibilidade da UFES, pela Resolução nº 31/2011, em fase de implementação e que agrega profissionais de várias áreas do conhecimento e possibilita e prevê ações interdisciplinares, inclusive, com o desenvolvimento de tecnologias assistivas, que poderão ser utilizadas pelos alunos nos cursos;
- que a UFES possui o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial - NEESP <<http://www.ce.ufes.br/n%C3%BAcleo-de-ensino-pesquisa-e-extens%C3%A3o-em-educa%C3%A7%C3%A3o-especial-neesp>>, que possibilita pesquisas desenvolvidas nesta área, no âmbito do Centro de Educação;
- que neste momento são empreendidas ações visando à discussão da acessibilidade aos currículos acadêmicos (Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação) por Centros de Ensino, sob a orientação da Pró-Reitoria de Graduação;
- que no concernente especialmente aos cursos ofertados na modalidade a distância pela UFES verifica-se, no cômputo dos textos presentes nos materiais didáticos organizados para esses cursos, o esforço desta IES no trabalho com a temática da diversidade e da inclusão, a exemplo das abordagens contidas nos livros “Currículo na Formação de Professores: diálogos possíveis” e “Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais”, ambos organizados para atender aos alunos de cursos ofertados na modalidade EAD;
- que os cursos ofertados na modalidade a distância por todas as IES públicas do Brasil são fomentados pela CAPES, com a destinação de recursos financeiros para a elaboração e publicação de materiais didáticos para os alunos neles matriculados, há que se ampliar a discussão junto a essa agência de fomento, no que se refere à produção de materiais acessíveis para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva;
- que no caso de constatação da presença de aluno deficiente nos cursos EAD ofertados nos polos de apoio presencial-UAB, esta Universidade envidará esforços junto às Prefeituras mantenedoras desses polos para o atendimento das necessidades apresentadas pelo aluno, uma vez que os sistemas públicos de ensino municipais e estadual são dotados de recursos humanos para esse atendimento;

No que diz respeito à infraestrutura física:

- que todos os polos de apoio presencial - UAB do Espírito Santo passaram por monitoramento da CAPES em suas instalações físicas, em especial no que concerne à acessibilidade, e os que não atendiam a essa exigência legal, tiveram prazo determinado para adaptação de sua estrutura física. Em caso de não cumprimento, seriam/serão descredenciados pelo MEC para oferta de cursos na modalidade a distância;
- que outras obras de infraestrutura visando à acessibilidade estão em andamento nos campi da UFES como, por exemplo, a adaptação dos passeios e passarelas de pedestres, o fornecimento e instalação de plataforma de transporte vertical e serviços de sinalização horizontal e vertical. Todas as edificações construídas a partir de 2010 foram projetadas com elementos de acessibilidade (rampas, plataformas, elevadores e banheiros PNE), enquanto nas construções já existentes foram adaptados banheiros PNE em locais como a SEAD, a Biblioteca Central, os módulos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, a Pró-Reitoria de Graduação e instalados elevadores ou plataformas, como na Biblioteca Central, no Laboratório de Múltiplos, no Anexo B do Centro de Ciências Exatas, no Edifício Bernadete Lyra (Centro de Línguas) e no prédio da Pós-Graduação em Física.

Instalações Requeridas para o Curso

A UFES sedia por meio da SEAD, ambiente para os professores especialistas, responsáveis pelas disciplinas do Curso, de onde poderão interagir com os orientadores dos polos e com os alunos. Esses ambientes são equipados com toda a infraestrutura computacional e de telecomunicações necessárias ao acompanhamento dos alunos nos polos. Os alunos encontrarão à sua disposição nos polos um ambiente de apoio pedagógico e técnico que garantirá o pleno funcionamento do curso proposto. Para tal, os polos têm infraestrutura computacional de telecomunicações equivalente às existentes na Universidade para as atividades de coordenação dos polos e orientação acadêmica. Além dessa Infraestrutura, as unidades operativas dispõem de laboratórios computacionais para o atendimento aos alunos e também equipamentos para a utilização das mídias necessárias ao Curso.

A equipe pedagógica é formada por professores especialistas com larga experiência no campo da história e no seu ensino, orientadores acadêmicos - com experiência e titulação em História ou área afins.

A equipe técnica é formada por gestor administrativo (SEAD); e diretor de tecnologia da informação; coordenadores de polos, com equipe de apoio da área técnica e científica.

Infra-estrutura para as orientações práticas

Os alunos dos polos terão as orientações práticas realizadas nos polos, sem que precisem se deslocar de seus municípios, e alterar a rotina de suas atividades docentes.

Os orientadores acadêmicos, os técnicos e monitores de laboratório de informática serão treinados pelos professores da UFES, por meio de cursos de capacitação e atualização.

Infra-estrutura para estágios supervisionados

Os estágios supervisionados serão realizados em escolas do Município e do Estado, situados nas unidades operativas ou próximas delas, acompanhados pelos orientadores acadêmicos.

Infra-estrutura de Rede

A rede que dá suporte a interligação dos polos foi projetada utilizando os mais modernos equipamentos fazendo com que a rede seja muito confiável e possibilite utilizar os mais modernos recursos de informática disponíveis, sendo possível transmitir vídeo de excelente qualidade sem dificuldades. A rede é composta de 13 pontos conforme a figura 1. Cada ponto é ligado utilizando-se um link de 2Mbps.

A rede por sua vez é conectada à INTERNET 2, por meio da RNP via o POPES da RNP, o que possibilita via rede da RNP transmissão de vídeo para todos os estados do Brasil, além de receber vídeo via Rede da RNP com excelente qualidade.

Detalhamento da Rede Comunicacional

A SEAD - Secretaria de Ensino a Distância da UFES - é um organismo mediador e gestor das propostas de EAD no interior da Universidade, responsável pela introdução sistematizada da cultura de EAD na Universidade e pela mediação da formatação dos cursos ou produtos a serem oferecidos. Esta prerrogativa não elimina a autonomia dos Centros, Departamentos e Colegiados de Curso na proposição de seus produtos. Ela visa, tão-somente, a assegurar a qualidade, a viabilidade, bem como a visibilidade institucional das propostas de EAD em execução.

A SEAD configura-se como um “ambiente” com grande representatividade institucional, englobando toda a Universidade. A SEAD tem sua estrutura fixa instalada na UFES – Campus de Goiabeiras. Os polos são distribuídos geograficamente no estado, onde a maior distância para ter acesso a Universidade Pública e Gratuita do ES – UFES é de 65 km.

Sistema Informatizado de matrícula

A UFES possui com um sistema acadêmico na Web com todas as funcionalidades para matrícula e gestão acadêmica, desenvolvido em software livre com acesso on-line. Para a extração e envio de dados via Internet a SEAD serão feitas às devidas adaptações no sistema e

para a comunicação e interação dos alunos e orientadores serão disponibilizadas todas funcionalidades do sistema operacional da SEAD.

Sistemas utilizados pela SEAD

O SIE que é o sistema utilizado para controle acadêmico da UFES para os cursos presenciais, também é utilizado para controle dos registros acadêmicos da SEAD. Este software é baseado na linguagem DELPHI utilizando como banco de dados o DB2.

A Intranet da SEAD, se caracteriza por ser um ambiente de gerenciamento e controle geral dos sistemas internos desenvolvidos e utilizados pela SEAD. Desenvolvido em ASP com banco de dados SQL Server, possui menus configuráveis de acordo com o perfil e nível dos usuários. Após entrada no ambiente através da tela de login, serão apresentados para o usuário os sistemas que foram disponibilizados para ele dentre os existentes.

Escolhendo um dos itens do menu principal (menu de sistemas disponíveis), o usuário terá acesso aos menus e telas do sistema escolhido de acordo com o seu nível, podendo então, serem apresentados menus diferenciados para diferentes usuários.

INFRAESTRUTURA DOS POLOS

Salas de aula: em todos os Polos há salas de aulas para os alunos utilizarem em seus encontros presenciais, que ocorrem pelo menos uma vez por semana.

O tamanho dessas salas varia de Polo para Polo, mas todas comportam muito bem os alunos, pois os mesmos são divididos em grupos, já que nem todos podem ir no mesmo dia e horário ao Polo. Assim, se reúnem em média 12 a 18 alunos por vez, os quais são muito bem acomodados nas salas. Cada polo possui ainda um ou mais laboratórios de Informática, com computador disponível para cada um dos alunos desses grupos. Toda as acomodações dos Polos, apesar de simples, são limpas, iluminadas, ventiladas com acomodação para todos os alunos e de fácil acessibilidade.

Biblioteca e Acervo Geral e Específico

Em termos de recursos bibliográficos, a Biblioteca Central da UFES possui o seguinte acervo:

A Ufes conta com um Sistema Integrado de Bibliotecas composto por seis unidades: Biblioteca Central, Biblioteca Setorial Tecnológica, Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde, Biblioteca Setorial do Ceunes, Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias e Biblioteca Setorial do Nedtec. Em seu conjunto, o SIB/UFES dispõe de 264 mil exemplares, dentre os quais 116 mil títulos e 2.500 periódicos.

A Biblioteca Central, órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria, é a unidade que coordena os procedimentos técnicos de todas as unidades do SIB/UFES necessários ao provimento das informações às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES. Sediada em espaço físico de aproximadamente 5 mil m², a Biblioteca Central apresenta ampla estrutura física e acadêmica, com capacidade para cerca de 600 usuários, equipe de 12 bibliotecárias, 10 estagiários, sala de audiovisual e setor de obras raras. Possui um acervo de aproximadamente 190 mil exemplares.

O SIB/Ufes está informatizado com mais de uma centena de computadores ligados à internet conectados ao Portal de Periódicos da Capes. Além do acesso ao sistema nas próprias instalações do SIB/Ufes, os docentes podem se conectar à rede nas unidades de ensino ou pesquisa onde trabalham ou mesmo na sua residência, por intermédio do SAR – Serviço de Acesso Remoto ao Portal de Periódicos da CAPES, que foi criado em final de 2008. Já os alunos podem acessar o sistema nas suas respectivas unidades de ensino.

O SIB/UFES integra ainda as seguintes redes: Pergamum, Bireme, Comut, Bibliodata, RebaP, RebaE, CCN e Istec. Dentre os serviços oferecidos pelo SIB/Ufes aos seus usuários, conta-se: consulta on line ao catálogo; empréstimo domiciliar; treinamento de usuários; orientação sobre normalização de trabalhos acadêmicos; comutação bibliográfica; confecção de ficha catalográfica para todas as publicações da instituição, incluindo teses e dissertações; acesso à web; biblioteca digital; empréstimo entre bibliotecas; orientação e treinamento para consulta

ao Portal de Periódicos; publicação digital de dissertações e teses por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Ufes (BDTD). Criada em 2006, a BDTD/UFES integra a BDTD nacional, mantida pelo IBCT, disponibilizando, na íntegra, o conteúdo dos trabalhos acadêmicos defendidos nos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFES.

O Curso de Licenciatura em História, modalidade EAD, contará com o seguinte acervo:

- Material bibliográfico e audiovisual especificado no projeto e a ser disponibilizado para alunos e Orientador/Tutores nos polos, constituindo o acervo da biblioteca local;
- Acesso via Web e presencial ao acervo da Biblioteca Universitária da UFES e a todos os portais da qual ela é assinante ou parceira;
- Material didático impresso na forma de fascículos para as disciplinas. Para cada disciplina do Curso será utilizado material impresso que possuirá o conteúdo que o aluno precisa estudar, além de exercícios. Além do texto principal serão indicadas outras referências, que estarão nas bibliotecas das unidades operativas e na plataforma moodle.

Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)

Os materiais didáticos utilizados pelos alunos no Curso são impressos ou somente digitalizados. Os professores da UFES produzem os materiais didáticos ou os selecionam entre os materiais didáticos análogos escritos por professores das mesmas disciplinas ou áreas, de outras universidades, vinculadas ao Sistema UAB. Quando os materiais são transformado em livros impressos pela SEAD/UFES são distribuídos aos alunos pelo sistema de malotes mantidos pela UFES por meio de contrato com a Empresa de Correios, que os distribuem aos polos, num fluxo de malotes que saem da UFES para os polos todas as terças e quintas-feiras e vice-versa dos polos à UFES. Igualmente esses materiais são disponibilizados aos alunos, por meio de e-books, nos ambientes virtuais de aprendizagem das disciplinas que integralizam para acesso dos alunos. A produção desse material didático tem a gestão da SEAD/UFES e das coordenações dos cursos, sendo fomentado pela DED/CAPES e distribuído gratuitamente aos alunos.

Sistema de circulação de obras das bibliotecas da UFES aos estudantes EAD

Todo polo ofertante do Curso de Licenciatura em História EaD/UFES possui uma biblioteca, que disponibiliza acervo bibliográfico aos estudantes, conforme preconiza as diretrizes do MEC para credenciamento de polos UAB. Além disso, a Biblioteca Central da UFES e as setoriais de seus centros e campi oferecem acesso ao aluno da modalidade EAD, podendo fazer empréstimos de forma direta presencialmente nessas unidades; ou remotamente e receber essas obras no polo ao qual se vincula, por meio do Sistema de Fluxo de Malotes estabelecido entre a Secretaria de Ensino a Distância da UFES e os 27 polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil, existentes no Estado do Espírito Santo.

Para tanto, os estudantes são cadastrados no sistema da Biblioteca Central bem como os coordenadores de polos, que se responsabilizam pelo fluxo de recebimento das obras demandadas pelos estudantes. O discente poderá acessar o Sistema da Biblioteca Central da UFES e das Bibliotecas Setoriais e consultar o acervo remotamente, bem como, de igual modo, requerer pelo Sistema as obras que deseja. A equipe da Biblioteca Central providenciará o envio das obras aos polos, via o Sistema de Malotes da SEAD/UFES, que serão recebidas pelas coordenações dos polos e a contagem do tempo para devolução inicia-se quando o estudante recebe a obra no polo. Havendo necessidade, o estudante poderá solicitar prorrogação do prazo de empréstimo.

Todos os serviços e produtos de informação disponíveis nos sistemas da Biblioteca Central da UFES a que os alunos possuem acesso podem ser consultados no link <<http://bc.ufes.br>>.

Laboratórios de Formação Geral

Laboratórios e Equipamentos



Os polos foram equipados em 2001 com infraestrutura computacional de telecomunicações equivalente às existentes na Universidade para as atividades de coordenação dos polos e orientação acadêmica. Além dessa infraestrutura, as unidades operativas dispõem de laboratórios computacionais para o atendimento aos alunos e também equipamentos para a utilização das mídias necessárias aos Cursos. No entanto, para as especificidades dos novos cursos e, particularmente para o curso de Licenciatura em História, que tende a utilizar com mais ênfase os recursos computacionais, foram incluídos no projeto da Pró-Licenciatura, já aprovado pela Secretária de Ensino a Distância do Ministério de Educação e Cultural, equipamentos de modernização necessários à melhoria da infra-estrutura dos polos e da UFES que darão suporte ao desenvolvimento deste projeto. E os polos ao longo processo em parceria com os municípios procurarão adequar as estruturas existentes.

Os polos UAB do Espírito Santo nos quais este Curso é ofertado dispõem de laboratórios de informática e velocidade de Internet compatíveis com as exigências da DED/CAPES/UAB/MEC. Esses polos são sistematicamente monitorados pela CAPES e pelo MEC e o equipamento e velocidade da Internet são indicadores mensuráveis que, se não estiverem compatíveis com as exigências da CAPES, esta Coordenação torna os polos monitorados NÃO APTOS para receber novos cursos do Sistema UAB, e, caso essas pendências não sejam saneadas pelo Mantenedor do Polo, a CAPES/MEC o atribui o conceito NÃO APTO para a oferta de cursos EaD, e o descredencia do Sistema UAB. Todos os polos no qual este Curso é ofertado são considerados APTOS em todos os aspectos dos monitoramentos e das avaliações nele realizadas pela CAPES e pelo MEC.

Cada polo possui salas para exibição de vídeos e de web conferências, de encontros de alunos com tutores presenciais e laboratórios de informática com computadores para todos os alunos do curso com qualidade satisfatória para os alunos, embora ainda possam haver melhorias se houvesse disponibilidade de maiores recursos para investimento.

Para promover o pleno aproveitamento discente, todas as disciplinas têm encontros presenciais semanais. Nestes dias ocorrerão as avaliações presenciais. Estas atividades serão realizadas no polo em que o aluno se matricular. Toda infraestrutura de informática, biblioteca e laboratórios do polo fica à disposição dos alunos mesmo durante a semana, fora dos horários de encontro presencial.

Laboratórios de Formação Específica

Ressalvamos que os polos e o Curso não dispõem de laboratórios de ensino.

OBSERVAÇÕES

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO

Especificação das Ações

Foram previstas ações que viabilizem a implantação do curso de Licenciatura em História em 2011 e implementação nos anos posteriores, priorizando as seguintes linhas de ação:

- Formação de recursos humanos;
- Preparação e desenvolvimento de material didático;
- Reforma, ampliação e compra de equipamentos para os laboratórios dos polos.

Para esse projeto, conforme descrito anteriormente, os recursos necessários para viabilizar a implantação dos cursos nas unidades operativas terão a contrapartida dos municípios quanto a cessão de espaço físico e de pessoal de apoio.

Desta forma para a formação de recursos humanos estão previstas as seguintes ações:

- Seleção de Orientadores Acadêmicos;
- Curso de formação de professores e metodologia EAD para professores da UFES envolvidos no projeto e orientadores acadêmicos que atuarão presencialmente nas unidades operativas.

Descrição do gerenciamento administrativo-financeiro

Produção, edição e distribuição de material didático

A direção da SEAD da UFES se encarregará de operacionalizar as ações de produção, edição e distribuição do material didático. As principais ações de gerenciamento dessas atividades serão:

- Preparar o material didático para cursos de capacitação de professores e Orientador/Tutores, material este elaborado por professores do curso;
- Reprodução do Guia do aluno;
- Produção de material didático elaborado por professor do curso;
- Apoio na preparação de material didático para a Web.

Distribuição e Aplicação de Recursos

A direção da SEAD através da Direção Administrativa e a Coordenação Geral do Projeto (Coordenador do Curso) serão os responsáveis pela distribuição e aplicação dos recursos financeiros previstos nas planilhas apresentadas ao MEC/SEED, as quais detalham a implementação e o desenvolvimento do curso por um período de três anos e meio. Nos caso que houver retardamento de conclusão de curso por parte dos alunos será solicitado ao MEC/SEED Ação-6329-UAB um Termo Aditivo que complemente os recursos financeiros para tal finalidade.

Prestação de Contas e outras Questões Pertinentes ao Exercício Financeiro do Projeto

A direção da SEAD, através da Direção Administrativa e Coordenação do Curso, serão os responsáveis pela prestação de contas do projeto que se dará de acordo com as normas vigentes na UFES que preveem, juntamente com o relatório acadêmico, um relatório financeiro detalhando todas as entradas e saídas de recurso; juntos o relatório acadêmico e o financeiro constituirão o relatório final do curso. Esse relatório final somente será aprovado na instituição após minuciosa apreciação da Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário da UFES.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOHIET, Rachel (Org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Pólvora, 2003.
- ALMEIDA, F. José de. e Fonseca Júnior, F. M. Como se constrói um Projeto. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Projetos e Ambientes Inovadores. Brasília: MEC/SEED, 2000, p. 27-53.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BORDENAVE, Juan Diaz & PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 13.ed. Metrópolis: Vozes, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994. 1 v.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/1996, 1996.
- BRASIL. MEC/SEF Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental – Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/ INEP (1999). Situação da educação básica no Brasil. Brasília. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.
- BRASIL. Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998.
- BRASIL. Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998.
- BRASIL, MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de julho de 2001.
- BRASIL. PARECER Normativo do Conselho Nacional de Educação Nº 09/2001 – CNE/PC – de 08/05/2001
- BRASIL. PARECER Normativo do Conselho Nacional de Educação Nº 28/2001 – CNE/PC – de 02/10/2001
- BRASIL. PARECER Normativo do Conselho Nacional de Educação Nº 492/2001 – CNE/CES – de 09/07/2001
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui as Diretrizes e Normas para a Educação Especial na Educação Básica, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP Nº 01 – de 19/02/2002
- BRASIL. Lei Federal nº 10.430/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, 2002.
- BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.
- BRASIL. Decreto no. 5.622/2005.
- BRASIL. Ensaios pedagógicos. Brasília : Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, Do MEC que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.
- BRASIL. Resolução CNE 02/2015, de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais



para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

CASTANHO, S.; Castanho, M. E. L. M. O que há de novo na educação superior. Campinas: Papirus, 2000.

CHARLIER, Évelyne. Formar professores Profissionais para uma Formação Contínua Articulada à Prática. In PERRENOUD, Philippe, PAQUAY, Léopold, ALTET, Marguerite e CHARLIER, Évelyne (Orgs.), Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio supervisionado na formação docente. In LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (Orgs), Políticas educacionais: práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: Editora Alternativa, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. DIRETRIZES para a Formação de Professores na UFES, Anexo da resolução Nº47/2005 - CEPE.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis, 2.ª ed., São Paulo, Cortez, 1998.

LUCKESI, Carlos C. Por uma prática docente crítica e construtiva. In: Prática Docente e Avaliação, Rio de Janeiro: ABT, 1990.

MANCÊBO, D. e FÁVERO, M. de L. de A. Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, E. Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 2000.

PERRENOUD, Philippe. 10 Novas Competências para Ensinar, Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G. Anastasiou, L. das Graças C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

RIOS, T. A. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. Revista Idéias. O diretor: articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, no. 15, 1992. p. 73-77

SCHON, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.